

Vida Contemporânea

REVISTA MENSAL

DIRECTOR: CUNHA LEAL

SUMÁRIO

Êste mês de Setembro...

<i>VIDA CULTURAL: Onde está a felicidade? A Ciência e o Direito. III.</i>	Salvado de Carvalho Abel Salazar
<i>A personalidade do delinqüente e a instrução dos processos-crime</i>	Carlos Bana
<i>Política social.</i>	António de Carvalho
<i>Notas sobre os grupos políticos</i>	A. A. Freixas e Silva
<i>VIDA ECONÓMICA E FINANCEIRA: A moeda</i>	João Pinheiro
<i>VIDA COLONIAL: A federação das colónias portuguesas do Atlântico</i>	Albano Moncada
<i>VIDA LITERÁRIA E ARTÍSTICA: Xilo- gravura.</i>	Severo Portela
<i>VIDA INTERNACIONAL: A preparação alemã</i>	Vasco da Gama Fernandes
<i>Os destinos da Europa. II.</i>	Manuel Camacho Botica

SETEMBRO-1935

LISBOA

N.º 17

LUSTROFIX

O domador
dos cabelos
rebelde!



Conserva o penteado irrepreensível
Dá um lindo brilho aos cabelos, de-
fende-os de todo o desalinho e re-
siste à acção do vento

Perfume distinto
 másculo e discreto

Preço: 7\$00

Frasco económico: 20\$00

Um produto da Fabrica **NALLY**

VIDA CONTEMPORÂNEA

Revista mensal de estudos económicos, financeiros, sociais e literários

DIRECTOR E PROPRIETÁRIO: CUNHA LEAL

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

PROVISÓRIAS:

R. Cidade da Horta, 49, 1.º

LISBOA — PORTUGAL

— PREÇO 5\$00 —

REDACTOR PRINCIPAL

Vasco da Gama Fernandes

CHEFE DA REDACÇÃO

Álvaro Machado

EDITOR E SECRETÁRIO DA REDACÇÃO

Victor Júdice da Costa

ADMINISTRADOR

António Casanovas Augustine

COMPOSTO E IMPRESSO

NA

Imprensa LUCAS & C.ª

R. DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 61

LISBOA

Êste mês de Setembro...

Setembro. Entrou na agonia êste verão de 1935. Já o calor se apresenta menos vivo e impertinente. Já o fabrico de glicose nos laboratórios das vi-deiras vai aproximando-se do seu têrmo. E, contudo, é precisamente agora que o verão se torna mais agradável. Ao acabar, deixa saudades.

Toca a aproveitar, ilustres banhistas, o que ainda resta desta estação cal-mosa, porque, com os primeiros dias de outubro, começará a debandada, des-fazendo-se como fumo relações e amizades improvisadas. A alegria das praias! Como não há-de senti-la uma juventude em flor, estuante de energias vitais, se encontra no convívio e camaradagem das manhãs de praia a fórmula de sociabilidade desenfadada que mais agrada ao seu espírito e se, ao mesmo tempo, se lhe proporciona ensejo para o gôzo quási sensual dimanante do exercício físico! Quem não terá visto algum dia os lentos e voluptuosos espreguiçamentos dos gatos sob a acção dos raios solares? Às vezes, observando as atitudes da mocidade contemporânea quando se estiraça na areia das praias ao sabor da sua inspiração, lembramo-nos dos pequenos felinos domésticos porque se revela, através das «poses» duns e doutros, uma idêntica e instín-tiva alegria de viver, uma conformação animal com a hora que passa e que



é preciso aproveitar. E, depois, é ver nadar os rapazes e raparigas ao desafio com fúria verdadeiramente desportiva, quando não se entreteem na água com jogos em que se revela a sua destreza física! Faz bem êste espectáculo às almas que trazem sôbre sí a canga duma nostalgia enfermíça.

Nos nossos tempos de rapaz — que distantes que êles vão! — as convenções sociais atavam de pés e mãos uma juventude perdida nas nuvens da metafísica, sem se dar por conta dísso. Não se atribuía ao corpo a importância que hoje se lhe concede, como se não fôra êle o frágil e precioso reservatório que guarda essa chama lucilante que é a vida inteligente. É lógico que se defenda o continente se se quíser preservar o conteúdo. Esta regra elementar não se impunha então com a força imperatíva que a caracteriza na era contemporânea, considerando-se o corpo como uma miserável contingência da natureza. Quísera-se que o homem fôsse tão somente um fogo-fátuo, sem substância material a alimentá-lo. Pretendia-se o absurdo de transformar as sociedades em sarabanda de duendes, como se as realidades não acabassem sempre por se sobrepor às químeras.

E, por isso, a-pesar-de a nossa conduta social obedecer a cânones mais rígidos, a-pesar-da excessíva severidade da indumentária até mesmo junto às salsas ondas do oceano, a-pesar-da severa separação dos dois sexos, a sanidade moral dos agregados populacionais não era superior à de agora. A carne despresada vingava-se tiranizando o homem. O mistério em que se envolvia o corpo exacerbava as potências espirituais do desejo e provocava desregramentos tanto mais torpes quanto mais sornas. A vígiada rapariga, não podendo ser a camarada do rapaz, transformava-se na prêsã sôbre a qual se exercia o instinto animal de caça do macho audacioso. E Eros, sorrindo maliciosamente dos cuidados maternas, preenchia as noites da mocidade da nossa geração com sonhos e visões que hoje raramente apoquentam os sonos juvenís.

Feliz a gente moça de agora! Se alguma coisa, colectivamente, a preocupa neste momento é a antevísão do têrmo próximo da alegria das férias estívais. Já se adívínha, com efeito, um vago cheiro a aulas, com as sebentas rançosas e uns mestres de feitio oitocentísta que ainda não souberam acomodar-se às variações do clima social e que por isso persistem em ditar à vida de hoje as leis que regiam a vida do tempo dêles. Ah, os mestres! Que carecidos que êles estão de voltar a aprender com a constância testaruda de ursos as lições dos factos, desdenhadas por êles, lá do alto das suas cátedras, com ar de enfatuada superioridade! Dignem-se Suas Lentências, sequer ao

menos, examinar com olho arguto e não suspicaz o material humano pôsto pelo Estado e pelos particulares à sua disposição para experiências «in anima nobili» e considerar uma vez por outra o fácies social. Talvez assim a juventude desta época visse aproximar-se com menos vivo desprazer o fim do mês de Setembro.

* * *

Para que falar, porém, em coisas francamente antipáticas se há na vida tantíssima coisa agradável? Ah, êste mês de Setembro! Êle marca durante o dilatado período anual o apogeu da sociabilidade humana e remata por uma festa pagã — as vindimas. As uvas loiras ou negruscas, que são sem favor, um dos mais felizes ensaios químicos do bom Deus, atingem lá para a segunda quinzena de Setembro o grau de maturidade próprio para que a fermentação dos seus sucos produza, com o máximo de boas qualidades, êsse néctar precioso, o vinho, que já os romanos consideravam o remédio por excelência para a cura de almas entristecidas ou macambúzias. O vinho tem sido exaltado em todos os tempos pela nata dos homens de letras. Cantou-o mais e melhor que ninguém êsse divino Horácio que, a avaliar pela facúndia do seu entusiasmo, deveria ter sido tão excelente bebebão como famoso poeta. E, já quasi em nossos dias, o excêntrico Beaudelaire escreveu sôbre o vinho versos imorredouros.

Pois a colheita das uvas é por êsses campos fora pretêxto para uma manifestação de franca alegria. Não há trabalho manual mais doce e prazenteiro do que êste. Questão de tradição ou o que seja, mas é assim. Até parece que Baco subdivide até ao infinito a sua personalidade para, escarranchado numa pipa segundo o louvável costume, presidir aqui, ali, acolá, em suma por tôda a parte, às vindimas e comunicar o seu sempiterno bom humor a todos quantos participam nessa operação agrícola. Canta, conversa ou ri a raparigada que se acocora em tôrno das videiras, vergadas ao pêso dos cachos, a fim de lhos ir cortando, uns após outros, e só interrompe os seus garganteios ou a sua algazarra para trincar bagos da fruta saborosa. Canta o ganhão ao transportar sôbre o carro de bois, em dornas atestadas, a deliciosa mercadoria. Canta o bando dos serviçais ao constatarem a farturinha que lhes entra pela casa dentro e que outrora, quando ainda não havia a crise, significava riqueza e bem estar. E a ceia com que remata a festa não é como as outras ceias, tem algo de mais capitoso, como se o invisível Baco, descendo da clássica pipa, se entretivesse a dizer aos ouvidos de cada um chalaças coceguas.

* * *

Este mês de Setembro...

Há quem aspire a retardar a marcha fatal do tempo, com artes e manhas de Josué, para o gozar lenta, pausadamente, com gula de sibarita. Porque, no mês de Setembro, não existem tão somente, para o devoto das praias, aquelas manhãs passadas à beira da água ou dentro dela, sem os liames complicados da indumentária normal e com o sol a tostar epidermes mais ou menos pilosas. Há também as merendas comidas ao ar livre por entre chilreios das creaturinhas de Deus e das aves que saltitam nas ramarias das árvores, sob cujas copas se abrigam as primeiras. Há ainda o chá das cinco e o «tennis». Há — supremo prazer! — as correrias nocturnas em automóvel, com o vento a desgrenhar e refrescar cabeças juvenis, enquanto a paisagem esfumada pela noite vai perpassando como em sonhos e se ouve o marulhar contínuo, arrepiante, do oceano. Há sobretudo as noitadas nos casinos consumidas nos langores hieráticos da dança contemporânea, com os corpos exalando aromas de carne lavada à compita com perfumes de Coty e de Houbigant. Tudo isso e muito mais do que isso se contém para o banhista acaudalado no conceito do mês de Setembro.

E, para os amadores do veraneio campestre, a gama dos prazeres sadios não é menor. Há mais que as vindimas insituidas pelo venerando Baco, que em matéria de alegria leva as lampas ao mais folgazão. Há as deambulações por montes e vales, quer para regalar os olhos na contemplação de panoramas de maravilha e oxigenar os pulmões com ar puríssimo, quer para perseguir com fúria tenaz a caça teimosa em não se deixar apanhar com facilidade. Há as leituras amenas, de papo para o ar, à sombra fresca das matas. Há o contacto com coisas e seres — velhas propriedades, velhos parentes, velhos conhecidos — que a ausência nimbou de poesia. Há as excursões àquela serra que se avista lá ao longe e onde havíamos ido em alegre companhia em tempos idos e àquela terriola onde nos espera o amplexo carinhoso dum amigo não visto há muito tempo e uma hospitalidade em que se não divisa sombra de mau humor ou de constrangimento. Há a doce lassidão do repouso, tão necessário para alguns, após um ano de trabalho exaustivo, como o ar que respíram. Há tudo isso e muito mais do que isso nessa comunhão anual do homem com aquele trecho da natureza que o viu nascer.

* * *

Claro está que, para se poder sentir profundamente tudo quanto vimos

de dizer, é preciso ter essa suprema qualidade dos seres racionais que se chama — a juventude. Ora acontece que a nossa se perdeu de há muito nas brumas nevoentas do passado. Nem por isso nos poremos a exalar imprecações e queixumes tão doloridos como os do alucinado Hamlet junto à sepultura de Ofélia, a que morreu afogada num ribeiro. Que Deus tenha sob a sua guarda a nossa perdida juventude! De tôdas as artes do homem, a mais difícil é, sem dúvida, a de saber envelhecer com resignação, íamos dizer com alegria. Por felicidade, nós possuímos o dom especial da conformação com as injúrias agrestes do tempo e sabemos extrair da situação criada por elas o «quantum» de contentamento suficiente para que a vida se torne suportável.

Assim é que o nosso prazer neste mês de Setembro consiste em assistir à alegria de quantos nos são queridos. E — creiam — gozamos, a nosso modo, talvez mais do que eles próprios. Pobres papás que, vendo crescer seus filhos, sentem em seus corações, sem que o confessem, vago ciúme por êsse desabrochar das flores a que deram vida! Pobre homem que espreita com amargura a multiplicação das cãs no seu bigode quando vê desenhar no lábio superior do filho um buço petulantemente afeiçoado segundo a moda lançada pelos galãs de cinema! Pobre mulher que amaldiçoa as suas rugas para ela precoces quando vê resplandecer o rosto líso da filha com os encantos peculiares da primavera da vida! Ah, êsses tais não conhecem nem a doçura de reviver em seus filhos, nem o encanto poético de os ver realizar ideais e sentir alegrias que para eles se confinaram tanta vezes no domínio dos sonhos!

Que de sensações aparentemente desfeitas em cinzas faz renascer em nós êste delicioso mês de Setembro quando nos pomos a contemplar com amoroso enlêvo as vidas juvenis que vão crescendo à sombra da árvore já carcomida da nossa pobre existência! Sonhamos o mesmo que eles sonham. Tomamos parte em espírito nos seus jogos e divertimentos. Sentimos em nossa carne aquele arrepio inicial de frio que sentem as suas carnes ao tomar contacto com o oceano. Temos cólicas como eles quando lhes ocorre evocar os mestracos de sobrecenho carregado. Regressamos, em suma, por obra e graça do amor paternal, à nossa já distante juventude.

Ah, êste mês de Setembro...!



VIDA CULTURAL

Onde está a felicidade?

POR SALVADO DE CARVALHO

*À memória de meus pais,
A minha mulher,
A meus filhos.*

1. Do carro de bois ao vôo estratosférico

De quando em quando, o homem compraz-se em evocar os bons tempos de outrora. Entre duas fumaças ou no intervalo de dois *rounds* do *box* da vida, quem é que alguma vez se não se terá surpreendido a si mesmo a reeditar quási maquinalmente o clássico — *ah! où sont les neiges d'antan?* Agora mesmo, na prisão voluntária dum quarto de hotel, atravessamos um desses estados particulares de emoção saudosista e pomon-nos a recordar aquelas viagens estivais da nossa infância, quando a família inteira se deslocava da aldeia do Alcaide, onde residíamos, para a do Pedrógão, onde parte dela havia visto a luz do dia.

Fazíamos o trajecto, uma vez ou outra, em carro de bois. Pachorrentamente, os pobres animais lá iam arrastando o pesado veículo, com aquele ar de resignação e de tédio que lhes é habitual. Percorridos os quatro quilómetros de estrada que separam o Alcaide da estação de Fatela, o carro, procurando afastar-se da Gardunha, descia a sua encosta por ínvios trilhos e entrava num terreno acidentado, com seus altos e baixos fatigantes. Os bois, quando a subida era mais áspera e a canícula apertava com êles, deixavam pender das bôcas as línguas flácidas, sem, contudo, quebrarem em excesso o ritmo da sua marcha cadenciada e monótona.

Mais impassível que os próprios animais, o ganhão da nossa casa, o Zé Baptista, que já lá está na terra da verdade e que era a honestidade e a simplicidade feitas gente, seguia ao lado dêles. excitando-os com o aguilhão lá de onde em onde e trauteando uma cantilena arrastada e ingénua cujos écos ainda hoje repercutem distintamente nos nossos ouvidos: *oh! ai tão linda...!*

E as horas pareciam lentas, eternas! A impaciência dos viajantes, sobretudo dos mais jovens, levava-os a perguntar com certa frequência ao Zé Baptista se o Pedró-gão ainda estaria muito distante. O bom do homem, iluminando com um sorriso de conformação aquela cara de bondade que Deus lhe havia dado, respondia apontando-nos vagamente um monte que se divisava lá ao longe: fica já além, atrás daquele morro. E o morro parecia fugir diante de nós, e, quando finalmente o transpúnhamos, o Pedró-gão quedava-se ainda para o lado de lá doutro outeiro que substituíra o anterior automaticamente.

A meio do caminho, nas Sete-Barrocas, sitas na região das Casinhas, a caravana fazia alto junto a um fio de água puríssima que escorria mansamente dos flancos graníticos da montanha, e toca a comer a merenda que a fome já estava aguçando a dentuça da miudagem. Era alegre e sadio aquele repasto ao ar livre, durante o qual as conversas e as risadas quebravam o ruído impertinente do entrechocar dos queixos. E, no final, o rancho juvenil, ajoelhando-se à beira do regatozinho, mergulhava nele os beiços lambusados e sorvia a linfa cristalina com ar de infinita satisfação, sob a vigilância enternecida das pessoas sisudas.

Recomeçava a marcha e o Zé Baptista retomava o fio interrompido da sua cantilena: *oh! ai, tão linda...!* Ainda é longe, sr. Zé Baptista? — tornavamos nós a inquirir. E o santo homem vá de retorquir que era mesmo já ali, para lá daquele morro. E as horas seguiam-se imperturbáveis. Transposta a ribeira do Taveiró, ansiávamos por chegar à do Ceife, já próxima do local do destino. A noite, no entanto, ia fazendo descer lentamente sôbre a terra o seu manto opaco de escuridão. Não era raro avistar-se ao longe uma ou outra queimada, iluminando vagamente um trecho do horizonte com a sua chama a que a noite emprestava aspectos fantásticos de fogueira de duende. As nossas epidermes sentiam-se percorridas por arpejos comunicados pelo mistério envolvente da obscuridade. Ladravam, de quando em quando, cães vigilantes e agressivos. Finalmente desenhava-se a pouca distância a fita argêntea e rumorejante do Ceife. Já estava perto o Pedró-gão. Quando êle nos surgia quasi repentinamente, sem darmos por isso, os nossos peitos soltavam suspiros de alívio, que os corpos já estavam positivamente derreados. Aquele curto trajecto de pouco mais de vinte quilómetros custara-nos a bagatela de onze horas de viagem!

Assim se passavam as coisas em 1895.

...Deixemos que os anos se sucedam uns aos outros, sempre diversos e sempre semelhantes, e num salto brusco transportemo-nos àquele dia em que, ao pôr pé em Paris, se nos deparou uma cidade em festa, prêsa de comoção que raiava pelos limites do delírio passional. É que na véspera se realizara pela vez primeira, desde que os Ícaros humanos aprenderam a fabricar asas que se não derremem pela acção dos raios solares, êste facto simplesmente estupendo: o jovem Lindbergh, sòzinho chegara a Paris, trasladando-se de Nova York em quarenta e poucas horas num maravilhoso vôo sem escala. O feito daquele moço virginal e abstémio, que nem a franquesa mais sapiente, nem o champagne mais capitoso — *goût américain* — conseguiram seduzir, surgia aos olhos de tôda a gente como gesta arrancada às lendas da mitologia.

Albergava-se uma vontade de ferro na alma daquele jovem espigado, que soube resistir, qual monge austero, às carícias magnéticas de Paris. Só assim se explica que o não tivesse aterrado a idea de atravessar dum jacto a imensidade líquida do Atlântico, sem outras companhias que não fôsem os seus pensamentos íntimos. Que forma teria revestido a sua ansiedade durante as horas do trajecto, poucas para os cronistas da façanha inolvidável, infinitas para o seu audaz executante? Ter-lhe-iam acudido aos lábios farrapos de orações, enquanto os seus sentidos lutavam contra a tenaz perseguição do sono? Teria concentrado o seu espírito na contemplação íntima duma boa mamã norte-americana de que se ia afastando cada vez mais e que estaria vivendo horas de atroz agonia? Ou o seu espírito obsessionado não teria tido outra preocupação senão a de chegar, a de atingir o alvo, êsse Paris, que para quasi todos significa prazer, mas que para êle apenas significava glória?

Não julgamos excepcionalmente meritória a audácia daquele que se atreva a levar a cabo o que outros já haviam realizado, embora a nova tentativa se faça em condições de maior dificuldade do que as anteriores. Reservamos o nosso espanto admirativo para aqueles que ousam conceber uma proeza que os outros mortais, por consenso unânime, ainda consideram situada nas regiões obscuras do impossível. Bèbé Lindbergh, com o seu vôo solitário, catalogou-se no número dos raros que a si próprios se impõem a obrigação de pensar que impossível é aquilo que ainda se não verificou, mas que o impossível passa à categoria de possível logo que se efective uma primeira vez. O norte-americano transpôs, portanto, os humbrais da fama na qualidade de domesticador do impossível. E o caso assumiu ainda proporções mais épicas por não ser Lindbergh o tipo clássico do aventureiro, mas ser então um rapazote imberbe, que, sabendo corar, não aprendera ainda bem as regras da complexa arte de viver.

A técnica humana atingira um estádio que deixava a perder de vista a era do carro de bois e da diligência e que fazia empalidecer as maravilhas do caminho de ferro e do automóvel. Tomando posse do domínio dos ares, até certa altura não disputado às aves, o homem soubera vencer estas, primeiro em velocidade, depois em fôlego. Mas o homem jãmais se sente satisfeito com o que consegue alcançar, tão certo é que para êle não existe o *non plus ultra*. Olhando para cima, em vez de olhar apenas no sentido horizontal, o homem tenta agora efectuar os seus deslocamentos nas regiões estratosféricas onde já se lhe tornaria impossível a vida sem suas artes e manhas. Quando realizar êste objectivo — e não devemos estar muito longe disso — a çeminuição da resistência do ar permitir-lhe-á velocidades médias fantásticas, de seiscentos quilómetros e mais. E, assim, o bom burguês que almoçar em Paris poderá ir jantar a um arranha-céus nova-yorquino.

Entrevê-se, pois, o advento da época em que o espaço entre a Europa e a Norte-América possa ser percorrido em menos tempo do que o que gastávamos na nossa infância para transpor o magro intervalo existente entre o Alcaide e o Pedrógão. Juntemos à maravilha da aviação estas outras maravilhas do cinema sonoro, da telegrafia sem fios e da rádio, que abrem ao espírito humano perspectivas insuspeitadas no passado e dão ao pensamento um formidável poder de irradiação, acrescen-

temos-lhes ainda as virtuosidades surpreendentes da técnica económica e teremos completado a enumeração dos elementos materiais que emprestam às sociedades contemporâneas uma fisionomia muito particular.

2. Influência da velocidade na vida contemporânea

Os homens que se vêem a braços com dificuldades originadas pela desnorteante instabilidade duma época tão revolucionária como a actual sentem certa propensão para lamentarem a sua triste sorte, e, como dissemos, para exaltarem em contraposição a felicidade dos decénios que antecederam a guerra. Os que já eram gente durante essa fase, isto é, os que já dobraram o Cabo Tormentório dos quarenta, são os que se encontram em melhores condições para poderem formar juízos menos precários acêrca das vantagens e desvantagens de qualquer dêesses períodos, tomando as tanto em valor absoluto, como em valor relativo. E, visto que, por mal dos nossos pecados, perdemos já a melhor virtude do homem, a juventude, e nos vamos aproximando da casa dos cinquenta com velocidade vertiginosa, consinta-se-nos que digamos da nossa justiça sôbre a matéria controvertida. É, afinal de contas, o triste jus da nossa idade.

Vivia-se bem nos alvares do século XX. Não existia, de facto, esta doentia inquietação que atormenta as almas hodiernas. É certo que a miséria alastrava e se enraizava por tôda a parte com a imperturbável vitalidade do escalracho. Mas para todos havia trabalho, mal remunerado embora. A tranqüilidade do ambiente social, em que a pobreza envergonhada sabia ocultar pùdicamente as suas lágrimas, prestava-se ao desenvolvimento da sensibilidade, aos refinamentos sentimentais, a certa campositura de atitudes. As *élites* sociais tinham incontestável prestígio, ninguém curando inquirir da solidez dos seus fundamentos. As almas líricas poetavam. Os papás ganhavam a vida honradamente, economizando uns patacos que deixavam em herança aos senhores seus filhos. As meninas namoriscavam mais ou menos discretamente, relembando com os seus botões a amável ironia da cigarra do Augusto Gil: «ao menos um alferes de infantaria». Os filhos família apanhavam pifões a deshoras em alegre companhia, inquinavam-se de mazelas menos curiais, e, quebrada a efervescência da mocidade, deixavam-se arrastar pela corrente da vida calma, passando a imitar a serenidade e compostura dos senhores seus pais. A vida decorria em cadência monótona, segundo regras canónicas universalmente acatadas.

Vivia-se bem, mas vivia-se pouco. É que a duração da vida não deve avaliar-se pelo intervalo de tempo que medeia entre o instante registado na certidão do nascimento e o instante assinalado na certidão de óbito, mas sim pela quantidade de sensações, de operações intelectuais e de actos que preenchem êsse curto parêntesis entre o não ser donde viemos e o não ser para onde reverteremos. Ainda hoje no coração da Ásia, há monges que se emparedam dentro dum reduzido espaço onde não entra o sol e onde a comida é introduzida pelos devotos caritativos através dum estreito buraco. Vivem acaso êsses míseros a quem uma idea fixa obsessiona as almas enfermas e cujos sentidos se conservam propositadamente arredados da acção dos

estímulos externos? Não: nem são mortos, nem são vivos, são mortos-vivos, mais mortos em todo o caso do que vivos. Há outros homens que, não obstante andarem em deambulações por êsse mundo de Cristo, têm embotado os sentidos e as faculdades anímicas ou por virtude de imperfeições orgânicas das sociedades ou por vícios constitucionais próprios, de modo que o seu ser psíquico tem uma vida vegetativa e o seu ser físico pratica apenas os actos impostos pelos instintos e hábitos pessoais ou pelas ordens dos seus semelhantes, se é que pode chamar-se-lhes seus semelhantes. De maneira geral, os homens que o século XIX projectou para dentro do século XX moviam-se de vagar e pensavam com pachorra.

Mas veio a época das grandes velocidades e tudo se alterou. Sim, porque, desde o caixeiro viajante da filosofia, que é o Sr. Conde de Keyserling, até ao humilde rabiscador destas desataviadas linhas, todos quantos ainda não perderam a trasmontana no meio da confusão geral dos nossos dias coincidem na adopção dêste ponto de vista fundamental: é a velocidade, em última análise, a causadora da metamorfose contemporânea. Ela permite aumentar o rendimento da produção e do pensamento, acelerar a circulação das mercadorias e das ideas, multiplicar os estímulos externos e as sensações. Sem ter necessidade de sair de sua casa, o homem ouve em sequência ininterrupta as melhores orquestras do mundo, os mais afamados *jazzes* e solistas, os mais perfeitos garganteios das grandes cantarinas e dos grandes cantarinos, representações teatrais em países longínquos, chalaças de cómicos célebres, filigranas de *diseuses*, discursos de propaganda política, conferências culturais, cotações de tôdas as Bôlsas, notícias da última hora e *réclames* de todos os produtos. Com o simples trabalho de se deslocar até ao cimena, o homem viaja pelas sete-partidas da Terra, penetra os segredos da África misteriosa, da Ásia enigmática, da Oceania perturbante, da América envaidecida e da Europa decadente, assiste a caçadas em que se abatem as feras mais estrambóticas, a lutas de *gangsters* e de financeiros — *ces messieurs de la Santé* — a dramas de espionagem, a chacinas guerreiras, a acrobacias no espaço, a comédias voluptuosas com as eternas seduções do eterno feminino, a operetas e revistas com mulheres estonteantes, a farsas hilariantes, ao crescimento dos vegetais e animais mais abstrusos, a fenómenos meteorológicos, às cóleras do Oceano e da atmosfera e à fantasia inesgotável dos criadores de desenhos animados. Se a paixão das viagens se lhe instilou nas veias e lhe não falta a pecúnia, a doce e vil pecúnia, o homem tem à sua disposição para transportar-se cidades fluctuantes que, à semelhança do *Normandie*, juntam à grandeza das proporções o furor da velocidade ou serve-se para os seus deslocamentos do automóvel e do *zeppelin* que se esgueiram vertiginosamente ou do avião que voa alucinadamente.

Por outro lado, das descobertas e invenções do espírito humano resultaram factos materiais que, encadeando-se e envolvendo-se uns nos outros pelas formas mais imprevistas, provocaram situações económicas e sociais de estranha complexidade a que o homem vem sendo forçado a adaptar-se. Instituições que pareciam eternas são subvertidas nuns pontos da Terra e noutros abrem fendas e ameaçam desabar. Os limites das classes são cada vez mais fluctuantes e indecisos. Já se não tornam necessárias como outrora fecundidades desbordantes ou o aparecimento de descendentes

tes fantasistas, para quem o dinheiro é coisa de somenos, para destruírem fortunas familiares mantidas através de gerações sucessivas. Os simples fenómenos monetários e financeiros bastam para alterarem as posições relativas dos diversos sectores sociais e dentro destes as dos seus vários membros. A legião dos novos-ricos é excedida em número pela legião dos novos-pobres e cada um dos primeiros é candidato à inscrição nas listas dos segundos. Onde ontem havia segurança e tranquilidade há hoje receio e desassocêgo. Onde ontem havia a certeza instalou-se hoje a dúvida. O homem — disse eu algures, pouco mais ou menos, — retornou de certo modo aos tempos primitivos da sua existência sobre o orbe terráqueo, quando ainda não havia constituído reservas de qualquer espécie e, para viver, lhe era indispensável resolver diariamente pela força ou pelo geito o problema angustiante da alimentação. O futuro, hoje, como nesses tempos sumidos na nebulosa indecifrável do passado prè-histórico, é uma formidável incógnita, e a vida um combate permanente, um estado genético de inquietação.

É claro que um panorama desta natureza é tudo quanto há de mais próprio para sacudir a preguiça intelectual herdada dum período de estabilidade. Às múltiplas sensações determinadas pelos estímulos materiais externos juntam-se aquelas que são provocadas pelos estímulos espirituais internos, nascidos da contemplação desse panorama. *Primum vivere, deinde philosophare* — dizia-se em outros tempos com ar prático e sentencioso. Esta regra está amplamente derogada. Para viver, o homem de hoje carece de executar — é certo — actos instintivos, mas normalmente tem de fazer preceder a sua acção pela reflexão filosófica, não vá dar-se o caso de que outros, mais astutos ou melhor preparados, o consigam vencer ou aniquilar definitivamente nos ásperos combates da existência. Compreende-se que, em tais condições, as subtilezas sentimentais, os requintes de sensibilidade, que são aliás a flor da vida, sejam relegados para plano secundário, que as almas e os corpos endureçam, que o homem venha a descobrir no fundo de si mesmo vestígios da fera ancestral, narcotizada durante tanto tempo pela civilização, que a própria mulher desça espontaneamente do pedestal onde a havia erguido a simpática lamechice do século XIX para tomar parte na agitação desta época e que o desporto se haja transformado em escola prática de luta, aumentando a rudeza das suas práticas à medida que se perde, com o sentido desinteressado e cavalheiresco de antanho, o gôsto pelas filigranas e preciosidades.

3. As delicias de Cápua

Ter-nos-ia Deus, porventura, predestinado para os prazeres duma vida pouco trabalhosa, ausente de cuidados, ou, pelo contrário, teria instilado na alma humana o virus da agonia e da angústia para o constituir em factor da sua ascensão espiritual? Quem estudar, ainda que superficialmente, os fenómenos religiosos observa que as várias seitas nunca prometem aos seus fieis o paraíso neste mundo, mas o situam sempre para além da vida terrena, em outra existência mais alta e melhor. Porquê? Acaso isto obedecerá ao reconhecimento de que a dor e o sofrimento são compa-

nheiros inseparáveis do homem neste vale de lágrimas — assim lhe chama a Bíblia — ou resultará apenas do facto de a espécie humana não ser capaz de conceber o que ainda não viu, isto é, uma vida isenta de grandes amarguras e inquietações?

Aníbal, que, com a sua marcha através dos Alpes e com a vitória esmagadora de Canas, realizara uma das maiores façanhas militares de todos os tempos, acabou por dissipar grande parte das suas energias nas delícias de Cápua. Se de Canas tivesse seguido directamente para Roma, quem sabe se o indómito guerreiro não teria conquistado a orgulhosa *urbs* e se, com êsse facto, a história não haveria tomado rumo completamente diverso daquele por onde enveredou. O homem não foi fadado para ter vida fácil, por isso que, se a tivesse, careceria de estímulos para progredir. Com efeito, o progresso é, em última análise, a resultante dos esforços do homem para vencer as dificuldades que pretendem impedir o livre desenvolvimento da sua personalidade. Foi talvez em atenção a isso que Deus multiplicou os obstáculos no seu caminho e, com requintes de maquiavelismo, atribuiu ao seu espírito uma qualidade fundamental — a insatisfação.

É a insatisfação a grande geradora de desejos e de aspirações que, mal satisfeitos, logo dão lugar a outros cada vez mais complexos e mais distantes. Quere isto significar que o homem não luta apenas para vencer as dificuldades suscitadas por agentes externos, pois tem de lutar muitas vezes contra as dificuldades originadas por esta predisposição do seu espírito. Repare-se ainda na doutrina daquele velho ditado segundo o qual «a galinha da minha vizinha é sempre melhor do que a minha». Na realidade, a insatisfação, se tem freqüentemente por causa a ânsia insofrida de perfeição, não raro se fundamenta também num sentimento mesquinho — a inveja tão certo é que até o mal pode, em certas condições, fecundar o bem.

Maltratado pela natureza por vezes madrasta e pelos seus semelhantes geralmente vorazes e egoístas, o homem, desconfiado, invejoso, insofrido, oscilando entre o bem e o mal, em suma insatisfeito, só pode ter um programa de existência: lutar para vencer, para compreender o mistério que o envolve, para aumentar, em detrimento dos outros, os recursos com que haja de satisfazer os seus apetites materiais e espirituais, para reduzir ao mínimo o esforço físico e intelectual que haja de despende, na certeza plena de que esta epopeia não terá fim para êle, como o não teve para os que o antecederam, como o não terá para os que hajam de seguir-se-lhe. É a batalha sem fim da vida.

Gozar é bom, mas como meio de retemperar as fôrças, não como meio de perdê-las. Para isso o gôzo deve revestir-se duma característica basilar: a sua curta duração. O gôzo breve representa para o espírito atormentado o papel do repouso para os músculos fatigados. O gôzo prolongado é causa de atrofiamento do espírito, como a falta de exercício impede o desenvolvimento normal dos músculos. Cápua só se compreende como um alto no meio duma marcha extenuante. Quem se esquece dêste princípio e quere libar até ao fim o mel dos seus prazeres prepara por suas próprias mãos a futura derrota de Zama.

Não, pobre homem, cansado por uma jornada trabalhosa, não penses em pro-

longar normalmente a tua soneca voluptuosa pela manhã fora do dia seguinte, até à hora do almoço ! Toca a levantar cedo, que a vida, com as suas sempiternas exigências, quer tomar conta de ti. Hoje como ontem, como sempre, estás condenado a não parar. E, se páras, já podes calcular qual virá ser o teu triste destino : irás aumentar a legião dos fracassados que semelham farrapos humanos ou espectros inomináveis.

Em épocas de estabilidade tem-se a ilusão de que as cousas se não passam bem assim. É que durante elas, consolidadas as mútuas posições dos diferentes grupos sociais, os componentes das classes dominantes podem dar-se ao luxo dum parasitismo que toma, como lema e como ponto de honra, a ociosidade. Já em tempos constatei em *Os meus cadernos* que na vizinha Espanha os *clubs* das várias cidades não passam de mostruários dêstes produtos acreditados — o senhorito e o senhoraço que não trabalham. Horas sem fim, em cada um dos muitos dias do ano, êles exibem-se em posturas de nostalgia árabe por detrás dos grandes chaparrões de vidro que invariavelmente, constituem os miradouros dêstes *clubs* para a rua. Enquanto o fumo sobe em espirais de suas bôcas para o tecto, êsses castiços representantes da burguesia acaudalada ou da nobreza espanhola concentram a sua actividade espiritual no exame voluptuoso e atento dessas volutas caprichosas. Outras vezes absorvem a bebida refrigerante ou escaldante, segundo as estações, com ar de desconsolada fadiga — aquele cansaço de nada fazer de que já falava a Diderot o sobrinho de Olivier Rameau. Quando a imobilidade os derrea em excesso, põem-se de pé, movendo as articulações dos joelhos e desenrugando as calças, e não conversam uns com os outros, gesticulam, barafustam e gritam como endemoninhados. Até que, esgotados por tamanho esforço, se deixam cair pesadamente nos *maples* confortáveis e regressam à imobilidade habitual.

Confessamos o nosso pecado : sempre que passamos nas ruas espanholas ao rés destas montras da ociosidade, surpreendemo-nos a contemplar com vago enternecimento êsses exemplares duma espécie condenada ao desaparecimento. Êles representam uma das conseqüências desastrosas da lei da inércia nos tempos movimentados que estamos atravessando. Veem do passado sem poderem adaptar-se ao presente, quanto mais preparem-se para a difficil acomodação ao futuro. No período do *ante-bellum*, de que procedem espiritualmente, então, sim, a minoria dominadora podia, aparentemente, permitir-se o regalo de viver à custa da exploração das grandes massas humanas. A alguns era, pois, lícito em tal época, para êles saudosa, atascar-se até aos gorgomilos nas moles delícias de Cápua e até mesmo inventar novas formas de excitação artificial das potências do gôzo, indo desde os refinamentos da luxúria espiritual até aos requintes do sadismo. Para os outros, para os explorados, é que a vida tinha de ser trabalhosa e dura, sem sequer aqueles curtos parêntesis de desenfado e alegria que são o sono reparador da existência.

Pensando, porém, melhor, nem mesmo para os outros, para os que escorriam até às fezes a quintessência dos prazeres, deixava de ser verdadeira a regra atrás apontada. Êsses tais, com a sua inactividade desmoralizadora, estavam preparando a convulsão social seguinte, em que lhes haveria de caber o papel indesejável de víti-

mas. Cápua, afinal de contas, foi sempre fatal a todos os vencedores. É certo que os Aníbais até quando amolentados ou entorpecidos pelo excesso do gôzo, são sempre Aníbais. Em dada ocasião, dão por conta do perigo e lançam-se de novo, desesperadamente, à luta. A vida difícil e áspera retoma então plenamente os seus direitos. Em regra, porém, é tarde demais, já lhes não é possível recuperar o tempo perdido. Partidas as molas do seu destino, surge um Scipião a dar-lhes a machadada final.

Verdade seja que, a seu turno, o Scipião acaba por ter de emigrar e, desolado, no instante da agonia, prega à mãe-pátria a suprema pirraça de lhe não querer confiar a ossamenta.

4. Onde está a felicidade ?

Ao escrever a pergunta que encima êste capítulo e a que se subordina de modo geral êste estudo, acode-nos ao espírito a imagem querida de nossos pais, tão honrados, tão bons para tôda a gente e de tão ilimitada dedicação para com os seus filhos. E o respeito pela sua memória veneranda e venerada e a saudade dos felizes tempos em que vivemos confiados à sua guarda quási nos força a responder: a felicidade está em não ter cuidados, em pertencer como subalterno a um ranchinho familiar cujos chefes saibam merecer o respeito e o amor ilimitado de todos quantos o destino agrupar sob a sua protecção. E o certo é que em nenhum período da nossa agitada existência a vida foi para nós tão descuidada e alegre como naqueles santos tempos em que num carrão pesado e derreativo, com suas molas de azinho, gastávamos onze arrastadas horas para transpor a distância que actualmente usamos vencer em escassa meia hora de correria automobilística.

Mas depois, desprendendo os olhos do passado para os pousarmos em nossa mulher e em nossos filhos, a que nos une uma ternura infinita, surpreendemo-nos a dizer com os nossos botões: não, a verdadeira felicidade não é aquela — que no-lo perdoem lá do alto os que nos criaram com tanto amor — ; a verdadeira felicidade consiste em gerar novas vidas, em se tornar a gente o fulcro dum novo micro-cosmos familiar. Ao recordar, contudo, os sustos ocasionados pelas doenças dos seres queridos, as dores de cabeça originadas pelos trabalhos escolares da pequenada, as lutas ingentes da existência, de que a nossa carne e a nossa alma, as nossas e as de todos, saem tantas vezes a escorrer sangue, o egoísmo leva-nos a inquirir de nós próprios se essa felicidade, fundamentada no pleno desenvolvimento individual, não é paga por preço exagerado.

Não, não o é. É através das angústias sobrevindas no tumultuar da existência que se recosem e temperam os caracteres. Há nos misérrimos componentes da espécie humana uma fôrça explosiva que os projecta em direcção ao futuro, que os faz procriar e que os imortaliza de certo modo, sempre que a sua prole consegue descrever uma curva francamente ascensional. Os mortos revivem em seus filhos. As lutas travadas pelos homens seriam quási tão absurdas como dissídios de loucos se só ti-

vessem por finalidade a satisfação de necessidades próprias de toda a ordem. O que faz, porém, a sua grandeza e a sua beleza é que, em larga escala, elas visam a preparar para os seus descendentes um mundo melhor, em que estes não hajam de sofrer tanto como êles. Sucede, contudo, que os descendentes jamais se contentam com o quadro em que a previdência dos seus maiores pretend eu confinar-lhes a vida, e por isso, se encarregam de estilhaçá-la. Por sua vez, a nova geração comete em relação à que se lhe segue um erro psicológico semelhante ao praticado pela geração que a antecederá. Disto tudo há que concluir que a vida, como atrás dizíamos, é constantemente orientada em direcção a objectivos cada vez mais altos e mais difíceis de atingir. A fôrça e a fraqueza do homem consistem em querer sempre mais do que tem. E a verdadeira felicidade consiste em conformar o quadro das aspirações individuais com princípios do mais elevado altruísmo, pondo-se cada criatura, voluntariamente ao serviço da sociedade de que faz parte e, em especial, ao serviço do seu bloco familiar. Ser feliz é ser capaz de fazer aos outros o dom da sua própria existência.

Mestre Camilo, num daqueles romances que lhe escorriam dos bicos da pena com facilidade verdadeiramente dionisíaca, respondendo a esta mesma pergunta — «onde está a felicidade?» — chega à conclusão de que esta pode muito bem encontrar-se debaixo duma tábua onde se nos deparem inesperadamente uns tantos contos de réis. Sem pretendermos armar em ascetas, porque conhecemos o valor, quer do dinheiro, quer da falta do dinheiro, somos em crer que o grande mestre da prosa portuguesa fantasiava aquela resposta pungentemente irónica sob a impressão da sua permanente e desoladora penúria, que, por mal dos seus pecados, o havia transformado, não em cultor voluntário da arte literária, mas em autêntico escravo da pena. A verdade é que o dinheiro permite satisfazer certas necessidades do homem, sendo portanto, condição necessária, mas não suficiente, da felicidade. O excesso de recursos monetários pode mesmo ocasionar, como o excesso de gozo, uma diminuição de personalidade, por acarretar consigo a quebra de energias e a incidência da actividade individual sôbre objectivos indignos de preencherem uma existência.

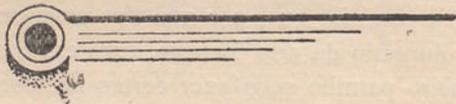
Bela época, esta em que vivemos! Os próprios acontecimentos forçam os homens a ser dignos e a subordinar os seus actos a normas superiores, sem que, aliás, êles tenham a estulta pretensão de submeter em absoluto a realidade à idealidade, antes procurando mantê-las em contacto e de acôrdo. É bem verdade que, às vezes, a caminhada já se afigura aos homens excessivamente fatigante. Que se lhes há-de fazer, porém, se — repetimos — nenhuma conquista da civilização deixou até hoje de custar sacrifícios e dores à geração que a levou a cabo!

Nada disto, porém, nos impede de recordar com saudade quási religiosa, os bons tempos da nossa infância e da nossa mocidade, com o seu sossêgo quási idílico. Mal cerramos os olhos, logo, maquinalmente, começa a correr na tela da nossa imaginação a fita cinematográfica do passado, com as suas encantadoras puerilidades. Pobres pais, que não souberam viver senão para os seus filhos! Velhos parentes que a morte ceifou já também! Oh! soberba Gardunha, por cujas encostas treparam as nossas pernas rijas, vezes sem conto! Oh! magestosa Estrêla, que formas o pano de fundo

duma paisagem de maravilha ! Oh ! viagens da nossa infância, lentas, pegajosas, monótonas, com o Zé Baptista a guiar pachorrentamente os bois pachorrentos ! Oh ! espantos e admirações de rapaz bisonho, transportado bruscamente para o bulício, para êle infernal, de Lisboa !

E, pensando nisto tudo, uma dúvida se insinua subrepticamente no nosso espírito : afinal de contas, quem sabe onde estará a felicidade !

2.VII-935.



**Este número foi visado
pela Comissão de Censura**

A Ciência e o Direito

POR ABEL SALAZAR

(Continuação do n.º 15)

III

A doutrina individualista

Acompanhemos o autor passo a passo, e sigamo-lo constantemente com a crítica: vamos com efeito tratar duma série de temas dum interêsse social acentuado.

O homem, diz o autor, vive em sociedade e não pode viver senão em sociedade; êle é assim submetido a uma regra social pela sua base, individual na sua aplicação, regra que tem necessariamente de existir porque ela está implícita na própria sociedade.

Notemos que esta afirmação é dogmática: o autor não a documenta cientificamente. Ela é concluída da observação duma sociedade diferenciada que não pode existir sem coesão e sem uma coesão tanto mais forte quanto maior é a sua diferenciação. A divisão de trabalho conduz à associação automática, precisamente como no organismo animal ou vegetal. Mas, se isso é certo para as sociedades altamente diferenciadas, podemos generalizar tal afirmação a tôda e qualquer sociedade, em qualquer grau de diferenciação? O autor não tinha o direito de o fazer, sem análise crítica do problema. Ora, já citámos o caso célebre das sociedades totêmicas e tabou, que parece não poderem servir de base a um postulado do género acima pôsto, e casos análogos existem nas sociedades primitivas. Sem sujeitar todos estes casos a um estudo crítico, não temos o direito de avançar tal postulado, que assim apresenta o aspecto dum postulado dogmático.

Assim, não podemos concluir, como o fêz o autor, que a existência duma sociedade implica a existência duma regra de direito. Desejaríamos saber o que o autor pensa das sociedades animais e mesmo das sociedades vegetais.

E, no entanto, um exame crítico de todos os tipos conhecidos de sociedades ani-

mais e mesmo vegetais impunha-se neste lugar, pois só assim poderíamos eliminar os múltiplos factores dum problema complexo e seguir a diferenciação progressiva da sociedade, a sua transformação em agrupado diferenciado. Êsse seria o verdadeiro critério científico. Bem sei que o autor se refere apenas às sociedades humanas mas não tem nenhum direito, adentro do método científico, de proceder de tal forma. Se tal fizesse, chegaria rapidamente, entre muitas outras conclusões, a que uma sociedade pode ser concebida como um agrupado de indivíduos, animais ou vegetais, análogos, com um grau de diferenciação progressiva do sistema nervoso, e que, quando essa diferenciação atinge determinado grau, que caracteriza o homem, o agrupado social revela elementos novos. É, com efeito, quando a inteligência começa a saber *objectivar* as suas criações e actos, quando surge enfim, a linguagem falada e escrita, a arte e a poesia, que a objectivação duma regra de direito pode ser compreendida. Até aí a situação é diversa. Seja como fôr, todo êste problema exige um ponderado estudo crítico, a que o autor nem sequer alude.

Assim, logo de início, nenhuma base científica encontramos que possa servir de ponto de partida: simples afirmações, vagas e imprecisas, de carácter simplista, vulgar. Mas, continua o nosso autor, «esta regra de direito existe quando a massa das consciências individuais compreende que ela deve ter uma sanção social». Desta forma o autor baseia a sua regra de direito no sentimento de solidariedade, na consciência da justiça: eis pois o autor em contradição absoluta, com os princípios do seu objectivismo radical. A regra social é regra de direito, quando tem a sanção das *consciências individuais*. A contradição de princípios e de realização é tão manifesta, que não necessitamos de a pôr em relêvo. Faremos notar apenas que o autor foi conduzido a ela por várias razões, acima já expostas. Primeiramente, quando se viu na posição exigida pelo seu desenvolvimento, viu-se em face da condição limitante e do dilema que dela resulta. Nesta situação adoptou por momentos a posição contrária ao seu princípio de objectivismo absoluto e daí a contradição. Em seguida, não tendo tomado por base a progressão das sociedades e o aparecimento da inteligência objectivada, êle joga com dois conceitos — a sociedade: — *grupo orgânico* — e a sociedade: — *grupo das consciências* —, que não liga num complexo. Adentro do seu objectivismo radical, a sociedade é um *grupo orgânico*, depois, para estabelecer a sanção da regra de direito, a sociedade é um *grupo moral*; e, como o autor desenvolve incoerentemente a sua teoria a partir destas bases diversamente postas, a contradição é inevitável. Mas, diz o autor, seja como fôr a propósito da doutrina, a regra do direito existe só porque uma sociedade existe: — voltamos assim atrás, collocamo-nos de novo no campo do objectivismo radical. Ora, nestas condições mesmo, já vimos que tal afirmação é posta por uma forma dogmática, sem bases nem crítica.

Afirmando que tãda a sociedade tem um direito objectivo como tem uma língua, o autor parece ter-se apercebido da necessidade de definir o conceito de sociedade que lhe serve de base, mas não faz o seu estudo analítico e crítico, para dêle tirar o conceito basilar: assim, continuaremos perfeitamente trabalhando no vácuo.

Desta situação, o autor parte, no entanto, como se tivesse um sólido ponto de apôio,

para definir a situação que tal regra de direito atribui ao indivíduo na sociedade mas logo recua de novo, forçado pela necessidade, quando afirma que o que faz a regra de direito é a consciência duma sanção social. Assim, são já duas as condições, a existência da regra de direito, a consciência duma sanção social; isto é, de novo temos uma recaída em princípios contrários às bases do autor, que faz novo recuo e repete a sua concessão.

Isto pôsto e antes de desenvolver o seu ponto de vista sôbre o problema, o autor entra na crítica da doutrina individualista, depois de a ter exposto e interpretado esquemáticamente. Vejamos pois as bases e o argumento dessa crítica:

«A afirmação de que o homem, porque é homem, considerado isoladamente e em si, separado dos outros homens, no estado natural, segundo a expressão do século XVIII, é titular de certos direitos próprios à sua natureza de homem, é puramente gratuita, não repousa sôbre nenhuma prova directa. É uma proposição de ordem puramente metafísica sôbre a essência, como dizia a escolástica, do ser humano. Tal afirmação podia bastar num período de crença metafísica mas não em uma época positivista e científica como a nossa. E' uma expressão puramente verbal. Pode satisfazer um crente mas é desprovida de valor científico.»

Recordemos antes de mais nada o que acima dissemos sôbre o critério do autor, ponto de vista viciado que não distingue o que é metafísico do que é subjectivo positivo. Esta distinção é, no entanto, capital, porque com tal confusão, suprimindo o metafísico, suprime-se ipso-facto todo o subjectivo positivo, tôda a função cerebral condicionada, e, ultrapassando a *limitação condicional*, precipitamo-nos inteiramente nas trevas. Se, pelo contrário, nos colocamos numa posição verdadeiramente científica tudo muda de figura. E a interpretação acima citada, transforma-se imediatamente na que se segue, modelada exactamente na forma do autor: *O homem, porque é homem, considerado isoladamente em si, separado dos outros homens, no estado natural, segundo a expressão do século XVIII, é condição de certas reacções próprias à sua orgânica cerebral de homem.* Esta afirmação é absolutamente baseada em dados biológicos, fisiológicos e psicológicos e de nenhuma maneira metafísica. O autor, partindo dum critério viciado, inadmissível hoje em filosofia científica, nega pois uma afirmação que considera como metafísica, verbal e anti-científica, quando ela é susceptível duma actualização científica completa.

A afirmação acima transcrita, tal como o autor a expõe, é apenas uma interpretação metafísica de factos positivos: e a isto se deve hoje resumir a crítica.

Continua, porém, o autor dizendo que tal afirmação é, de resto, contraditada pelos factos, pela constatação da natureza psíquica do homem, pelos estados antropológicos e sociológicos, pela constituição fisiológica e psicológica do homem, por todos os progressos das ciências naturais que estabelecem duma maneira certa que «o homem não existe anteriormente à sociedade, não existe senão na sociedade e pela sociedade: pensar o homem isolado é pensar uma coisa que não existe».

Tudo isto, porém, são afirmações puramente gratuitas, oriundas dum conhecimento insuficiente e incompleto das ciências, e o autor seria absolutamente incapaz de documentar tão singulares afirmações. Cai num vício de argumentação e dos mais

graves, a saber, o apóio científico com deturpação ou desconhecimento dos factos. O autor cai até nesta afirmação ridícula e singular: — «a humanidade começou por uma sociedade, o homem não existe anteriormente a ela» — e assim resolve definitivamente o famoso problema do primeiro ovo ou da primeira galinha.

Vejamos porém o fundo da questão. Certamente afirmar que o homem natural, o homem isolado, separado dos outros homens, é investido de perspectivas e direitos que pertencem à sua essência de homem, é empregar uma linguagem metafísica hoje inaceitável e contraproducente; dizer, como Henry Michel, que tais direitos são inerentes à «eminente dignidade da pessoa humana», nada põe nem tira ao caso. Mas nada se adianta também, substituindo o fraseado metafísico por um fraseado pseudo-científico. Eis, com efeito, o que Duguit opõe a êste fraseado metafísico:

«Tudo isso é afirmação puramente gratuita. O homem natural, isolado, nascido livre e independente dos outros homens e com direitos constituídos por esta liberdade, por esta independência mesmo, é uma abstracção sem realidade. De facto, o homem nasce membro duma colectividade, sempre viveu em sociedade e não pode viver senão em sociedade, etc.».

O autor repete sistematicamente o seu estribilho, que, como vimos, é afirmação tão gratuita como aquela que combate. Porém, a isto segue-se esta frase singular: «o ponto de partida de tóda a doutrina sôbre o pensamento do direito *deve ser sem dúvida o homem natural* (o qual, segundo o autor, é pura abstracção, sem realidade) mas o homem natural não é o ser isolado e livre dos filósofos do século XVIII, é o indivíduo compreendido nos laços da solidariedade social. O que se deve afirmar, não é que os homens nascem livres e iguais em direitos mas sim que nascem membros duma colectividade, sujeitos por êste facto a tódas as obrigações que implicam o mantimento e o desenvolvimento da vida colectiva».

Não saímos, como se vê, dêste marcar passo, desta repetição monocórdica do mesmo estribilho, pejado de contradições, de confusões, um verdadeiro embróglio em que o autor avança, recua, se contradiz, enquanto martela quási automaticamente uma convicção inconsciente.

Já conhecemos os vícios fundamentais de posições que conduziram o autor a esta situação: nela se precipita constantemente. Deixemo-lo mergulhado no seu embróglio e vejamos como a questão deve ser posta.

Dois posições extremas e opostas se apresentam: ou consideramos a sociedade como uma soma, um amontoado de unidades desconexas, cada uma constituída por um homem concreto, e nesse caso a sociedade é apenas uma correlação no espaço de unidades análogas, sendo esta analogia e esta correlação os únicos elementos que nos permitem formar o conceito da sociedade; ou então as unidades estão ligadas umas às outras por uma série de fôrças, morais, intelectuais, emotivas e económicas, etc.

Caminhando na primeira direcção, o conceito da sociedade tende a ser dominado pelo de unidade, isto é, pelo indivíduo; no extremo limite a sociedade desagrega-se e temos um certo número de unidades dispersas. Na segunda direcção o conceito de sociedade tende a dominar o de indivíduo, que se integra nela, sem desaparecer, mas

diminuindo de individualidade a par e passo que se diferenciam os elementos dessa coesão social : no extremo teórico temos o desaparecimento do indivíduo na sociedade, isto é, o indivíduo máquina, fracção ou elemento dum todo.

O indivíduo é então um autómato integrado num complexo cuja coesão máxima é determinada por uma série de forças. Estas forças podem ser económicas, elementos objectivos subjectivados, forças materiais, etc. Este limite, porém, não pode ser em absoluto atingido, porque nesse caso cairíamos no absurdo dum todo composto de partes que não existem. Quer isto dizer que, se forçamos as coisas, para defender a hegemonia do conceito sociedade, até ao ponto de considerar o homem como uma abstracção sem realidade, como fez o autor citado, concebemos um todo objectivo formado de abstracções sem realidade. Assim, o que os factos positivos nos apresentam e o que a razão pode conceber com êles, são duas possibilidades extremas e opostas, além das quais, num sentido, desaparece o conceito sociedade e no outro sentido o conceito homem real. Desta forma os dois elementos — *homem* — e — *integração do homem num complexo* —, são ambas condições fundamentais do conceito de sociedade, o qual, pela sua existência, não anula a de homem natural.

Posta a questão nestes termos, é fácil de ver que o homem, numa das posições extremas, tem a sua individualidade e liberdade máximas, neste caso apenas limitadas pela força cósmica. No outro extremo, esta individualidade atinge o mínimo, a sua liberdade de acção é igualmente mínima; mas, acentuamos êste ponto capital, não pode anular-se, pelas condições referidas, sem anular o próprio conceito de sociedade. Logo, não podemos conceber as coisas, sem pelo menos um grau mínimo de individualidade e liberdade.

Esta concepção é verificada pela experiência. Um agrupado de homens colocado, por exemplo, numa colónia virgem, é a princípio completamente livre, depois com o desenvolvimento da sua acção, com a própria existência em fluxo, gera-se a diferenciação progressiva de funções sociais, morais, económicas, intelectuais, estéticas, que vão integrando o homem no todo colectivo. É ainda o que nos diz, em esquema geral, a evolução das sociedades, que não necessitamos por agora de desenvolver neste sentido. Limitamo-nos a verificar que os factos estão de acôrdo com a concepção racional possível.

Pôsto isto, coloquemo nos entre os dois limites. Encontramo-nos então em face de homens integrados num todo social. Êste todo social existe pelo aglomerado de unidades físicas, o homem orgânico, mas esta condição não basta. Êle existe, o todo social, pela objectivação de elementos subjectivos (direito, linguagem, arte, moral, religião, ciências), e pelo desenvolvimento de forças económicas; isto é, desenvolvem-se no exterior social, as forças intelectuais e emotivas (objectivadas) políticas e sociais e económicas que determinam a coesão do todo. Estas forças são em parte exteriores pela sua natureza, inerentes ao Exterior Social, como as económicas, as conquistas materiais, etc., em parte elementos subjectivos objectivados: linguagem, arte, filosofia, moral, ciência, etc. Não podemos considerar a sociedade sem êste elemento — o *subjectivo positivo*. Já nos explicámos sôbre a significação dêste termo e podemos pois agora empregá-lo, sem mais explicações. A sociedade, além do complexo acima refe-

rido, é um agrupado de elementos *subjectivos positivos*. Êste elemento subjectivo positivo é o sistema Consciente-Inconsciente. A reacção dêstes sistemas uns em presença dos outros e deles em face do conjunto, as acções e reacções constantes do sistema Consciente-Inconsciente sôbre o Exterior Social e dêste sôbre o sistema, as interferências constantes constituem a realidade positiva da sociedade. Esta é assim de essência dinâmica e não estática, é um sistema de acções e reacções entre os seus elementos correspondentes.

Ora o complexo Consciente-Inconsciente, sob o ponto de vista do subjectivismo positivo, é a expressão, adentro da condição limitante, dum sistema de *condicionamentos biológicos* (a actividade nervosa ou função nervosa). Êste condicionalismo contém, à priori, a determinação das futuras reacções sociais, da sua modalidade e carácter, sejam elas quais forem. Uma vez em presença, as unidades que constituem uma sociedade, actuam umas sôbre as outras pela própria natureza do seu condicionalismo biológico, pela própria natureza orgânica dessas unidades.

Esta é a posição em que deve ser posta a questão do individualismo. Esta concepção será desenvolvida mais adiante, em ocasião oportuna, por agora limitamo-nos a êste esquema, que basta para a exposição.

Tenho ainda, com efeito, de completar a análise da crítica de Duguit.

«Por outro lado, diz o autor, a igualdade absoluta de todos os homens, que é um corolário lógico do princípio individualista, é contrária aos factos. Os homens, longe de serem iguais, são de facto essencialmente diferentes uns aos outros e essas diferenças acusam-se tanto mais quanto mais civilizadas são as sociedades. Os homens devem ser tratados diferentemente porque são diferentes; o seu estado jurídico, não sendo senão a tradução da sua situação em relação aos seus semelhantes, deve ser diferente para cada um dêles, porque o papel que desempenha cada um a respeito dos outros é diferente. Uma doutrina que conduz logicamente à igualdade absoluta, matemática, dos homens, é por isso mesmo contrária à realidade e deve ser rejeitada».

Aqui seja-me permitido dizer que o autor, se não é ignorante ou deshonesto, é então inconsciente. O autor devia saber que não há teoria nenhuma que, conduzida logicamente às suas últimas conseqüências, não conduza a becos sem saída e absolutos absurdos. Sucede isso em todos os campos intelectuais, na filosofia, na religião, na ciência. Por isso é que a evolução do pensamento se faz pelo choque de concepções opostas no meio das quais procura a linha de equilíbrio que determina a evolução; por isso mesmo se estudam as condições limitantes da razão, a necessidade do seu controle pela experiência; por isso mesmo se vê a necessidade de pôr condições limitantes a tôdas as teorias, concepções filosóficas, doutrinas, etc.

Colocando a questão nestes termos, a propósito de qualquer assunto, teremos de nos calar, não mais dar um passo e cruzar os braços. Tomemos por exemplo as células e digamos: não há duas células absolutamente iguais, logo não há possibilidade de fazer uma concepção geral da célula, logo etc.

O autor confunde os caracteres comuns, com que se constroi a unidade abstracta, e que, considerada inerente a cada indivíduo lhes constitui uma igualdade absoluta

(neste sentido), com um absoluto metafísico. Singular processo de argumentar, num jurista que se pretende filósofo e que tem pretensões a aplicar critérios científicos. Ele ignora ainda o critério do *bom senso* cartesiano e o — *in medio virtus* — da sensatez popular.

Mas há mais : com que direito conclui o autor desta maneira, se na doutrina em questão o homem é limitado pelo agregado, como claramente nele está expresso a propósito da sua liberdade ?

Ora o mais elementar bom senso e a mais elementar observação nos mostram que os homens nem são absolutamente iguais nem absolutamente diferentes ; e que, assim, neles existem elementos comuns, se erguem diferenciações e que, portanto, tudo tem de ser baseado nesse comum, e portanto igual, e nesse *diferente*.

Se o autor nos dissesse que as conseqüências extremas, absolutas, duma teoria não são aceitáveis, estava certo, mas dizer que uma doutrina não é aceitável porque, nas suas conseqüências extremas não está de acôrdo com os factos ou com a razão, é o que temos o direito de censurar.

Logo a seguir o autor escreve o seguinte : «A doutrina individualista conduz, assim à noção dum direito ideal, absoluto, que seria o mesmo em todos os países, de que os homens se aproximariam constantemente, cada vez mais, apesar de certos momentos de regressão parcial. Esta conseqüência condena ainda a doutrina individualista, porque a noção dum direito ideal, absoluto, é anti-científica». Ora os *ideais* existem e podem e são aceites em ciência, como *limites*, o que é completamente diferente do conceito metafísico do absoluto. O autor raciocina por redução ao *absoluto*, e desta maneira não há critério ou doutrina que resistam, a começar pela do próprio autor. Fazemos a Duguit a justiça de supor que não emprega um truc deshonesto e miserável. Mas então somos forçados a considerar tal documentação como inconsciente, e se é com tais argumentos que se conclui sôbre doutrinas sociais, não é de admirar que se caia no mais caótico embrôgllo. Eis, porém, que surge o grande argumento : o *princípio da doutrina é contraditório em si próprio*. Vejamos pois como a questão é apresentada : «Diz-se que o homem natural, considerado como tal, abstracção feita das suas relações com os outros homens, nasce investido de direitos, que êle traz consigo ao entrar na sociedade, e são êsses direitos naturais que seriam o fundamento da norma jurídica, impondo-se a todos os membros da sociedade. Mas, o que são êsses direitos subjectivos ? Porque é realmente de direitos subjectivos que o homem é titular. Qualquer que seja a diversidade da doutrina, tôdas concordam finalmente em reconhecer que o direito subjectivo é o poder duma vontade, que se manifesta no exterior, de impor certos objectos ao respeito doutras vontades ; que o direito subjectivo implica sucessivamente alguém que quere um objecto que é desejado por alguém e alguém contra o qual êste objecto é desejado. Fazendo abstracção do objecto, é preciso dizer, segundo a fórmula tradicional, que o direito subjectivo implica um alguém activo e um alguém passivo. Em conseqüência, continua o autor, se considerarmos o homem isolado e separado dos seus semelhantes, não pode ter direitos subjectivos, não pode nascer com direitos. O homem não pode trazer para a sociedade direitos que não tem, que não pode ter antes de entrar na sociedade. Não

pode ter direitos senão depois de entrar em sociedade, porque êle aí entrou e está em relação com outros homens. Robinson na sua ilha, enquanto está só, não tem direitos, só os adquire quando toma contacto com outros sêres humanos. O homem não tem direitos, só os tem depois de se tornar membro duma sociedade e porque êle é membro dela...

Enquanto não faz parte duma sociedade, o homem pode ter poderes de facto ; não tem nem pode ter direitos, pois falta um dos elementos essenciais de qualquer direito, o sujeito passivo».

Não seria difícil de rebater, colocando-nos no campo da metafísica, estas afirmações ; não seria difícil também, no campo da ironia, e servindo-nos do próprio Robinson que o autor trouxe à discussão, perguntar se êle, na sua ilha e só, não tinha o direito de matar um animal em sua defesa, de abater caça, no uso dum direito, o de sustentar a própria vida. Não seria difícil de perguntar ao autor como é que, tendo o direito, na sua própria afirmação, elementos essenciais e portanto, sendo um dêles inerente ao indivíduo, resolve êle esta situação. Deixemos, porém, o campo metafísico e o campo da ironia : a questão sob o ponto de vista que nos interessa, a doutrina individualista, coloca-se duma maneira muito simples, a saber : o facto de ela não ser aceitável em face dum critério metafísico assim definido, isto é, a existência dum direito subjectivo considerado como qualidade duma essência, não significa de nenhuma maneira que tal doutrina não possa ter bases científicas. É estranha e singular maneira de argumentar esta dum jurista positivista, com pretensões a critério científico, negar o valor de qualquer doutrina simplesmente porque ela, sob o ponto de vista metafísico, não é hoje aceitável. É conclusão análoga à que formularíamos se negássemos o pensamento ou as suas faculdades, porque êstes nomes designaram outrora, sob o ponto de vista metafísico, entidades, quando hoje são nomes que se referem a factos, que, muito embora não completamente conhecidos, não deixam de o ser. A entidade metafísica transforma-se em *função* psico-fisiológica, e esta diferença é radical, como ponto de vista fisiológico ; no entanto, é adentro duma confusão dêste género que o autor trabalha e fundamenta as suas conclusões.

Desta forma, L. Duguit, é vítima duma ilusão quando, embandeirado em arco, declara, triunfante que «tôda a doutrina individualista aluiu.»

Todo êste embróglio é derivado da confusão que faz o autor entre direitos inatos, metafísicos, e direitos *potenciais*, condicionados biologicamente ; por outro lado êle não distingue entre o *potencial condicionado* e o direito *manifestado*. O caso é análogo ao da linguagem, da arte e outras manifestações, que são criadas pela vida social, mas que existem como possibilidades condicionadas, potenciais, no homem livre, e ainda a todo o conteúdo mental, sensações, ideas e imagens, que não existem à priori mas só depois do estímulo exterior, mas que existem, no entanto, à priori, como possibilidades condicionadas e, assim, elementos condicionantes dêsse conteúdo. Ora êsse condicionalismo é natural, inato, e, assim, o homem, por êsse facto, contém em si uma das condições do direito. O que importa é analisar qual dessas condições é fundamental ou se o são ambas ; ora, postas as coisas na balança, não é difícil demonstrar que, sem a condição psico-biológica não há direito possível, o que é evi-

dente, e que, pelo contrário, a segunda condição, ou social, se é praticamente importante, não é teoricamente necessária. O homem só, entre animais, tem direitos, e este direito provém a um tempo duma conclusão racional e do Inconsciente.

E' tempo de acentuarmos que o autor, como já dissemos, em nada e para nada faz intervir na sua discussão e na sua doutrina o Inconsciente : e, no entanto, em face das conclusões actuais da psicologia positiva, êste tem de intervir na discussão como um pêso e uma importância maior ainda do que a do Consciente. E isto levamos imediatamente à seguinte situação : o homem isolado é já uma sociedade, o sistema Consciente-Inconsciente, de cujo conflito constante resulta o que há de mais importante na sua vida moral. Êsse sistema é basilar ; é o resultado da concepção freudiana conjugada com a nossa *condição limitante*. Substituindo a concepção metafísica por êste dado positivo, por êste sistema, todo o problema em discussão muda de aspecto. Ao indivíduo suposto titular de entidades, princípios e essências metafísicas ou elementos teocráticos imanentes, temos de substituir um sistema positivo, pois, no caso contrário, ficaríamos no vácuo e em plenas trevas. Esta substituição tem de se fazer adentro da *condição limitante*, pelas razões já expostas. Combinando isso com os dados positivos da psicologia moderna, temos de aceitar o Inconsciente como *real psíquico*, e assim chegamos ao sistema fundamental Consciente-Inconsciente. Êste sistema não contém em si nenhum direito subjectivo no sentido metafísico, isto é, uma qualidade de essência, pela simples razão de que não contém essência ou princípio algum ; é uma potencialidade bio-psíquica, vazia de conteúdo mas contendo a condição fundamental de tudo o que é humano. Êle contém em si potencialmente o direito e a moral, como contém em si, potencialmente, tôdas as sensações, tôdas as intelecções : para que se manifestem, é necessário o conflito bio-cósmico e bio-social, a base genética de tôda a vida individual, social e histórica da humanidade. Ora agrupando os sistemas Consciente-Inconsciente em sociedade, o processo de objectivação do Consciente, junto ao desenvolvimento das fôrças sociais, cria um Exterior Social complexo, que constitui para cada sistema isolado um novo meio acrescentado ao natural e que passa a reagir sôbre os sistemas unidades, como estes reagem uns com os outros e sôbre o Exterior Social. Êste grande complexo, isto é, o complexo de sistemas unidades Consciente-Inconsciente assim agregados, mergulhados no Exterior Cósmico e no Exterior Social, formam o que, sob o ponto de vista positivo, devemos considerar como *Sociedade*. Esta não pode ser considerada, de resto, sob um ponto de vista exclusivamente orgânico e estático, mas também dinâmico. Neste complexo agregado a Sociedade é acção, reacção e interferência contínua e não um agregado estático. O que chamamos Sociedade é síntese dêste complexo orgânico e dinâmico.

Encontramo-nos em face duma síntese de correlações complexas e dinâmicas ; ora, já noutra lugar chamei a atenção para as circunstâncias delicadas desta posição filosófica em face do conceito *relação*. Notemos, com efeito, que a relação é ao mesmo tempo dependente e independente dos correlacionados ; dependente, pois não há relação sem correlacionados, independente, porque a relação não é a mesma coisa que os correlacionados. Assim, a Sociedade é ao mesmo tempo dependente dos indivíduos,

e independente dêles, como relação. Nisto está contido um dos factores delicados do problema e que não deve ser esquecido em nenhuma doutrina, crítica ou discussão sôbre o assunto, sob o risco de cairmos em estranhas confusões.

Pôsto o problema nestes termos, a primeira consequência importante com que nos defrontamos é a nenhuma razão de ser de doutrinas quer individualistas quer objectivistas. As duas doutrinas, nesta posição, apresentam-se como o desenvolvimento excessivo e radical dum ponto de vista limitado e unilateral. Elementos dum todo, é manifesto que, desenvolvidos por uma forma isolada, tendem para uma situação falsa, pois o todo é substituído pela parte. Daí situações mútuas, discussões e polémicas sem nenhuma saída possível. O único ponto a definir, pelo momento, é colocar o problema do individualismo e objectivismo no seu verdadeiro lugar, integrando-o no complexo acima esboçado. Ora é fácil de vêr que êste complexo, como fizemos já notar, apresenta dois limites, duas posições extremas de equilíbrio, para além das quais nenhuma situação é possível : — nenhuma sociedade é possível para além dum limite, nenhum indivíduo é possível para além do limite oposto. Um dos limites define pois o grau máximo do objectivismo possível; entre os dois limites, individualismo, subjectivismo e objectivismo, combinam-se de formas infindas, em estados de equilíbrio possíveis de posições inúmeras.

São várias as consequências que resultam das bases acima estabelecidas e os desenvolvimentos a partir delas.



A personalidade do delinqüente e a instrução dos processos-crime

POR CARLOS BANA

É lamentável o que se passa em Portugal no que diz respeito à organização das estações policiais a cuja competência pertence a instrução dos processo-crime. Enquanto, na maioria das nações civilizadas, se procura, duma forma inteligente e renovadora, pôr a ciência ao serviço da criminologia, no nosso país, não sabemos por que amarga fatalidade, o Estado desinteressa-se, duma forma estranha, dêsse altíssimo problema.

É às polícias de investigação criminal que, entre nós, compete a instrução do processo-crime. Ora, todos sabem, como é pobre, deficiente, atrasada, a organização dessas estâncias policiais. Os meios materiais e científicos de que dispõem são dum ridículo que nos amargura. O pessoal pôsto ao seu serviço, não pode suprir, de forma nenhuma, com a sua boa-vontade, a quási absoluta carência de uma preparação científica que, de resto, ninguém lhe exige. Os seus vencimentos são exíguos. Nem êles, ao menos, permitem aos funcionários que, ocasionalmente, possuam qualidades de auto-didatas, o dedicar-se à sua profissão, recorrendo ao estudo das modernas aquisições científicas e folheando as lições que, nessa matéria, todos os dias nos chegam do estrangeiro.

As repartições policiais portuguesas têm um acentuado cunho burocrático, tomada a palavra no sentido mais depreciativo, como sinónimo de manga de alpaca endeusada, de rotina formalística e passo de boi, saudosa dos métodos inquisitoriais, com potro, fogueira e tudo.

Todos os que, por mal dos seus pecados, participam, ainda que modestamente, da vida forense, passeando a toga por êsses tribunais, sabem que, nas minhas palavras, do mesmo modo que não há a intenção de humilhar os modestos funcionários, não existe o menor ressaibo de exagêro. Esta é a verdade nua e crúa, tal como a desoladora observação das coisas no-la apresenta.

Não ignoram, do mesmo modo, os profissionais de direito e presente-lo, flagrantemente, a acuidade do público interessado, a repercussão social, tão grave, dos factos a que vimos de referir-nos. As acanhadas bases em que assenta a organização das polícias de investigação policial, a falta de preparação do seu funcionalismo e os limitados recursos de que oficialmente dispõem, prejudicam, duma forma irremediável, a acção da Justiça repressiva.

Longe vai o tempo em que era axioma reverenciável o princípio de que todo o homem é igual a outro homem e todo o crime a outro crime. João furtou ; António furtou ; Manuel furtou. Aqui temos três homens e três crimes. Três homens e três crimes iguais, dizia a velha ciência do direito penal. Se os homens são iguais, o mesmo remédio deve ser aplicado a qualquer dêles. Basta que se reúnam as provas materiais da prática do acto, dêsse acto voluntário, dêsse acto que êles *quizeram* praticar, quando *podiam* não tê-lo feito. Depois, é simples : o juiz percorre com o dedo a tabela dos castigos e aplica a dose punitiva, providentemente numerada e etiquetada na lei penal, em exclusiva correspondência com a espécie de crime.

Evidentemente, se estes princípios fôsem os verdadeiros, se não se tratasse dum corpo doutrinário que há muito apodrece na tumba do esquecimento, poder-se-ia dizer que é bem simples emprêsa a instrução dum processo-crime. Basta que a organização policial disponha de um certo número de agentes perspicazes, hábeis Sherlock-Holmes, aos quais o próprio cachimbo dispensariamos. A competência meramente policial, com a contribuição da perícia dos Institutos de Medicina Legal, entre os quais tem o de Lisboa tão excelentes funcionários e aparelhagem, estaria perfeitamente à altura das necessidades relacionadas com a instrução dos processos.

É outra, porém, a verdade. A ciência do direito penal complica-se de dia para dia. O positivismo penal abriu aos estudiosos horizontes vastíssimos, revelou, perante os seus olhos deslumbrados, os panoramas novos de um mundo também novo e incomensurável. Sepultaram-se, com pompa, as superstições antigas. Sob cruces funéreas, no abandono da morte, repousam, lado a lado, o livre-arbítrio, a identidade do crime, a inconsideração da influência dos elementos social, geográfico e bio-psicológico.

Hoje, apresentam-se como inabaláveis aquisições científicas, o determinismo, a diversidade do fenómeno criminal e a decisiva influência dos chamados factores externos e internos do crime. O homem delinquente já não pode ser considerado como um problema de simples decifração. Êle é, antes, um ser complexo, inédito sempre para o observador, um caso novo que jamais se repete e que, por isso, nunca está estudado. E, de taí forma, esta verdade se impregnou nos espíritos, que é já lugar comum dizer-se que não há crimes, há criminosos.

O classicismo brilhava pela sua indiferença pelo estudo do *homo delinquens*. Todos os homens são iguais. E, partindo dêste axioma, deduzido na frialdade das abstrações mais ou menos metafísicas de gabinete, os seus olhos desviavam-se, desinteressados, do homem que praticara o acto para se concentrarem, absorventemente, no estudo do acto praticado pelo homem.

Nesse sentido, no estudo da *entidade crime*, como construção abstracta, o classicismo obrou maravilhas, como o notou o próprio e insuspeito Ferri : «Como *orientação filosófico-jurídica*, a Escola Clássica, abandonando a primitiva corrente realística, afirmada parcialmente nos trabalhos de Romagnosi, de Feuerbach e de Bentham, mais com intuição do que com observação metódica, sôbre a causa dos crimes e sôbre a sua prevenção, concentrou a sua atenção exclusivamente *sôbre o crime e sôbre a pena como entidade jurídica abstracta*, isolada tanto do *homem* que delinque e que é condenado, como do *ambiente* de que êle provém e a que deve voltar depois da pena. Em volta de tal «entidade jurídica», dissertou magnificamente, completando uma admirável anatomia jurídica do delito e construindo um simétrico sistema de normas repressivas, com o fundamento único da lógica abstracta e apriorística, em que consiste precisamente o método dedutivo». (*Princípios de direito criminal*, pag. 36).

Hoje, porém, é sôbre a personalidade do delinqüente que os estudiosos reclamam a atenção do legislador, quando se trata da elaboração da lei, e do juiz, quando é mister applicá-la. E, de facto, se não existe uniformidade no fenómeno da delinquência, se o delinqüente possui sempre uma personalidade própria, é preciso desvendá-la, em cada caso, estudando-a cuidadosamente, a-fim-de determinar-se qual o tratamento especial requerido por cada um dos infractores da lei penal.

Em face destas conclusões, evidente transparece a necessidade de instruir os processos criminais com todos os elementos referentes à análise biopsicológica do delinqüente e ao estudo das condições sociais do delito. Todos os complicados problemas da constituição morfológica do delinqüente, principalmente da sua constituição endocrinológica, do estudo das suas psicoses e da intervenção, embora remota, que elas tiveram na eclosão do crime, aí devem estar explanados em relatórios periciais. A observação das circunstâncias do meio em que o delinqüente viveu, as práticas usuais nele verificadas, a análise das suas condições de moralidade, não devem esquecer. Importantíssimo, concomitantemente, o inquérito às condições familiares, com o estudo de todos os seus vastos problemas, entre os quais o da hereditariedade é tão importante e, em certos casos, o do desenvolvimento da sua vida sexual assume básica importância. Em resumo : o corpo de delito dum processo-crime só poderá considerar-se completo, preparado para julgamento, quando estiver acompanhado da peça fundamental a que chamaremos *biografia criminológica* do delinqüente.

Então, e só então, o juiz terá perante si todos os elementos para bem julgar. Saberá, com segurança, não só se o delinqüente em questão é um delinqüente primário ou um reincidente, mas também em que condições delinqüiu pela primeira vez ou de novo reincidiu. Conhecerá o grau de perversão que o caracteriza e quais as suas causas, de modo a poder concluir se está perante um delinqüente educável ou se, pelo contrário, a vermina criminal o invadiu tão completamente que o transformou num incorrigível. É-lhe fácil, assim, escolher, dentre os remédios da lei penal — tão irrisórios na portuguesa, em que a individualização da pena é quasi impossível ! — aquela medida mais recomendável em cada caso, de forma a evitar a pena de prisão, substituindo-a pela pecuniária, sempre que não há contágio criminal e é preciso evitá-lo, como sucede nos delinqüentes impulsivos ou passionais e primários. O salutar siste-

ma da liberdade condicional e provisória pode, então, ser aplicado sem perigo e colhidos, a mãos ambas, os seus maravilhosos frutos. Enfim, a terapêutica penal terá assim mais possibilidades de êxito, diminuindo-se o número das reincidências e prestigiando-se a justiça, com o que se aumentam as condições de segurança social.

Em Portugal, os processos-crime chegam às mãos do julgador desprovidos dos seus elementos essenciais. A Polícia de Investigação Criminal organiza o corpo de delito constituindo-o, em regra, unicamente com a participação ou queixa, declarações da parte queixosa, quando ela existe, e do arguido, depoimento das testemunhas e, quando se trata de cadastrados, com o certificado passado pelo Pôsto Antropométrico da Polícia Cívica. Escusado é dizer que queixoso, arguido e testemunhas são ouvidos, quási que exclusivamente, sôbre a realização ou não realização do acto criminoso. Todos os outros esclarecimentos, cuja natureza e necessidade atrás apontámos, brilham pela ausência. Em juízo, junta-se aos autos o certificado do registo criminal do arguido e, assim ressequido e manco, fica o processo pronto para julgamento.

Com êstes fraquíssimos elementos, como pode o julgador, ainda o mais progressivo, proferir uma sentença equilibrada? Bem modestos recursos oferece a nossa lei penal no campo da repressão do crime! Mas êsses, mesmo, são de duvidosa eficácia e, por vezes, de perigosa aplicação, exactamente pela carência de dados científicos reunidos no processo sôbre a personalidade do delinqüente. De modo que a repressão judicial falha em cinquenta por cento, não sendo menos verdade, por outro lado, que, em muitos casos, essa própria repressão, pela forma como é exercida, se transforma numa fonte de delinqüência, a maior parte das vezes, filha do contágio criminal.

Qualquer reforma tendente a melhorar, diremos antes, *actualizar*, o sistema repressivo da nossa lei penal será inoperante sem uma paralela remodelação das polícias de investigação criminal. Essa remodelação, orientada no sentido de prepará-las para o cumprimento do seu difícil mister, qual é o da perseguição do crime e da instrução dos respectivos processos, haverá de começar pela escolha do funcionalismo especializado, para as repartições de polícia científica providas da necessária aparelhagem, de pessoal médico para os estudos antropológicos, e terá de acabar pelo desdobramento do seu raio de acção, confinado hoje a limites estreitíssimos, devendo amanhã estender a sua acção ao próprio campo da prevenção do delito.

O Brasil, nesta matéria, como em muitas outras, dá verdadeiras lições à mãe-pátria. Integrados no positivismo penal, os penalistas brasileiros, de tal forma consideram fundamental o exame da personalidade do delinqüente, que se entregaram apaixonadamente às investigações da *Biotipologia criminal* — «ciência que estuda o delinqüente sob a tríplice feição morfológica, dinâmico-humoral e psicológica, com o fim de fixar-lhe as características individuais para prover às necessidades da Polícia e da Justiça» — tal como a definem Berardinelli e Mendonça, a pág. 81 da sua obra, *Biotipologia criminal*.

Não se limitaram os brasileiros à teoria. Interessa-lhes sobretudo, a prática: «Nas repartições de Polícia, a Biotipologia procurará, precipuamente, fornecer dados cien-

tíficos para a identificação e julgamento do delinqüente. Visará assim melhorar os inquéritos policiais e processos de Justiça, fornecendo-lhes, para uma análise integral, um retrato morfo-físio-psicológico do delinqüente (Biotipograma criminal de João Mendonça), o mais próximo possível do momento do delito, um verdadeiro flagrante biotipológico. Tal objectivo é de grande utilidade para a Justiça, pois assim ela poderá julgar um delinqüente, perfeitamente estudado e conhecido em sua entrosagem morfo-endócrino-psíquica, delinqüente com a alma nua, pois que ainda não entrou em contacto com o advogado, inda não se refêz do cataclismo endrónico-psíquico do delito, inda não afivelou aquela máscara psíquica de que nos fala Rabinovitch, com a qual, via de regra, os delinqüentes enganam o júri apedeuta». (Citados Berardinelli e Mendonça, na mesma obra, pág. 116).

Foi por isso que, em 1933, Leonídio Ribeiro instalou no Instituto de Identificação do Rio de Janeiro, de sua direcção, um Laboratório de Antropologia, de que foram nomeados assistentes Berardinelli e Roiter. A êsse laboratório compete realizar os estudos biotipológicos na alta finalidade apontada por Berardinelli e Mendonça : fornecer à Justiça «o retrato morfo-físio-psicológico do deliqüente», o denominado biotipograma. E o que êsses biotipogramas são de interessantes poderá ver-se na citada obra daqueles autores, onde alguns exemplos veem reproduzidos.

Noutros países tem a ciência penal igualmente progredido de um modo admirável no capítulo do estudo da personalidade do delinqüente. Êste é observado, não só no período do pre-julgamento, mas ainda, depois, quando sujeito ao regime penitenciário. Nesta matéria, como deixar de referir a Bélgica e a acção admirável nessa nação exercida pelo Dr. Vervaeck, director do Serviço de Antropologia Penitenciária ?

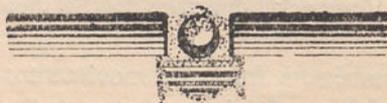
A Áustria caminha, também, à frente do movimento. Criaram-se, nesse país, tal como no Brasil, nas repartições policiais, gabinetes dedicados aos estudos da antropologia criminal. Diz o professor austríaco Adolf Lenz, citado por Leonídio Ribeiro : «Devemos estudar a personalidade psico-física do criminoso, que deve ser considerado como um todo indivisível. A colaboração do médico e, particularmente, do médico de polícia é, por isso, necessária. A Biologia criminal deve estender as suas pesquisas ao fenómeno físico, cujo conhecimento é indispensável para a compreensão da vida psíquica. Neste particular, deve estudar-se a correlação dos fenómenos da vida do criminoso, permitindo assim conhecer a sua própria individualidade e os antecedentes pessoais e hereditários. A folha de observações da Polícia de Viena e do Instituto de Criminologia de Graz destinam-se a estudar objectivamente as particularidades psico-físicas do indivíduo. O estudo é feito conjuntamente por médicos e juristas».

Igual movimento triunfa na Itália, na Alemanha, na Espanha, ganha corpo em França e alastra-se já por várias nações sul-americanas. Por tôda a parte se descerram janelas de par em par, a-fim-de que entre a jorros, fecunda e vivificante, a luz deslumbradora do progresso científico.

A reforma impõe-se, igualmente, em Portugal, dum modo instante. É necessário que o nosso país dê também um passo em frente, que, de certa forma, compense cer-

tos passos atrás que, mais de uma vez, tem dado. Estudemos as lições de além-fronteiras, compenetrêmo-nos das verdades e sigamos os exemplos que, de lá, nos oferecem. Meditemos a experiência alheia e, já que, nesta matéria, não tivemos o dom da criação, possuamos, pelo menos, a virtude de copiar o que é vantajoso. No campo do progresso social, o plágio é um dever imposto pela solidariedade humana, em face da qual não há *monopólios* nem *direitos de autor* a respeitar.

28-6-935.



POLÍTICA SOCIAL

Por ANTÓNIO DE CARVALHO

Escrevi no último artigo quais as modalidades adoptadas em vários países para os segurados obrigatórios escolherem os seus assistentes e proponho-me analisar qual o critério que mais conviria a tal respeito para o nosso país.

Antes de tocar esta parte do problema de seguros sociais obrigatórios, devo frisar que a norma a seguir para se regularizar a prestação de serviços clínicos e farmacêuticos, especialmente os primeiros, depende em grande parte da forma como estão organizados os serviços médico-higiênicos do país que pretendemos considerar. Ora, em Portugal, em matéria de serviços de assistência e noutros serviços que defendi e defendo deverem estar — pelo menos até consolidarem posições e criarem boa estruturação — centralizados num organismo que desfrute a maior autonomia técnica, administrativa e financeira, o organismo de Serviços Sociais, ha uma verdadeira anarquia e se alguns já iniciaram os seus passos num sentido de aproveitável rendimento e de utilidade pública verificável, muito haverá a fazer para que a sua eficiência esteja à altura da alta função social que lhes incumbe desempenhar. Só quem, em matéria político-social, tiver horisontes muito acanhados, não compreenderá a alta importância que desempenha na sociedade actual, uma organização de serviços de que depende a saúde física, moral e mental do povo e que pela sua actualiação pode evitar e corrigir anomalias económicas de varias natureza.

Na infância da regularização dos seguros sociais obrigatórios, infância que para certos países civilizados já vai longe, decorridas mesmo muitas dezenas de anos de actividade, estabeleceu-se o critério de que o seguro social obrigatório devia satisfazer o desideratum de facultar socorros médicos e farmacêuticos aos segurados, dispondo portanto dum seu serviço médico e farmacêutico. Abraçou-se assim a modalidade que no meu último artigo incluí em terceiro lugar, isto é, aquela em que há obrigatoriedade do segurado recorrer apenas aos serviços médico-farmacêuticos dos serviços officiais.

Julgo por razões que já apresentei e ainda por outras dependentes do estado em que se encontra o povo português, — num baixo nível de cultura geral, — que é esta modalidade a que mais conviria, pelo menos inicialmente, visto que a todo o tempo é tempo de se adoptar outro critério, desde que a nossa pobre gente, a quem não falta uma coragem e resignação já bem experimentadas e um grau de messianismo respeitável, se possa abalançar a cavalarias mais altas, consequência de maior autonomia educativa.

Ao ter de organizar-se os serviços médicos e farmacêuticos dos Serviços Sociais, pode seguir-se qualquer das modalidades aplicadas em vários países, seja a forma de seguro-reembolso, seja a de seguro-organização. No primeiro caso o doente escolhe entre os médicos que exercem a sua profissão livremente aquele que lhe convém e igualmente vai procurar os seus medicamentos no estabelecimento que lhe aprouver; o médico fica também com a liberdade de prestar os socorros clínicos a quem entenda e de escolher à sua vontade a terapêutica, sendo os seus honorários satisfeitos por entendimento directo entre o segurado e o clínico e, só depois, o segurado obrigatório apresentará as suas despesas à instituição oficial de seguros, a qual lhe dará a indemnização que está estabelecida e que naturalmente é inferior à despesa suportada pelo segurado. O clínico não tem, nesta modalidade, qualquer relação de carácter financeiro com o serviço social de seguros e não terá de lhe comunicar a natureza da doença do seu assistido, guardando absoluto segredo profissional; os seus serviços são apenas regulados no que diz respeito a tabelas de honorários e fiscalização profissional pelas respectivas associações profissionais ou pela ordem dos médicos, sendo o doente, por seu lado, fiscalizado pela respectiva instituição oficial de seguros obrigatórios.

Pela segunda forma de prestação de serviços clínicos e farmacêuticos cessa a liberdade do segurado escolher, qualquer médico assistente, o qual só poderá ser um dos que pertençam aos serviços oficiais e também, como socorros farmacêuticos, só poderão ser utilizados os do organismo dos Serviços Sociais. Nesta modalidade, sendo determinado que o doente recorrerá aos médicos do serviço oficial, pode contudo escolher, quer o médico do número limitado dos que prestam serviço na instituição oficial, quer os que aceitaram a regulamentação de tais serviços e estão contratados ou inscritos nos serviços de seguros sociais, quer ainda os que são funcionários exclusivos dos serviços de seguros sociais obrigatórios.

Para a modalidade seguro-organização ha já, quer da parte do médico ou do segurado, quer da instituição oficial, determinadas cláusulas a cumprir. O doente tem de escolher o seu assistente entre os que constituem o pessoal médico dos serviços oficiais assim como os medicamentos, visto que a instituição oficial põe à disposição do segurado aqueles dois serviços, responde pela sua qualidade e eficiência e estabelece por contratos, a admissão dos médicos e as suas atribuições. O diagnóstico da doença deverá ser comunicado à instituição — o que, tendo dado grandes e acaloradas discussões pela violação do segredo profissional, se torna necessário assim seja para que se organizem estatísticas adequadas e se possa intervir no sentido do estudo das doenças sociais, opondo-se assim um dique ao seu acréscimo. Até certo ponto,

deve estar assegurado o segredo sobre a natureza da doença, visto que todo o pessoal, mesmo o que não seja clínico, tem que guardar absoluta reserva de tudo que se passa no serviço oficial sobre a natureza de serviços prestados. O médico é pago pelo serviço social ou pela tarifa fixada pelo mesmo ou por contratos estabelecidos entre a instituição, os clínicos, respectivas associações profissionais ou ordem dos médicos. Os honorários podem ter uma tabela fixa e ser pagos por anuidades ou então pagos em relação a cada segurado e conforme os serviços que cada médico prestou, provindo a importância a pagar da soma global determinada pelos serviços oficiais para pagamento dos serviços médicos prestados por todos os médicos. O serviço médico é fiscalizado pelos médicos-inspectores do seguro social e o organismo oficial pode criar institutos de tratamento, quer para melhor socorrer os seus segurados, quer com o objectivo de diminuir encargos e estar em condições de desenvolver medidas de carácter profiláctico que mais convenha para diminuir estados de doença ou de menor resistência que possam determinar maior número de inválidos-doentes.

Há algum tempo, em França, os sindicatos médicos resolveram, — e o parlamento atendeu as suas solicitações — que os doentes escolhessem livremente os seus assistentes e lhes fôsem pagos os honorários directamente pelos segurados, os quais, por sua vez, receberiam dos serviços oficiais um reembolso de parte da soma dispendida. Como contudo, fôsse pesada a parte que lhe ficava competindo — cêrca de sessenta por cento — as suas reclamações fazem-se agora no sentido de que não vá além duns vinte por cento a parte que devem suportar, ficando o restante a cargo do serviço oficial de seguros obrigatórios.



Notas sôbre os grupos políticos

Por A. A. FREITAS E SILVA.

Uma vez que ao processo bélico da supressão de classes opusemos uma difusão de classes sociológica e não economicamente caracterizadas vamos procurar resolver, dentro do critério por nós adoptado, o problema de como se constituem os grupos políticos e o que é que lhes dá fôrça e realidade.

A solução de um tal problema implica, tácitamente, o da organização geral do Estado, considerando-se êste como órgão capaz de disciplinar e dirigir com o mínimo de sacrifício as correntes de opinião pública de um agregado social.

Êste agregado define-se, na sua íntima constituição, por uma comunhão de interesses, de sentimentos e representações colectivas, dinamizadoras de um ideal capaz de manter uma determinada unidade colectiva.

A origem do poder do Estado está no sentimento da justiça que êle representa, além de ser o representante concreto da consciência colectiva, sob certos aspectos em que pode ser encarada. Porque o ideal de justiça social nunca é realizado, é inevitável o desenvolvimento de doutrinas contra a existência do Estado como órgão ineficaz para estabelecer as relações jurídicas conformes ao direito natural.

Mas o ponto de vista em que nos collocámos foi o de deduzir a realidade das fôrças assente nos ensinamentos da sociologia. Ora, como esta nos dá o Estado como existindo necessariamente, visto êle corresponder a uma necessidade social e como por outro lado o direito é o fim supremo do Estado e o sinal objectivo da solidariedade, é através dêle que procuramos, de acôrdo com as premissas expostas atingir uma maior equidade.

O conflito destas duas posições resolve-se com a realidade objectiva exigindo o Estado como órgão essencial à vida colectiva. Deve ser êle, porém, dotado da plasticidade necessária para se adaptar às modificações impostas pelas correntes de opinião subjacentes nas sociedades de um certo grau de cultura.

Quere dizer, o Estado deve legislar de modo que o direito esteja concorde com as aspirações colectivas.

Na verdade a acção total da colectividade garante e impõe o Estado, mas as diferenças que se estabelecem no seio da opinião pública pela predominância de certas categorias colectivas, nascidas de interesses vários e modificadas na mentalidade colectiva ou originadas na satisfação mais próxima de necessidades vitais para a comunidade, é a causa do aparecimento de valores que preenchendo-se de sentimento, de emoção, se tornam representações comuns a certos agregados. O conjunto destes agregados constitui na vida pública um conjunto de grupos caracterizadamente políticos.

Êles constituem os órgãos da vida política e porque têm a sua origem na opinião pública, na variedade de processos de execução das aspirações expressas nela, mais ou menos claramente, são de um realismo tão grande e positivo que destituí-los não passa de vã pretensão. Pode-se, é certo, impedir pelas diferentes formas defensivas do poder público as suas manifestações e tanto mais facilmente quanto a sua existência já não corresponda às necessidades vitais, aos interesses em jôgo, às representações de vida colectiva que detiveram pelo seu valor místico a unidade de pensamento dos grupos.

Os partidos, designação vulgar de tais agregados, na vida social são produtos espontâneos e naturais de uma comunidade num grau de relativo adiantamento cultural. Êles reúnem os indivíduos que interesses, simpatias, emoções e ideias aproximam, qualquer que seja a classe a que pertençam. Os interesses de uma ou outra classe e os interesses ou aspirações dos partidos não coincidem exactamente, como tivemos ensejo de ver. Êstes procuram realizar, os outros procuram deter a tradição de que se sustentam.

O desnivelamento do partido é ainda um produto do metabolismo colectivo que alça aqueles que por seus méritos, capacidades de realização, maior poder de intuição, individualizam e enformam em realidades técnicas as aspirações ideais do agrupamento partidário.

São, pois, os partidos uma consequência do dinamismo social. Constituem uma realidade sociológica e de acordo com as leis próprias da mentalidade que se formam, são, imediatamente, elaboradas no seu íntimo, um conjunto de representações colectivas que serão o nervo do grupo. Em linguagem política a êste conjunto vivo do agrupamento chama-se o *espírito do partido* que, sendo, naturalmente, persistente e permanente acaba por cristalizar numa fase de evolução, enquanto a sociedade continua a renovar-se em aspirações cada vez mais subtis, justas e verdadeiras, determinando entre a opinião pública e os seus órgãos da expressão um desequilíbrio que é fatal para a vida do partido e uma crise dolorosa para a colectividade.

A esta fase de desequilíbrio chegámos nós há já alguns anos, e de aí esta falência geral dos partidos liberais que se observou no mundo político e que tão favorável foi ao advento das ditaduras.

Êste fenómeno quasi geral no mundo político contemporâneo tem a sua causa essencial, sob as diversas aparências que os factos revelam, nas condições de transformação do espírito colectivo.

Os esquemas elaborados por êste sob a forma de juízos de valor perduram,

são dotados de uma estabilidade que os prolonga sem tomar conta das exigências externas a êste pensamento colectivo. Tais exigências são a consequência das circunstâncias políticas e sociais que alteram profundamente a corrente do pensamento, pedindo soluções rápidas e imediatas.

Os partidos como formações colectivas que são, conformados à volta de ideologias desconcertadas do jôgo do ambiente, são incapazes de elaborar explicações mais altas e mais juxtapostas às reais necessidades, interesses e aspirações da sociedade.

Ora a guerra, imprimindo um acréscimo de velocidade às condições gerais de satisfação da vida dos povos, perturbando-lhes os níveis de vida, estremeceu os ideais sôbre que assentava o pensamento colectivo, provocando o aparecimento de novos ideais mas independentes das ideologias partidárias.

Esta separação tem origem nos motivos que constituem a finalidade dos partidos. Se essa finalidade, isto é, satisfação dos interesses gerais da colectividade discorda dos novos interesses e das novas aspirações colectivas, sofre na intimidade partidária uma deslocação de plano e, então, são os partidos que pretendem impor à sociedade uma ideologia que se transmuta afinal, na concessão de benesses por parte dos dirigentes dos partidos. Quando chegam a esta fase de desenvolvimento, quando de partidos se transformam em clientelas, a luta é de satisfações pessoais, de actividade caciquil, sinais manifestos da desagregação moral da comunidade partidária, relegando para um plano secundário o interesse geral da colectividade.

Dá-se uma inversão provocada na ordem social. Resulta dêste facto um revigoroamento do espírito das classes dominantes opondo-se tenazmente aos órgãos já incapazes de sustentar na luta a legitimidade da sua supremacia. Apellando para os valores tradicionais, procuram revigorar-se chamando a si as actividades de govêrno e instaurar-se no direito de defensores dos interesses de todos contra a anarquia.

A tradição de classe, por outro lado, não coincide já com as novas necessidades morais da sociedade impondo um conjunto de instituições divorciadas da inquietação fremente nos escrínios da colectividade. A indiferença com que é recebida por parte do ambiente social êsse revivescimento de valores passados e consumidos pela voracidade insatisfeita do progresso conduz os supremos mentores da actividade política a subordinarem esta às exigências técnicas, tendentes a melhorar as circunstâncias materiais da vida da colectividade.

O Estado técnico é o grito de guerra que ecôa, chamando as ovelhas ao redil, os transviados ao caminho, enquanto as maiores recriminações, as mais ásperas e contundentes censuras recaem sôbre os defensores do Estado político. Esta opposição meramente aparente revela uma antomia mais recôndita, prenhe de motivos sociais e de interesses materiais por cuja posse se ascende a uma mais garantida posição de defesa.

Sob a designação de Estado técnico no domínio político esgueira-se, no social, o predomínio da classe.

O Estado técnico pospondo os valores morais colectivos às instantes realizações materiais, mantém momentâneamente, suspensas e latentes, as manifestações vivas

do espírito colectivo, em regra com o apôio violento da fôrça, transmutada em fonte de direito. Mas as dinâmicas qualidades da opinião pública hão de novamente revolver a colectividade numa agitação e inquietação, traduzidas na organização de novas correntes, aglutinantes de novos grupos capazes de realizarem a renovação social da colectividade nacional.

Simplemente os novos partidos surgem com uma interioridade diversa, com a vida interior que é filha das legítimas reivindicações duma sociedade que vive o seu momento histórico com tôdas as suas necessidades, dúvidas e angústias.

Posta assim a natureza e origem social dos partidos e como só êles são normalmente capazes de acção correspondente à vida colectiva, eis a razão porque a vida política de uma sociedade permanece valetudinária, enquanto não é regulada pelo encontro das tendências esboçadas pela opinião pública através dos seus legítimos e naturais órgãos de govêrno.

Diremos, então, que, filosòficamente, a política resulta do desequilíbrio entre a fôrça colectiva e a aspiração social e porque esta ultrapassa sempre aquela, eis porque se procura instaurar o equilíbrio na acção, que tem como órgãos efectivos os grupos políticos.



A MOEDA

Por JOÃO PINHEIRO

Um dos problemas que mais tem preocupado, nos últimos tempos, os economistas e os financeiros de todo o mundo, é o problema da moeda.

Depois de decretada a inconvertibilidade da libra, verifica-se, a breve prazo, a inconvertibilidade do dolar e do yen, atingindo a depreciação desta última moeda a percentagem de 65 %.

A instabilidade do valor fiduciário provoca as mais desregradas especulações, acarretando um mal estar que não pode deixar de influenciar o movimento comercial internacional.

Isto não quer dizer, como pensam alguns, que seja a especulação a causa das contínuas oscilações da moeda fiduciária, porque é apenas um efeito — um pernicioso efeito — concorrendo em grau elevado para o agravamento da situação.

Também não pode atribuir-se, como pensam outros, a queda da moeda à insuficiência das reservas metálicas ouro.

Estas reservas subiram, desde 1913, de, aproximadamente, 7.000 toneladas para 18.000, sendo a importância do movimento comercial, em 1935, inferior em menos de metade ao movimento de 1913, e tendo sido acrescido, no mesmo período, o *stock* monetário ouro de 9.000 toneladas, subindo de 12.000 para 21.000.

É o desequilíbrio das balanças de pagamentos que provoca a crise monetária, procurando os países deficitários divisas ouro para pagamentos no exterior. Se as reservas monetárias demoram o aparecimento do fenómeno, tendendo a esgotar-se com a permanência dos motivos que deminuíram os pagamentos vindos do exterior, surge mais cedo ou mais tarde a necessidade de poupar essas reservas e, conseqüentemente, o encarecimento do ouro.

A situação económica do mundo que pareceu melhorar em 1934, atingiu no passado mês de fevereiro a sua maior depressão.

A desvalorização da libra e do dolar facilitou a colocação de produtos industriais nos mercados externos, mas, verificado o equilíbrio dos preços, deminuiu a capaci-

dade de compra no mercado interno, por virtude da redução dos salários, das rendas e das economias particulares, de uma percentagem igual à percentagem de desvalorização.

E se atendermos a que a população das Ilhas Britânicas atingiu 47 milhões de habitantes, e a dos Estados Unidos da América do Norte 126 milhões, compreender-se-á, sem grande esforço, o que representará para cada uma destas nações a vertiginosa queda do seu comércio interno, dificilmente compensável pelo acréscimo de exportações, resultante do abandono do padrão ouro.

Por isso tanto em uma como em outra, não faltam pessoas autorizadas a pedir e a justificar o regresso à convertibilidade, embora estabilizando a moeda fiduciária em um valor inferior ao seu valor de 1930, enquanto não puder atingir a antiga paridade. Mas para satisfação deste desejo ha dois obstáculos importantes, o segundo mais poderoso do que o primeiro. Para o conseguir teria de elevar-se o prêmio dos depósitos para fixar, novamente, nos Bancos ingleses e americanos o ouro que emigrou durante a crise de 1931 e, como consequência, aumentar-se ao mesmo tempo as taxas de desconto, o que acarretaria o encarecimento dos produtos industriais e, provávelmente, a perda de mercados conquistados.

Mas este motivo talvez não fôsse considerado suficiente para a manutenção da actual política monetária, pela razão exposta, fundamentada na esperança de um maior consumo dentro das metrópoles.

* * *

O segundo obstáculo é intransponível. Para o avaliar bastará citar os seguintes dados colhidos no livro de Antoine Zischko, já citado nesta Revista pelo Sr. Vasco da Gama Fernandes — *Le Japon dans le Monde*.

Os operários de Lencashire trabalham por semana 5 a 6 horas por dia e ganham um salário mínimo de 2 libras por semana, e os operários das indústrias têxteis do Japão trabalham 10 horas e ganham 7 vezes menos. E o que se observa nas indústrias têxteis, acontece em tôdas as outras.

No intuito de baixar ainda mais o valor dos produtos, estabelecem os japoneses indústrias na Mandchúria e no Jehol, servidas pela mão de obra chinesa, mais barata ainda do que a sua, o que tornará impossível o comércio dos produtos ingleses e americanos na China.

A-pesar-das sucessivas declarações do Japão de que respeitará o Tratado de Washington de 1922, mantendo o princípio da porta aberta na China, o seu procedimento torna-o, praticamente, irrealizável, e é definido por um americano citado por Zischko, no seguinte comentário: «Ficamos entendidos, porta aberta para o Japão entrar e para os outros saírem.»

Pela industrialização da Sibéria, o único competidor sério do Japão é a Rússia, que domina, espiritualmente, 60 milhões de chineses bolchevizados, ao passo que o Japão exerce, por enquanto, a sua influência material apenas sôbre trinta milhões.

Pensam a Inglaterra e os Estados Unidos construir também emprêsas industriais na China para se colocarem em circunstâncias de igualdade com o Japão, tendo

os Estados Unidos aberto, ultimamente, um crédito de 50 milhões de dolares à China para serem utilizados em compras de matérias primas a fornecer por êles. Mas existirá sempre uma grande diferença de tratamento entre uns e outros porque americanos e ingleses serão simplesmente hóspedes e os japoneses dominadores.

Já, anteriormente, os Estados Unidos, aumentaram o valor da prata, alegando a pretensão de ensaiar o bimetalismo, de atenuar o desemprego pela exploração de minas de prata abandonadas e de provocar um aumento do poder de compra aos seus habitantes.

Quero crer que a verdadeira razão dos Estados Unidos consistiu em atrair os compradores chineses e mexicanos, que conservam a moeda de prata e que seria valorizada por esta medida.

Mas a expectativa dos Estados Unidos foi iludida porque mexicanos e chineses certificando-se de que o valor da prata nos Estados Unidos era superior ao valor legal da sua moeda, apressaram-se a derretê-la para a exportarem em barra para ali, por todos os meios ao seu alcance.

* * *

A maneira como, nestes últimos tempos se têm comportado os governos que guardam a sua fidelidade ao padrão ouro, merece uma referência especial.

Embora a Bélgica tenha sido um dos países onde, em fevereiro passado, se não fêz sentir a máxima depressão comercial, foi durante êste mês que o seu problema monetário surgiu na sua maior intensidade.

Os motivos vinham de longe.

Nova nação colonial, tendo imobilizado em África avultadíssimos créditos, verificada a baixa do cobre, em quantidade e em preço, o principal produto de exportação do Congo; precipitada a diminuição do tráfego dos produtos colonias do Congo pela concorrência do novo caminho de ferro francês de Brazaville a Pointe Noire; com um mercado interior insuficiente, pela sua pequena população, para compensar a perda do seu mercado exterior e apesar da sua circulação fiduciária estar garantida em 65 % pela reserva monetária, a Bélgica não pôde impedir a queda da sua moeda.

Já em outubro e novembro do ano passado o ouro exportado atingiu a soma de 2 bilhões de francos belgas. Para sustar a exportação o Governo regulamentou o *contrôle* de câmbios. Os levantamentos precipitaram-se então, atingindo em fevereiro a elevada quantia de sete bilhões.

Sempre que se restringe por qualquer forma a liberdade de aquisição do ouro, embora estabilizado, oficialmente, o valor da moeda fiduciária, garantindo a sua convertibilidade dentro daquelas restrições, a moeda passa a ter dois valores, um, o oficial, e o outro, inferior, regulado pelas exigências do mercado livre.

Acorreram os depositantes aos Bancos particulares a sacar os seus depósitos para, prevendo a desvalorização da moeda fiduciária, reconstituírem as suas economias em ouro. Acorreram os Bancos particulares ao Banco emissor para, no intuito de evi-

tar uma catástrofe financeira que poderia generalizar-se com gravíssimos prejuízos serem ajudados por êle e fazer face às incessantes corridas.

De tudo isto resultou que o Banco emissor fornecia num *guichet* o papel fiduciário que entrava, passado pouco tempo, por outro, para a compra do ouro, constatando-se a estranha situação a que levou êste processo: não correspondendo, finalmente, o abaixamento da circulação fiduciária à diminuição da reserva monetária.

E assim desapareceu a Bélgica do número das nações que guardavam, a todo o transe, a sua fidelidade ao padrão ouro.

Nos países de convertibilidade ecoou imediatamente o fenómeno, mais sôbre o franco suíço do que sôbre o florim, e mais sôbre o franco francês do que sôbre qualquer das duas moedas anteriores.

* * *

Nos Bancos suíço e holandês começaram também os levantamentos ainda que em menor escala, mas de molde a sobressaltar os dirigentes dos dois Estados. Um e outro elevaram, rapidamente, as taxas de desconto, subindo, em poucos dias, na Holanda de 2,5 0/0 para 3,5 0/0 e, logo a seguir, para 4,5 0/0, avolumando-se na Suíça a opinião de que deveria abandonar-se o padrão ouro, fixando-se, previamente, os preços e entregando-se à Assembleia Nacional a iniciativa de promulgar as medidas necessárias para fazer face à crise, sem dependência de consulta à Nação.

Feito em 2 de Junho o plebiscito, nos termos expostos, os cantões por 566.000 votos contra 426.000 reprovaram a mudança de política monetária e recusaram a concessão pedida, à Assembleia Nacional.

E o franco suíço poderá manter-se ainda, convertível, esforçando-se os governos suíço e holandês em suprimir verbas importantes nos orçamentos de despesas, para poderem suportar os encargos da sua política monetária e impedir a inflação, não sendo fácil de prever quando terão de voltar a uma taxa inferior de desconto.

O reflexo sôbre o franco francês foi bastante mais sério. A-pesar-de ter recebido da Bélgica, no início da crise do *belga*, alguns milhões de francos fugidos da Bélgica, foram também elevadas as taxas de desconto e, depois de algumas crises ministeriais e do êxodo de 10 biliões de francos ouro — o dôbro da indemnização de guerra paga à Alemanha depois da guerra de 1870 — o govêrno francês manteve a convertibilidade do franco.

Era do domínio público que uma parte da imprensa francesa defendia, de há muito, a desvalorização do franco, baseada, entre outras, na necessidade de defender o turismo, uma das principais fontes de receita de divisas estrangeiras. Era também do domínio público que entre essa imprensa se destacava o *Petit Journal* que defendia a política radical socialista.

Sendo o bloco parlamentar radical socialista o maior da Câmara actual, fácil foi de acreditar, nos primeiros momentos, que o destino do franco francês seria o mesmo que teve o franco belga. Por isso baixam, rapidamente na Bôlsa os valores francezes, e precipita-se a emigração do ouro que tanto trabalho custou a acumular.

Esqueceram-se muitos de que a opinião pública contrariaria tal política, para de-

fender o laborioso e importante pé de meia dos franceses, e que consultada teria procedido como procedeu o povo suíço, e pelos mesmos motivos. Um govêrno ou um parlamento que acedesse às indicações do *Petit Journal* e à opinião de alguns radicais socialistas, tornar-se-ia um govêrno ou um parlamento impopular a que estaria destinada uma morte rápida.

Os réditos do turismo de hoje, — quasi que reduzido a viagens em multidão, atulhando os navios consignados a passeios de menor ou maior número de milhas — limitam-se ao pagamento de *taxis* em cidades do litoral tocadas por êsses navios, e que os passageiros visitam a 40 quilómetros à hora apressados, para não perderem as refeições de bordo.

Tudo isto é insignificante perante as centenas de biliões de francos do pé de meia francês, salvos pela conservação do valor da moeda francesa.

Não é a França um país super-industrializado, à semelhança da Inglaterra, dos Estados-Unidos e do Japão, e soube aproveitar-se de tôdas as circunstâncias para conjugar inteligentemente as necessidades e interêsses da metrópole e das suas colónias, como já expus nesta Revista quando escrevi sôbre o problema colonial.

Se a situação económica mundial em 1926 favoreceu o trabalho do govêrno Poincaré, pela posição desafogada do comércio internacional, na salvação do franco, a reserva monetária ouro que em fins de março dêste ano excedia a circulação fiduciária em um bilião de francos, tornou possível uma restauração rápida da confiança pública.

* * *

Será possível fazer o prognóstico na marcha da doença que atacou as moedas?

Nunca como agora teve tanta propriedade a frase consagrada que a medicina emprega nas doenças de maior gravidade:

Prognóstico reservado!

A dificultar o tratamento surgem por tôda a parte complicações, não sendo a de menor importância a ameaça contínua da paz no mundo.

A acreditar-se na profecia de Antoine Zischko a guerra entre a Rússia e o Japão tornar-se-á inevitável antes de 1940.

E a atmosfera carregada que se respira na Europa não é de molde a tranqüilizar ninguém.

Os armamentos crescem e os orçamentos de despesas são sobrecarregados com gastos da força armada, absorvendo-os em grande parte, e impedindo os governos de consagrar ao bem estar público e à extinção da crise somas formidáveis subvertidas na voragem dos preparativos de guerra.

Mais premente do que a necessidade de colocação das suas indústrias, sente o Japão a necessidade de colocação do excesso da sua população. Não podendo expandir-se na Ásia superpovoada, tem de pensar na zona mais ao sul, na Austrália quasi deserta e inexplorada.

Ao passo que a densidade da população japonesa é de 175,5 habitantes por

quilómetro quadrado, a densidade da população da Austrália é, apenas, de 0,8 habitantes.

Ao passo que apenas 17 0/0 do território do Japão é cultivável, são cultiváveis 69 0/0 dos territórios da Austrália.

Mas a Inglaterra é ainda um colosso, e a conferência de Genebra, a desconjuntar-se por todos os lados, é ineficaz para assegurar a paz entre os seus membros e não pode aventurar-se a defender os interesses superiores da civilização quando estão em jôgo tantos e tão poderosos interesses particulares que podem prejudicar aqueles.





VIDA COLONIAL

A federação das colónias portuguesas do Atlântico

Por ALBANO MONCADA

No tempo da monarquia constitucional, António Enes defendeu a idea de com as colónias de Angola, S. Tomé e Príncipe e Guiné se formar o tão falado «Império do Atlântico».

Os títulos históricos do monarca português seriam acrescidos de «Imperador do Atlântico».

Proclamada a República, surgiu por meados de 1912 novamente a idea da federação daquelas colónias.

Já desde 1894 que a França vem administrando sob o regime federal as suas colónias da África Ocidental com o melhor êxito.

Entre nós a reforma naquele sentido da administração das colónias do Atlântico ainda se não realizou a-pesar-do exemplo em demasia tentador de ao pé da porta.

E porquê?

À colónia de S. Tomé e Príncipe, riquíssima então e por isso com grande valimento nas altas esferas governamentais era antipática a ligação administrativa a Angola.

Por sua vez as populações indígenas de Angola e da Guiné ainda não estavam completamente submetidas e pacificadas.

A resistência forte de S. Tomé e Príncipe e importantes preocupações coloniais de diversa ordem explicam a inação do Governo da Metrópole.

Mas presentemente as condições são outras.

S. Tomé e Príncipe é agora infelizmente uma colónia pobre; a sua mentalidade modificou-se, sendo provável que a idea federativa encontre nela, já não digo entusiasmo, mas pelo menos concordância.

Por seu lado Angola e Guiné são já colónias em que a soberania da Metrópole se exerce efectiva, total e permanentemente.

É pois azado o momento para se agitar de novo a questão da aplicação do regime federal àquelas nossas colónias.

Para êsse fim, embora talvez sem tal intuito, um passo importante foi dado últimamente.

Refiro-me à recente divisão da colónia de Angola em províncias, o que equivale à adopção do sistema federal na sua administração.

Porque não englobar nessa administração as outras colónias portuguesas da África Ocidental?

Seriam outras tantas províncias daquela federação.

Só vantagens daí adviriam.

* * *

O bloco federal constituiria uma organização a todos os títulos bastante forte para enfrentar todos os perigos que isoladamente ameaçam cada uma das colónias e estas por si só com dificuldade podem desviar.

O Govêrno federal disporia de certas receitas. Por exemplo as provenientes dos direitos de importação de tôdas as colónias federadas, como foi estabelecido em relação aos diversos estados no Brasil.

Com elas faria face às despesas com os serviços federais comuns e com as necessidades imprevistas e inadiáveis de qualquer das colónias ou províncias que os orçamentos privativos destas não pudessem comportar.

Por sua vez o Governador Geral da Federação, sob a orientação superior do Ministério das Colónias, assistido dos Governadores das colónias ou províncias e de competentes corpos consultivos teria poderes para, sem tolher a acção dos Governadores das colónias ou províncias federadas, harmonizar os seus interêsses, orientar a sua economia, acudir às suas necessidades mais prementes, enfim imprimir, num grande esforço de solidariedade, uma acção comum de progresso global.

O regime monetário das colónias seria unificado. O Banco de Angola poderia vir a transformar-se no Banco das Colónias Portuguesas do Atlântico.

Assim, as relações comerciais entre as colónias da África Ocidental teriam possibilidades de desenvolvimento que isoladas nunca chegarão a atingir.

As organizações militares indígenas da federação disporiam de elementos que permitiriam a formação de fôrças com real valor defensivo.

A organização de uma marinha mercante apenas para ligação interna da federação seria um dos primeiros empreendimentos económicos do Govêrno Federal.

O resto faria-o o bom senso e conhecimentos feitos de experiências nestas colónias, o patriotismo dos nossos colonos e a orientação superior dos competentes.

A administração colonial metropolitana seria aliviada de muito trabalho que depende estudando e resolvendo minuciosamente assuntos particulares de cada colónia da África Ocidental.

A simples fiscalização e orientação da acção do Govêrno Federal deixar-lhe-iam mais tempo livre para o estudo e resolução dos importantíssimos problemas das nossas colónias do Oriente.

Alguma coisa de melhor do que está é sempre legítimo ambicionar.



VIDA LITERÁRIA E ARTÍSTICA

A Reinaldo Ribeiro

XILOGRAVURA

POR SEVERO PORTELA

A xilo é para o estudioso a mais insinuante de tôdas as exteriorizações que a plástica objectiva. *Ars una, species mille*, — variedades formais consagradas, ante uma acepção típica preferida. A estas horas tão altas quem há aí que desconheça que em tais domínios profundos a dinâmica estética valha, não já sòmente como selecção, mas afixe uma eloquentíssima legenda ? ! Arte cerebral de veemente expressão democrática pelo que respeita a sentimento, a universal generalização que a caracterizou marcou, ou melhor, extremou tocantemente o advento da confraternização universal. A técnica da xilogravura vislumbra a síntese moral de um *ex-libris*.

As mais das optativas estéticas quando postas ao serviço da idea dissentiram de condizedora grandeza e, não raro, se secundarizaram no imprevisto da frioleira decoradora. A arte da xilogravura foi, por tôda a parte, o manifesto vibrante do novo estilo. A emoção que em luares de quimera ou flamas de indisciplina inquietou o cérebro, averte para se corporificar aos dedos de gesta do escultor que se iniciou. Mais, incomparavelmente mais, do que a água-forte, o nitro insinuante corroendo a placa extática de metal, que certa vez estimulou o quixote serôdio de Friúme, a humílissima tábua rasa que, de condição, se passibiliza às sevícias lacerativas, suscita e arrepanha a sensibilidade predisposta do homem culto. Baixo-relêvo animado de graça espiritual que nos transporta do negativo para o positivo, a xilo significativa, incisa pelo buril contundente, releva, súbito, desde seu pórtico *d'avant la lettre*, a psicologia afim, marulhos de um mar, onde nos identificamos por inteiro, hoje e amanhã. Aquele que mui antes de Putenberg aquatintou de sangue das artérias o córtex de um álamo onde embutira um passional, idolatrado monograma e o verifica, após momentos, impresso numa charpa delida como um velo não será, porventura, o prestigioso ancestral, o glorioso precursor da xilo que a nós corresponde, contemporânea ?

Não nos confranja, entrementes, a exumação de seu progresso fastígio submergido em tradições arcaicas, quando lúzios anónimos, humílimos a sclaiavam, estarrecidos, impressa no papel de linho da época, escarranchada, por feiras mais ou me-

nos da Ladra, nos cordeis distensos entre pregos fixos a muros ou a caibros. Eu ainda a tempo madruguei de a lobrigar na velhenta praça de Sta. Tereza da minha nativa cidade, o Pôrto, garrulando tanto nos frontispícios como nos ante-rostos típicos e peculiares dos in-fólios corriqueiros onde melodramatizáveis qualquer *Grande e Horrível Crime* acontecido... Depois desta razão guinholesca que pela espinha aos calafrios nos estarreçia, voltou a lendária e a jocosa, identificando em *A Princesa*



Magalona e o Cão Pilôto do Menino da Mata, até que silencia sob uma série popularíssima de reportórios *seringadores* avoengos de *bordas d'água* com lunários perpétuos, engalho do pobre-de-pedir andejo.

Porém, transcendendo luminosamente a uma consciência perfeita e idónea, a estrutura da xilogravura, nervosa, flagrante, dúctil, expressiva, sintética obra de Arte onde estua a filosofia de um período decisivo e definitivo, passou a ser bem diversa agora. Inquiram a escassa falange tão intelectual dos xilógrafos nacionais ou con-

terrâneos, e vá de levarmos à conta de necessidade cultualista o seu directo conhecimento, parágrafo deixado em branco ainda por banda dos providos melhormente. Porque é ocasião de em Portugal começarmos, nós, homens de letras, a considerar a xilo. Que os nossos livros ascendam com um tal acréscimo de beleza. Induza-se o editor de obras quer de prosa, quer de verso a que excogite o complementar encanto do fino artifício gráfico. Uma daninha insciência, por demais inconforme com as responsabilidades que nos distribuímos, fêz com que se não propagandeasse nem divulgasse o certâmen de Varsóvia, exposição privativa monumental onde se conglomeraram trabalhos dimanantes de todo o orbe em progresso virtual. Sestro degradante o que continua a recuar-nos em anodinagens que já não merecemos ! Aí se quedaron, por meses, representações de vinte e três países : — Polónia, França, Estados Unidos, Inglaterra, Áustria, Bélgica, Bulgária, Tchecoslováquia, Estónia, Espanha, Holanda, Itália, Japão, Yugoslávia, Canadá, Letónia, Alemanha, România, Suíça, Suécia, Hungria e Rússia. A exposição de uma grandeza concludente compreendia 701 gravuras firmadas por 233 artistas. Portugal, como não se tratasse de vinhos, não estudou o problema, e não se aprestou, dedutivamente, a comparecer. De-veras, no entanto, importará, futuramente, que o país dê acôrdo de si e acorra a estes certâmens que não constando, verdade seja, do sumo da uva são eloquentes documentos de carácter. Há neste interregno de metempsicose um frescor moço assim mental como estético, vessando com denôdo e galhardia a feraz gleba de Portugal ? Manifestações, embora por enquanto incoordenadas, o patenteiam. Salta-me por mercê da minha admiração aos bicos da pena a expressivíssima exposição Memento pèssimamente instalada para poder exercer influxo, pejorativamente noticiada para que não escandalizasse a ceva dos videireiros. Contudo, a despeitos dos dois salientes empalamentos referidos pôde tanto o nobre mostuário de criação ulterior que, se houver contumácia e constância, ali se firmaram passos para uma jornada ovante a caminho da Verdade em Estética.

Cerra-se na palma da mão o rol minúsculo dos xilógrafos que vicejam no território português, João Carlos, Jaime de Oliveira, Emanuel Ribeiro, António Lopes, Machado Graça, Simões Guerra e Roberto Araújo. Não se diligenciou, nunca, congregiá-los derredor enérgica publicidade regular que os deixasse em todo o esplendor, no pleno êxito de valores que cada um, veementemente, personifica. Daí, o contraste entre o mérito do labor estético onde ensaios tocantíssimos de originalidade pululam, e a humana finalidade liberadora que se não atinje senão quando deduzimos de um ritmo ou de um método. A filosófica objectividade da gravura de madeira só, fortuitamente, pelos sobremodo doutos obterá plena consumação como, na resenha actual tão parca, sejam Simões Guerra, Machado Graça, Roberto Araújo. As xilos de Simões Guerra a evolução firmam de um espírito de vigor imprescrutável e indelével que pela linha, ora colubrina ora tetânica, vincula, a espasmos de febre e de acalmia, a químera, a angústia, a dúvida, a ternura, o êxtase. Vê-lo-eis, também, simultâneamente carpir-se e interrogar-se, Antero que reincarnasse para esculpir no pinho tôscos da terra brava o soneto magistral em que se imaginava um cavaleiro andante. Machado Graça, parceiro mais da horda convulsa, é paisagista que a golpes certos

insere, psicológicas, as figuras que manejam no delírio glauco-de-algas das ondas em fora ! Oh ! a bela rapaziada do moliço que por herdar anda de nonagenários que se foram um ror de anos a oito té aos bancos da Terra-Nova bacalhoeira. Estrias indómitas de bíceps a sugerirem calabres, frentes tismadas que a saudade adormenta sôbre as trescalantes marchas, mãos e braços tatuados da mística dos signos-saimões, Machado Graça é xilogravador do Atlântico dos Ílhavos que nos arrepanha e que nos alicia pela exactidão da mais flagrante das beatitudes em Arte.

É Ribeiro Araújo por génese e por talentos um criador magnânimo de beleza útil. A arte pelo viaducto da sua sensitividade jamais se imobiliza nas galerias dos museus, criptas silentes onde austero bafio apõe a legenda dos espólios inúteis. Repararam em Roberto Araújo ? Nada há tão ignorante em Portugal como a classe a que dão o nome de ilustrada. Êste artista de modernidade convicta perpetua democracia, efectivando todo um já assinável conjunto plástico. Arte que justifica a intenção moral da vida ; arte que está em contacto com as instâncias da nossa fé ardente ; arte que o nosso coração engalana com alegria suave. As gravuras de madeira de Roberto Araújo relevam, superam tènicamente o artista que se familiarizou com o psiques da criatura passando primeiro pelo teatro e logo depois pelo *atelier* de pintura é absoluto, chega a ser completo, perfeito na modalidade. Os largos, os amplos temas cuja emoção sobressaltante prorrompe as fronteiras generalizando tôda a espécie humana em um rictus ou em um êxtase haverão neste pintor de ontem e neste gravador de agora o seu mais alto intérprete. Ao consuetudinário painel — tábua, cobre ou tela — de custo incomensurável há de suceder o friso de arte com uma função harmoniosa na vida que nos abrange.

Ah ! Escultar a madeira, desbastá-la, afeiçoá-la, transverter o crasso torpor do cepo em alma atónita que sisme ou que sonhe ! O «Caveirinha» da gíria, Carlos de Carvalho de nome e apelido, artista de revelação ingénita que até mesmo em sua pedante Coimbra nativa foi de diminutíssimo reparo, o mísero Cesar Barreiros, morto como aquele vai para quatro anos, que muito embora marralhasse, jamais avezou qualquer aura, o José Maior que, restritivamente, nas louvandias frustres, nas jaculatórias inócuas de iniciados consegue manter-se, explicam-nos com obras individualizadas o que de sempre hostil para a escultura de madeira subsistiu. Como o pachorrento Quim Martins na solidão da tumba venerabunda já não perorasse para beócios, as finas figuras flébeis de attitude plástica, estiladas modelarmente, do capataz operário de Santa Cruz, estarreceram, inglórias, no esconso escuro dos seus três admiradores e amigos ; o Cesar Barreiros deixou por vender um Camilo formidável de que ninguém fêz caso e a que a crítica encartada voltou as costas ; o José Maior, assevera-se, peja o retém de monos, pois, ninguém tributa zumbaias a mobiliário de selecção nestes tempos calvos da marcha da Madragoa.

Mas, importa, repito, assegurar a função social da xilo ou gravura de madeira agremiando todos os seus artistas no campo da idea que triunfa. Salve-se o baixo-relêvo, muito embora se proscruva a escultura de vulto.

Baloriau e Steinlein precederam a meio da Europa convulsa os arrancos ulteriores da democracia. Ambos colaboradores dominicais de um certo *Figaro* ultra bur-

guês, transudando, notòriamente, o craião do segundo a sangue, a vermina, a lágrimas, a tóxicos. Necrópole onde fantasmas articulados perpassavam em evanescente bailado, era Bruant quem, em Paris, declamava para apaches e rueiros o poema insurrecto que vinte anos depois Clément Casciani fragmentariza no seu acarinhante *Dictionnaire d'Argot*.

A influência de Steinlein fendeu em clareiras o talento dos inovadores escandinavos. O norte, a par de cerebrais do tómo de Strindberg, Ibsen, Bjoernson, Brondès irrompe em xilógrafos como Anton Hansen, Curt Peters, Adolfo Hallman, sublinhando a intenção reintegradora do esforço universal da natureza humana. Da repercussão profícua desta obra que fale o oriente da Europa: — «L'essor de l'art graphique peut également s'expliquer par le fait que les artistes, se consacrant principalement à des œuvres destinées aux larges masses populaires, trouvent, dans de telles créations l'occasion d'exprimer leurs meilleurs dons.» Que distância incomensurável entre Vladimiro Favoreski e Aleixo Kravtchenko, xilos onde estabiliza «la fraîcheur, la richesse d'invention dans la composition, l'élégance de la technique qui commence déjà à influencer la xylografie de l'Europe» e os ingénuos, timoratos anónimos lusitanos que a prelo de murro infligiam com má tinta vegetal os oragos das consuetudinárias romarias. Entre diversos, Léon Cadenell directorizando, em Marselha, inicialmente a revista *Taches d'Encre* e, secundariamente, *Xylographie*, atesta que o espírito irradia neste capítulo estética de formação novíssima. No certâmen varsóvico a França certifica-se com espécimens de René Ben Sussan, Emile Callègle, Alfred Latour, Aquiles Ouvré e Luís Joseph Soulasque desbordam em coloristas. A secção polaca como a secção norte-americana timbraram de reconstrutividade ante as quais se detém o crítico que é, simultâneamente, auscultador das propulsões individuais ou collectivas.

Ao repararmos como a xilogravura comporta a complexidade perfeita de reposição humana, não se torna estranhável que em países de inquietação natural como a Argentina a fomentem publicidades como *Nervio* ou como *Iman*. O que se converte em surpresa é que só pouquíssimos de nós, escritores de princípios em Portugal, déssemos pelo seu advento tão afável como atraente quando ela não se cansa de nos distender o elegante colar de seus braços para que a abracemos com fervor.



VIDA INTERNACIONAL

A CAMINHO DA GUERRA

A PREPARAÇÃO ALEMÃ

POR VASCO DA GAMA FERNANDES

A publicação do notável livro de H. C. Engelbrecht e F. C. Hanighen — *Merchants of Death* — veio trazer ao mundo civilizado a confirmação lastimosa daquilo que há muito pairava no espírito de todos, — a dolorosa certeza duma guerra que a todo o custo é reclamada por secretas organizações que vêm nela a frágil tábua de salvação.

A leitura dêsse livro oportuno enche de pavor aqueles que anseiam a paz para dentro dela erguerem, embora com denodado esforço, as construções fortes do amanhã.

Quem percorrer as suas páginas sente o calafrio que produz o contacto com a morte. Há nesta obra como que a escarpelização completa de tôda a mentira e de tôda a vesânia que encobre êsse drama shakesperiano que se avizinha a passos largos, queimando, qual cavalo huno, as mais risonhas esperanças dum sossêgo universal.

Antes de analisarmos a situação alemã neste particular, recapitulemos, noções já conhecidas mas que o tempo com a sua esponja milagrosa vai apagando, por vezes, da memória dos homens de hoje.

Vejamos qual a situação mundial no *ante-bellum* e estabeleçamos um significativo paralelo com o turbilhão endemoninhado de hoje, para desoladamente nos convenceremos da veracidade das nossas aflitivas apreensões.

* * *

No início do século XX a Europa apresentava singulares aspectos. Numa miscelânea incompreensível debatiam-se sentimentos nacionalistas de vária ordem.

O panslavismo defrontava-se raivoso com o pangermanismo, numa luta surda

de protecção a populações de raças diferentes, vivendo num território comum : o império austro-húngaro. A par disso dois blocos se preparavam para a pugna. Dum lado os alemães e os austríacos ; do outro lado os russos e os franceses.

Em especial a propaganda germânica atingia exagerados limites. Uma ânsia de expansão fazia delirar os homens da Alemanha e o próprio Kaiser não se furtava à idea de proclamar a sua terra como a futura dominadora dos mares.

No extremo-oriente a esquadra alemã preparava-se, com afã, para o conflito iminente.

Socorramo-nos da eloquência dos números para bem entender o que havia de trágico nessa louca corrida para a morte. Cinjamo-nos somente à Alemanha, à Inglaterra, à Itália e à Rússia, comparando os anos de 1869 a 1910 :

Alemanha (em marcos) :

1869	211.348.104
1910	882.339.756

Inglaterra (em libras) :

1869	22.335.530
1910	68.138.700

Itália (em liras) :

1869	197.200.000
1910	550.690.865

Rússia (em rublos) :

1869	153.917.196
1910	585.598.674

Tôdas as nações, pequenas e grandes, europeias, americanas e asiáticas acompanharam o mesmo crescendo. Umas faziam-no, premeditadamente, convictas que a hora da rapina se avizinhava e outras preparavam-se com a noção exacta da necessidade de opor um dique ao avanço dos novos bárbaros...

Se outros motivos não houvesse para derrubar a mentira de Seravejo, justificação forçada para a carnificina, bastariam os números acima transcritos, para ver a forma consciente como o mundo se aprestava para a guerra...

Embora dominado o universo pelo espectro de Guilherme II, o mais ardente apologista dum imperialismo moderno, será injusto atirar com tôdas as culpas para o exilado do Doorn, amarrando-o, sozinho, ao pretório.

À mistura com o pangermanismo destacavam-se o imperialismo britânico, representado pela fleugma de Chamberlain, no desejo duma *Greater Britain*, o panslavismo tzarista, o exagerado nacionalismo francês de Deroulède, o panamericanismo de Mac-Kinley e o irridentismo italiano.

Todos, uns mais do que outros, foram culpados dessa sangueira infernal que abateu oito milhões de vidas!

E se existissem quaisquer dúvidas sobre a culpabilidade geral no deflagrar mortífero do tremendo conflito, bastava lançar uma imparcial vista de olhos sobre a poderosa organização de armamentos, reduto de aço onde as ambições sôfregas vão encontrar poiso seguro.

Nela estavam integradas as maiores notabilidades políticas do mundo europeu e americano.

Só assim se compreende o motivo estranho e aparentemente enigmático de metralhadoras alemãs terem fuzilado soldados alemães e de arame farpado francês ter obstado ao avanço dos exércitos de Joffre...

Mas vamos à constatação cruel dos factos.

Muito antes de 1905 já uma empresa comercial de armamentos — a *United Steel C.* — emmaranhava nos seus tentáculos tôdas as energias pro-paz que ainda sacudiam a consciência universal.

A *United Steel C.* era formada pela junção de várias empresas internacionais de fabrico de armamentos de guerra, umas dedicando-se à indústria metalúrgica (produção de espingardas, canhões, navios de guerra, aviões de guerra e carros de assalto); outras à produção de matérias explosivas (pólvoras, dinamite, etc.) e ainda outras à química de guerra, dando-se, por vezes, o caso de algumas exercerem, simultaneamente, os três misteres.

À frente da *United Steel C.* encontravam-se individualidades de variados países. Tinham seus representantes na empresa, em especial, as seguintes fábricas de armamentos: Vickers, Armstrong, as casas alemãs Krupp e Stunum e o grupo francês Schneider du Creusot.

Esta salsada de interesses internacionais, franceses ligados com alemães, austríacos com italianos, trabalhando para o mesmo fim — uma maior venda de armamento — pode e deve ser a explicação razoável para muito acontecimento internacional aparentemente envolto em certos véus de mistério.

Mas ainda mais. A *United Steel C.* inicialmente constituída pelas casas enumeradas não abandonava a idea de, num curto espaço de tempo, possuir tôda a mecânica internacional de armamentos. Agentes seus percorriam os países da Europa, conquistando acções, introduzindo-se nas juntas directivas das fábricas a tal ponto que a Itália, um dos países alvejados pela propaganda, via a *Terni* integrar-se na *United Steel* e, mais tarde, as fábricas japonesas de chapas blindadas seguiram-lhe o exemplo.

Preparava-se qualquer coisa de surpreendente nessa faina de aglutinar num só organismo, tôda a rede dos armamentos!

Os estaleiros navais do Ferrol aderiam à internacional. O consortium austríaco Skoda fazia o mesmo e, já nas guerras balcânicas de 1912-13, a *United Steel C.* exerceu a sua actividade prodigiosa, fomentando a desordem e exaltando os sentimentos patrioteiros.

Razão e de sobra têm pois os ilustres autores de *Merchants of Death* para afir-

mar que «a internacional de armamentos tem por credo e missão facilitar armas a qualquer que ofereça por eias um bom preço, sem prestar atenção às pessoas ou aos princípios: ao aristocrata e ao republicano, ao niilista e ao tzar, ao capitalista e ao socialista, ao protestante e ao católico, ao ladrão e ao polícia, ao homem de raça negra como ao de raça branca ou ao de raça amarela, a todos em qualquer circunstância ou condição, a tôdas as nacionalidades, a tôdas as creanças, a todos os loucos e estúpidos, a todos os crimes».

* * *

Ter-se-á alterado o panorama do *ante-bellum*?

Existirão profundos contrastes entre êsse tempo e os angustiosos tempos de hoje, umas vezes alarmados com as perspectivas duma luta no coração da Europa, outras vezes, como agora, presos de emoção perante a avalanche italiana nas terras do Negus?

Só olhares imbecilmente otimistas poderão encontrar vantagens na atmosfera turva e pesada de hoje.

Analisemos, particularmente, o caso alemão.

Para outra oportunidade ficará o estudo dos restantes *casos* europeus, que ao contrário do que pensa o meu querido amigo dr. Campos Lima, constituem formaturas a postos para a entrada triunfal!

Quando Hitler e o general Goering violaram o tratado de Versailles, na sua parte V, a superfície pacifista do mundo pareceu arrepiada por um temor indescritível.

Era para certa gente uma notícia em primeira mão a arrogância do Führer e do seu devotado e submisso ministro.

Para outros, como nós, a oratória de Goering não passava duma *oficial confirmação*, digamos assim, daquilo que há muito se impregnara na consciência da gente que tem a infelicidade de meditar alguns segundos ou dezenas de horas sôbre os problemas angustiosos da humanidade: a de que a Alemanha logo após os seus primeiros passos de reconstrução económica começou a gizar, calculadamente, o seu plano de *révanche*.

Só assim se compreende o cuidado meticuloso por ela dispensado às agremiações desportivas onde a mocidade se entregava aos benefícios da cultura física, adestrando-se em práticas militares veladas com exercícios desportivos e o carinho que lhe merecia o desenvolvimento da sua aviação comercial, prontamente transformável, em caso de necessidade, em belicosos aparelhos de destruição.

Desçamos finalmente ao campo das realidades.

A aviação alemã presentemente ocupa um proeminente lugar entre as mais importantes da Europa.

Já nas suas conversações em Berlim, o Führer declarou, após as afirmações de Simon na Camara dos Comuns, que a Alemanha trabalhava, com afinco, para obter a paridade aérea com a Grã Bretanha.

É bom saber-se que a dominadora dos mares tem hoje, segundo declarações de sir Philip Sassoon, sub-secretário do Estado do Ar, nada menos que 890 aviões de

formação regular para esquadilhas e 230 aparelhos fora das mencionadas esquadilhas, perfazendo um total de 1.120 aviões.

Alarmados com a afirmativa hitleriana os ingleses começaram a pensar a sério na hipótese de novas construções já que, segundo M. Churchill, «a vitalidade do rearmamento aéreo foi definitivamente acelerada na Alemanha».

M. Goering na sua entrevista concedida ao *Daily Mail* reclamava para o Reich nada menos do que 30 a 40 % dos aviões possuídos pela França, Bélgica, Tchecoslováquia e Polónia, atingindo, assim, a cifra, astronómica, neste particular, de 2.400 a 3.200 aparelhos!

Seja o que fôr a Alemanha já possui hoje espalhados pelos seus centros aéreos de Koenigsberg, Kiel, Breslau, Berlim, Stettin, Magdebourg, Dresde, Weimar, Munster, Hanovre, Cologne, Francfort-sur-Mein, Munich, Nuremberg e Stuttgart — segundo o exame sério feito pelo comissário adjunto da U. R. S. S., M. Tonkhatchevski — 2.100 aviões de bombardeamento e de caça nos principais aeroportos, 1.600 aviões de reconhecimento distribuídos por certos pontos estratégicos, o que, considerando o número de aparelhos e de tripulantes, perfaz 3.700 aeroplanos, 8.000 oficiais e 52.000 oficiais adjuntos.

Quanto ao restante exército:

Na exposição feita pelo general Maurin, à comissão do exército anexa à Câmara dos Deputados francesa, o experiente militar e ardente patriota garantia que o governo do Reich tinha à sua disposição vinte e uma divisões de infantaria, três divisões de cavalaria, uma divisão ligeira motorizada e onze divisões de formação imprecisa prontamente motorizáveis.

Como complemento às apreensões do militar francês a imprensa do seu país alargava o poder mavórtico alemão para quarenta e cinco divisões, num total de 700 a 800 mil homens.

Não foram só Maurin e os técnicos franceses as pessoas alarmadas com o crescendo apocalíptico do Reich.

A Rússia guiada pela experiência do seu comissário da guerra M. Tonkhatchevski, iniciou uma época de intensiva preparação bélica da sua juventude que assim adestrada irá remoçar os 940.000 homens do seu disciplinado exército.

Na Itália, Mussolini, mixto de anjo da paz em Stresa e de morte imperdoável em Addis-Abeba, escrevia o seu conhecido artigo de 11 de Abril dêste ano, no jornal *Popolo d'Italia*, do qual recortamos esta significativa passagem:

«Manter, até que o horizonte esteja completamente desanuviado, uma fôrça permanente de 600.000 homens em armas, dotar esta fôrça de todo o armamento moderno, acelerar as construções da frota aérea e da frota marítima, nós consideramos êste plano como um elemento indispensável para garantir a paz da Europa e sobretudo a nossa paz».

Em França, o alarme atingiu certas paragens dum nervosismo compreensível. Denain, no Congresso da União Nacional para a defesa aérea, clamou, no meio do entusiasmo geral, que a França responderia *ao bombardeamento com o bombardeamento e ao incêndio com o incêndio*.

Para a fronteira de Este, mandava o govêrno francês os 60.000 homens que se viram obrigados a permanecer, à cautela, nas fileiras. . .

A Inglaterra inclinava-se preocupada com a sua defesa aérea, ainda recentemente alarmada com o aparecimento misterioso de certo balão alemão, voando, sossegado, sôbre Londres no decorrer dos últimos e cuidadosos exercícios de defesa insular levada a cabo. . .

E no que diz respeito à marinha alemã?

Num oportuno artigo publicado na grande revista *Le Mois* de Abril, o almirante Degony, baseado na sua especial competência técnica escrevia o seguinte:

«Foi durante 1929 que o Reich fêz conhecer pela primeira vez a sua intenção de reforçar a fôrça naval alemã, substituindo pouco a pouco os vetustos couraçados do tipo *Preussen* que o tratado de Versailles deixava aos vencidos de 1919, por unidades novas chamadas «de 10.000 toneladas», mas que, uma vez militarizadas e aprisionadas para campanha, deviam atingir, ultrapassar mesmo, o *déplacement* de 12.000 toneladas.

Transformações análogas deviam ser levadas a efeito em favor do tipo *pequeno cruzador*, género Leipzig, e das construções ligeiras de superfície: destroyers e torpedeiros. Enfim, mas discretamente, já que o tratado se encontrava violado categoricamente, propunha-se a construção de submarinos.»

As indicações do almirante Degony são completadas com a informação segura do *Temps* de que a Alemanha possui hoje mais de 400.000 toneladas, o que a ser verdade constitui um sério embaraço para a Grã-Bretanha que, embora proprietária de tradicional e numerosa esquadra, se vê reduzida a pequeno número de unidades no Mar do Norte pela ausência da maior parte dos navios nos seus longínquos domínios espalhados pelas cinco partes do globo.

O que será preciso mais para atestar a formidável *vitalidade de rearmamento alemão* a que aludiu M. Churchill?

* * *

Ficaria talvez incompleto êste pequeno estudo sem a inclusão de mais um elemento anunciador da premeditação internacional no capítulo da preparação de guerra de 14 e das restantes que se seguirão.

Refiro-me ao aumento das despesas públicas depois da grande guerra.

Arrepiem-se os leitores, com os números seguintes, colhidos no *Anuário Estatístico Internacional*, editado pela Sociedade das Nações, que veem confirmar o desejo ardente dos povos de cumprir rigorosamente a máxima de Crowel: *ter confiança em Deus e conservar a pólvora sêca.*

França (em milhões de francos):

1914.....	5.375
1929.....	45.430

Inglaterra (em milhões de libras) :

1913.....	195
1929.....	30.822

Alemanha (em milhões de marcos) :

1913.....	3.696
1929-30.....	11.039

Estados Unidos (em milhões de dolares) :

1915.....	741
1929-30.....	4.023

Japão (em milhões de yens) :

1913.....	423
1929-30.....	1.773

Itália (em milhões de liras) :

1914.....	2.620
1929-30.....	19.445



Os destinos da Europa

POR MANUEL CAMACHO BOTICA

(Conclusão)

II

Determinantes do Tratado franco-soviético de assistência mútua. Suas conseqüências

Se à burguesia francesa repugnam todos os princípios comunistas e se se reclama de tôdas as bandas a condenação pura e simples do partido comunista francês, *declarando-o fora da lei* porque fantasia Barthou e Laval, como Pierre Cot e a sua missão aérea, pisaram o solo russo algumas vezes? Tôdas estas sondagens foram coroadas de êxito, o que prova um perfeito entendimento entre as duas potências. O tratado franco soviético de assistência mútua, assinado a 2 de Maio dêste ano o atesta, pelo seu art. 2.º que estabelece: «no caso e nas condições previstas pelo art. 15.º, § 7.º, do pacto da Sociedade das Nações, da França ou a U. R. S. S. virem a ser, a-pesar-das intenções sinceramente pacíficas dos dois países, alvo duma agressão não provocada, por parte dum Estado europeu, a U. R. S. S. e reciprocamente a França, prestarão imediatamente auxílio e assistência».

As razões justificativas dêste tratado também se encontram. E se se quiser, pode-se igualmente dizer, ter presidido ao seu espírito o mesmo bom senso e desejo, de proteger a burguesia francesa. Expliquemo-nos.

Esgotada por agora a capacidade tributária do povo francês (assim deduzindo pela situação do tesouro no tempo de Flandin e pelos auxílios constantes pedidos ao Banco da França, além da ameaça do comércio em fechar, como sinal de protesto pacífico contra as contribuições que o sobrecarregavam), é impossível a qualquer govêrno cobrir o verdadeiro orçamento do Ministério da Guerra. De 1920 a 1935, gastou a nação francesa com o seu exército de terra, mar e ar, 259 mil milhões de

francos. A-pesar-da soma ser fabulosa, só para a reorganização completa do exército de terra reclamava o respectivo ministério, recentemente, 4.500 milhões.

Únicamente por via de um empréstimo a França poderia arranjar aquela importância, indo com essa medida criar um pesado encargo nos futuros orçamentos gerais. A braços com tamanhas dificuldades, os governos não podiam no entanto desprezar a segurança do país, tanto mais que os sacrificios pedidos à nação implicaram sempre, embora às vezes tácitamente, o compromisso da sua segurança absoluta sob o ponto de vista militar.

Desta forma se explica que em 1932 Paris pagasse 1.435 milhões a título de impostos sôbre benefícios comerciais, sem recalitrar por aí além.

¿Podia qualquer govêrno francês deixar rearmar a Alemanha, sem cuidar de sossegar a opinião pública, para quem Hitler é um espectro, aumentado ao máximo pelas lentes do exagêro e do pânico? Decerto que não. E eis como se pode justificar a atitude do *Quai d'Orsay* colaborando tão estreitamente com a diplomacia enigmática de Staline e Litvinov, só com o fito de sossegar a burguesia francesa, à qual não se podem, neste momento, arrancar mais milhões de francos para os orçamentos da guerra. O sossêgo proporcionado é o tratado por nós citado, mormente o seu art. 2.º cujo texto promete não ficar a França sôzinha, no caso duma agressão vinda de qualquer fronteira europeia, mas muito especialmente da renana, *causa única do referido tratado*.

E ainda a demonstrar a ilógica de tôda a política do semestre passado, viu-se o partido comunista francês e o socialista de Blum, que se aproxima com freqüência do primeiro, a protestar contra as exageradas despesas militares, atribuindo a estas medidas do govêrno o fito de exaltar o espírito da guerra. Em contrapartida, Staline, o ídolo vermelho dos anti-militaristas (e que na maioria dos casos, o são, sem saber porque...), declarava bem alto, para todo o mundo ouvir, o seguinte: *compreender e aprovar plenamente a política de defesa nacional feita pela França, para manter a sua força armada ao nível da sua segurança*.

* * *

Depois de um facto tão importante como a assinatura do tratado franco-soviético, é natural sentir-se tôda a política internacional agitada. Nas linhas dum tratado daquela ordem, tem de palpitar a inquietação de todos os outros Estados que se julgam em perigo, quer pela perda duma antiga posição, quer ainda por sentirem alvejados, clara ou disfarçadamente, os textos de mais antigas convenções. E como a diplomacia se pode agarrar à hermenêutica mais disparatada, sucede interpretarem-se condições expressas e assinadas, como muito bem apetece, desde que seja preciso alegar uma razão para se romper com o amigo de ontem.

Neste sistema de tratados bi-laterais, cuja escola criou profundas raízes em Locarno, havia de gerar-se o grande risco para as tentativas da organização colectiva da paz. O facto das alianças se contratarem sob o princípio dentro do quadro da Sociedade das Nações, não constitui por si obstáculo que impeça as manobras surdas

contra o organismo genebrino. ¿ E quem melhor do que a Alemanha, sabe intrigar e dividir? A sua ética conhece apenas as teorias de Kant, e a sua filosofia de julgar anda intimamente ligada a tôdas as manifestações do pangermanismo, visto êste considerar divinos os seus direitos e fundamentar na moral kantista a justificação de tôdas as atitudes.

A Sociedade das Nações tinha pois de sofrer os ataques mais fortes, por parte do *Reich*. Qualquer tentativa de organização da paz, dela participando tôdas as potências, modificava os planos alemães, por tornar-lhes impossível realizar a sua máxima aspiração: *intrigar e dividir para imperar*. Com a aparência duma nacionalidade queixando-se amargamente das injustiças sofridas após-guerra (e algumas foram na verdade, mas não tôdas as enunciadas nos protestos alemães), a diplomacia germânica não perdia uma única oportunidade em demonstrar à Polónia e à Áustria que a conveniência destas duas nações estava em seguir e adoptar a política externa alemã. Ora fazia ver à Polónia a iminência dum ataque soviético às suas fronteiras, como procurava suggestionar a Áustria com o perigo italiano e yugoeslavo, querendo convencer a primeira da necessidade urgente de se afastar da França e consequentemente dos aliados de ontem, e a segunda das vantagens de ordem política e económica que lhe adviriam de unir-se à Alemanha, dando assim realidade á célebre *Anschluss*.

Se na Áustria as manobras alemãs resvalaram na coragem e patriotismo do infeliz Dollfuss, na Polónia conseguiram em absoluto os seus fins.

Quando a aliança franco-polaca não era ainda contrariada pela aproximação decidida entre Varsóvia e Berlim, aquele lado da Europa parecia sossegar um pouco, não obstante a tradicional rivalidade entre a Polónia e a Rússia, e as questões de Vilna, Memel e Dantzig. Porém, depressa se modificou aquele ambiente. As pretensões da Lituânia sobre Vilna, trazidas até junto do Conselho da Sociedade das Nações, por altura de 1928, e agitadas irritantemente por Valdemaras, chefe do governo e delegado lituano (mais tarde processado como delapidador dos dinheiros públicos), foram sempre inspiradas pela *wilhelmstrasse*. Depois, a desconfiança provocada pela imprensa alemã, na qual se apontava servir-se a França da Polónia, com o fim de se valorizar ante a Rússia soviética e dessa maneira poder chegar a um acôrdo com Moscovo, acôrdo tendente a fazer cessar a propaganda comunista em França, muito concorreu para o enfraquecimento da aliança franco-polaca. E recentemente a formação duma *entente báltica* entre a Letónia, a Estónia e a Lituânia, *entente* inspirada em parte pela política francesa, deu àquela outrora famosa aliança um golpe de respeito, talvez mesmo decisivo, coroando pomposamente a actividade alemã. A coroação pomposa é o *Pacto de não agressão germano-polaco*, de 26 de Janeiro de 1934. Tão importante é êste pacto, que o governo francês enviou a tempo (Julho de 1934) a Varsóvia o seu ministro dos estrangeiros de então, o malogrado Barthou, com o fim único de impedir, por meio das mais hábeis e sérias sugestões, que as negociações prosseguissem, o que não conseguiu.

Pode dizer-se ter a Alemanha ganho a partida naquela zona da Europa. Soube falar à alma polaca, soube convencê-la, irritando as susceptibilidades da raça e ti-

rando dêste método o melhor resultado ¹. Representam tantos melindres as lições e o sacrificio dum passado de invasões e domínios estrangeiros, revoltas e heroísmos admiráveis, o que não explica nem desculpa uma certa ingratição havida para com a França. Resta saber quanto tempo durará esta atmosfera de encantamento com Berlim. Não há de vir longe o dia em que a nação polaca sonhe com a invasão alemã, com a expulsão (segundo o programa do violento nazismo) dos seus numerosos judeus — e com a tentativa de assalto do *Reich* a Memel e Dantzig ². Esquecerá então as blandícias germânicas, quando pensar friamente na hipótese do Mar Báltico dominado pela Alemanha, deitando a terra todo o futuro de Gdynia, pôrto famoso, justo orgulho da tenacidade e inteligência polacas.

* * *

Alterada a chamada *barreira do Este*, pelo afastamento da Polónia em direcção a Berlim e pelo recentíssimo tratado franco-soviético, estes factos originaram uma linha convulsiva, estendendo-se esta para Sudéste e levantando à sua passagem, dificuldades e inquietações.

A primeira potência atingida pela política germano-polaca é a Checo-Eslováquia. Ameaça-a o neo-imperialismo nazi, quando êste pretende a revisão de fronteiras, ameaça da qual compartilha a Polónia (hoje em estreito entendimento com Berlim), pelas suas aspirações à região de Teschen, na antiga Silésia austríaca. Encravada entre a Alemanha, a Polónia e a Hungria, a República Checa será sempre o primeiro alvo no caso de uma agressão por parte dos três países contra a *Pequena Entente*. Se é muito importante o auxílio moral que lhe dá a Áustria, pela vontade admirável de Viena em conservar o seu humanismo bem longe da influência do *hitlerianismo*, que afinal mais não é do que o teimoso projecto secular de dominação do mundo germânico pelo espírito prussiano, semelhante auxílio não é bastante para tranqüilizar o govêrno de Praga. Assim se explica o *pacto de assistência mútua* assinado entre a Checo-Eslováquia e a Rússia.

¹ Conversando nós com um dos mais ilustres polacos, nome universalmente conhecido, amigo pessoal do coronel Beck, ministro dos estrangeiros da Polónia, a conversa orientou-se sobre a aproximação entre Berlim e Varsóvia, abordando a *entente báltica* e a velha amizade da França pela sua pátria. Como principal argumento o nosso interlocutor queixava-se do facto do *Quai d'Orsay* ter preparado aquela *entente*, sem previamente pôr a nação polaca ao corrente de todas as linhas do plano. Como nós lhe retorquíssemos que a *entente* em questão beneficiava, não um inimigo, mas um aliado (o que, implicitamente, dava mais força à aliança com a França), a resposta não se fez esperar: *Sim, mas a-pesar-de tudo, não há o direito de se dispor de nós e da nossa influência, sem sermos ouvidos em todos os detalhes*. Como se vê, o povo polaco é sensível ao máximo, não olhando para o interesse quando alguém fere o seu amor-próprio.

² Principalmente agora, depois de desorientada a Alemanha pela derrota sofrida nas eleições de Dantzig. Goebbels, ministro da propaganda afirmava nos seus discursos, contar com 90 % dos eleitores por Hitler. Finalmente não obteve mais do que 59 % dos votos !

Poderá parecer à primeira vista uma medida desnecessária, Praga ter-se entendido com Moscovo, visto a política firme da *Pequena Entente* ter cimentado a solidariedade entre a Checo-Eslováquia, Roménia, Yugoslávia, Grécia e Turquia, para a seguinte acção : manter por tôdas as formas o *statu quo* da Europa Central e Balcânica. Sob estas intenções e dada a fôrça considerável de que disporia em caso de guerra o bloco daquelas cinco potências, a sorte da Checo-Eslováquia não se decidiria com facilidade. Nestas condições a própria Alemanha havia de reflectir demoradamente nos seus planos e de acôrdo com a sua política tradicional de *dividir e intrigar*, admitindo-se a impossibilidade do *Reich* romper a solidariedade das cinco nações, poria de parte as suas ideas de agressão.

Mas vejamos agora, atentamente, se a *Pequena Entente* ou outro pacto qualquer pode, por si só, garantir o *statu quo* da Europa Central e Balcânica.

Retrocedamos uma vez mais ao ano de 1928.

Época de agitação profunda provocada por um imperialismo a desenhar-se fortemente sob a mão vigorosa de Mussolini, os Balcans jogavam então os seus destinos entre duas correntes de influência e atracção : a italiana e a francesa. O domínio do Adriático ambicionado pela Itália fascista e contrariada a ambição pela França, os dois países mantinham, por êsse facto, as peores relações diplomáticas. Jogava o *Quai d'Orsay* com a Yugoslávia e jogava bem, pois o seu tratado de aliança com esta potência, tratado assinado em 1927, garantia-lhe a margem esquerda do Adriático, no caso dum conflito armado com a Itália. A-pesar-de Mussolini ter procurado na Albânia o terreno propício e fácil para o triunfo pouco brilhante da sua diplomacia, o *tratado de Tirana* nunca representou uma grande vantagem. Não era o auxílio do rei Zogú que ajudaria a fechar a entrada do Adriático às esquadras francesas, pois que o exército yugoslavo combateria e venceria pela superioridade numérica o albanês, com o concurso decisivo da aviação francesa, à qual Mussolini não podia opor, nessa época, a fôrça de respeito que hoje possui o exército aéreo italiano. Poderá objectar-se que se a Bulgária viesse trazer à Itália a sua colaboração, isto implicava um grave perigo para a França. Mas não; mesmo assim, a superioridade franco-yugoslava seria manifesta. E depois, as relações de amizade da Roménia pela nação gaulesa (intensificadas estas por uma série de facilidades financeiras concedidas pela França, sobretudo o acôrdo franco-romano respeitante às dívidas de guerra, concluído em meços de 1928), eram uma reserva apreciável e sempre à mão.

Ganha a partida naquelas paragens pela diplomacia francesa, conduzida esta por Briand, desde êsse momento moderaram-se as atitudes francófobas da Itália.

A-pesar-das suas cordiais relações com a França (como já vão longe os ressentimentos de 1928 !) Mussolini mantém ainda grandes reservas para com a Yugoslávia. E compreendem-se tais reservas, tanto mais agora, que o fascismo precisa de grandes vantagens marítimas, tendo em conta os seus dilatados sonhos de expansão colonial. Explicam-se as desconfianças do *Duce*, pelo facto de lhe não ter sido possível influenciar a Yugoslávia, de maneira que amanhã, em presença dum estrondoso triunfo da sua política imperialista, e voltando a França a contrariar a acção da Itália, quer no Mediterrâneo, quer no Adriático, Belgrado abandonasse a sua antiga posição.

Foram êsses receios os geradores da idea duma *conferência danubiana*, onde Mussolini esperava conseguir o enfraquecimento da influência francesa na Yugoslávia, pelo entendimento desta nação com a Hungria de Horthy e Goemboes. Mas depressa se enganou, pois a reunião de Veneza, reunião preliminar, logo patenteou a impossibilidade do menor entendimento entre as duas potências, uma e outra intransigentes, ambas ainda à volta com o confuso processo do atentado contra o Rei Alexandre.

A prova de que só a ilógica tem presidido aos trabalhos internacionais dêste ano, está bem expressa nas dificuldades que se levantam na Polónia, na Áustria, na Hungria, na Yugoslávia e na Itália, logo que se pensa a sério na organização da paz. Não é possível resolver-se um assunto tão magno pelo sistema de *acordos regionais*, estes destinados apenas a levar as pequenas potências a imitar as grandes, isto é, a especular.¹

Dessa especulação ¿ quem pode sofrer mais do que as pequenas potências? Tomemos como exemplo a Áustria (de tôdas elas a mais sacrificada e coerente) e observemos o que se passa com a sua vida interna e externa. Ameaçada pelos manejos nazis, servindo-se dos austríacos as nações vizinhas, para as quais êles representam o tampão que as isola do *hitlerianismo*, farta de ouvir elogios à sua tenacidade de querer permanecer independente, combatendo por todos os processos a idea do *Anschluss*, no entanto, até hoje, ainda as grandes potências não pensaram a sério em libertá-la da crise económica aflitiva em que se debate. E enquanto todos aqueles que repudiam as teorias e brutalidades do *nazismo*, encorajam a Áustria, para que resista e continue a servir de tampão, cinco países² (a própria Checo-Eslováquia, igualmente odiada pela Alemanha de hoje, no meio dos mesmos) informam os governos de Paris e Londres, da decisão firme em se oporem ao rearmamento da Áustria, da Hungria e da Bulgária. ¿ Já se viu maior contrasenso? ¿ Porque razão se engloba a Áustria com a Hungria e a Bulgária? ¿ É porventura aquela potência um pilar pertencente ao imperialismo de Hitler? E se assim é ¿ quais os motivos que levam as nações fazendo parte da *Pequena Entente* (criada muito especialmente com o fim de combater ideas e tentativas imperialistas e absorventes), a aplaudir de vez em quando Viena, dando-lhe o seu apôio moral, nas arremetidas desencadeadas pelo *Reich*? Para todos os povos banhados pelo Danúbio, o seu interêsse reside numa Áustria bem armada, capaz de ajudar eficazmente a deter a marcha nazista. Quando a Alemanha pretende integrar no seu sistema político a Áustria, dá conta exacta de tôdas as vantagens que daí lhe adviriam. Não eram apenas vantagens militares e espirituais a preparar a distância outras económicas. Tôdas viriam ao mesmo tempo. O Danúbio sob o domínio e a influência alemãs, em breve traduziria para tôdas as nações danubianas, senão a ruína duma parte do seu comércio, pelo menos o seu sensível enfraquecimento. Uma via fluvial de tanta importância, controlada pelos alemães sob o signo da cruz suástica, seria um nunca acabar de intrigas, tôdas frutificando admiravelmente por entre

¹ Já tivemos ocasião de o dizer na *Vida Contemporânea*, n.º 13, pag. 394.

² Checo-Eslováquia, Roménia, Yugo-eslávica, Grécia e Turquia.

raças inimigas entre si, exaltando-se com facilidade e eivadas por um fatalismo doentio. Seriam uma vez os regulamentos internacionais que ainda existem e o comércio daquelas paragens, para não viver desassossegado, só tinha uma solução: hitlerianizar-se.

Pois parece, vistos friamente os últimos acontecimentos, preocuparem-se de preferência os países da *Pequena Entente* em criar dificuldades à Áustria, a condenar a política do *nazismo*. Em Liubliana, ao reunirem-se, fizeram-no com o fim de declarar a sua formal oposição ao regresso dos Habsburgos, alegando ter de ser encarada tal hipótese, não como um problema interessando somente o povo austríaco, mas sim toda a Europa, pelas suas conseqüências. Naturalmente que o regresso dos Habsburgos interessa a Europa inteira, diremos mesmo o mundo inteiro, quanto mais não seja pelo aspecto histórico da decisão. Aludimos ao regresso daquela família à Áustria mas não ao restabelecimento do seu trono imperial. À política austríaca de socialismo católico não convém por ora modificar o seu sistema. E como tem tido uma seqüência firme, à dinastia habsburguiana ha de antepor-se a de Seipel, Dollfuss e Schuschnigg. Contar com o príncipe Starhemberg para a restauração da monarquia, também não é lógico, já por falta de meios materiais, já por êle ser duma lealdade perfeita, incapaz portanto de trair o govêrno de que faz parte, como vice-chanceler ¹.

Neste momento a questão vital para toda a Europa, não é o regresso desta ou daquela família dinástica. O grande pesadelo é o *imperialismo nazi*. Era a hipótese do mesmo alastrar e contaminar o resto da humanidade, que competia à *Pequena Entente* desenvolver em Liubliana, mostrando mais uma vez absoluta intransigência quanto aos métodos hitlerianos, cujas milícias brutais de impetuosidade, não conhecem outro credo nem outra moral que não seja a sua.

Como se vê, da chamada *barreira do Este* vem a inquietação. E' todo um universo de contradições imperando e movendo violentamente as águas mais calmas. ¿Que admira pois, ver-se Mussolini totalmente preocupado com a Abissínia, dando assim saída ao entusiasmo guerreiro das suas legiões? Cansado de tanta tentativa para libertar os Balcans da influência francesa (sem o conseguir, o que explica que, apesar-da sua recente aproximação com a França, inspire a Hungria, a Albânia e a Bulgária contra a diplomacia do *Quai d'Orsay*), prepara afanosamente a guerra de África, sem uma hesitação, vendo possivelmente neste seu plano a almejada oportunidade de bater o pé à vontade a uma potência, sem que Paris ou Londres coloquem com firmeza — mais uma vez... — para abafar o som, macias almofadas sob os tacões das suas botas altas de grande *condotieri*. Como até hoje o *Duce* não conseguiu um so

¹ Entrevistado em Londres o Dr. Karl Winter vice-burgomestre de Viena, que foi amigo íntimo de Dollfuss, sobre as pretensões dos Habsburgos, declarou: *Prince Starhemberg will not stand in the way of Otto's reforms. He is not obsessed by political ambition. He is a grand seigneur. His loyalty to Otto will be at least as profound as his loyalty to Schuschnigg.* (o príncipe Starhemberg mantém-se alheio aos planos reformadores de Oto. Êle não é obcecado pela ambição política. É um *grand seigneur*. A sua lealdade é tão profunda para Oto como o é para Schuschnigg.) *Review of Reviews*, Maio último, pag. 20.

triunfo da sua diplomacia, sonha com a vitória das suas hostes na África Oriental, sem se intimidar com o facto do Nilo-Azul andar intimamente ligado à economia do Sudão inglês. ¹

A Inglaterra e a organização colectiva da paz

Embora uma parte da opinião pública inglesa seja partidária dum regresso à *política do isolamento*, a maioria é pela comparticipação nos trabalhos da paz, organizada esta dentro dum quadro, no qual entrem tôdas as nações.

Para a Grã-Bretanha, tôdas as incoerências e contradições dos últimos trabalhos internacionais, em lugar de a fazerem desanimar e recolher-se um pouco ao seu egoísmo tradicional, dão-lhe antes a persistência com que trabalham os seus delegados, ou para salvar a Sociedade das Nações, prestigiando êste organismo e consolidando-o lentamente, ou então, no sentido de ouvir as reclamações de tôdas as potências, e com a enorme autoridade do seu vasto império, advogar o que houver de justo nelas.

Por causa da linha de conduta do *Foreign Office*, nestes últimos tempos, nem um só país, dos interessados nas suas atitudes (e todos o são), deixou de criticar a diplomacia inglesa. Ressentimentos, processos dilatatórios, exageradas exigências, orgulhos insuportáveis, tudo apareceu a dificultar os trabalhos das delegações britânicas. Em Stresa, e em virtude de tôda a longa série de ocorrências desanimadoras, os delegados ingleses dividiram-se. Uns, já cansados com tanta intransigência dos outros países, queriam a volta do *esplêndido isolamento*; outros, tenazes, alimentavam ainda esperanças sôbre a organização colectiva das nações, para a paz. Venceu a última corrente, talvez inspirada em grande parte por Eden, a-pesar-dêste não ter tomado assento na conferência.

Quando as críticas caem a fundo na Grã-Bretanha, acusando-a de favorecer Hitler e o seu regime, são críticas feitas sem o exame inteligente e rigoroso que o assunto requiere. E se citamos imediatamente, sem mais preâmbulos, as relações da Inglaterra com a Alemanha, é com o fim de evitarmos considerações desnecessárias, pois das grandes potências (as únicas a chamar agora à baila) a origem dos seus desentendimentos e queixas contra Londres, reside no apôio que Berlim, por vezes, *parece* ter recebido do *Foreign Office*. Dizemos *parece*, porque o apôio nada vale sob o ponto de vista material, como se verá.

Foi em Março dêste ano que a Alemanha violou oficialmente *as cláusulas militares, navais e aéreas do tratado de Versailles*. Em face do acontecimento, todo o mundo abriu os olhos, como se a surpresa merecesse tanto espanto. Só a Inglaterra

¹ Sem as aguas do lago Tana e do alto Nilo-Azul, no território etiope, a cultura algodoeira do Sudão inglês sofreria um rude golpe. A barragem daquele lago só convém nas mãos da Grã-Bretanha ou de um país que ela domine. Se as declarações ultimamente feitas pelo governo britânico são sinceras, quando se conformam, em principio, com os intuitos italianos de conquista da Abissínia, é porque importantes concessões de ordem económica, naquelas regiões, lhe foram devidamente garantidas pela Itália.

manteve a serenidade. ¿Podia êsse mundo ignorar o rearmamento secreto do *Reich*, rearmamento denunciado em tôdas as oportunidades por êle próprio ? ¿ Não se vem ouvindo de ha anos atrás a constante prevenção : a Alemanha arma-se, brevemente teremos a guerra ; é hoje, amanhã ou depois ? . . . Se assim tinha sido ¿ porque tanto alar-me ? Não seria preferível estudar as condições financeiras do tesouro alemão e depois, com consciência, medir a gravidade do perigo ? ¿ Ou haverá ainda quem julgue que a guerra se faz com dois reais ? Tudo indica que sim, porquanto se dermos crédito às opiniões de meio mundo, tôdas as grandes e pequenas potências estão afogadas em oiro, destinado a fazer a guerra, e nenhuma se debate com dificuldades económicas !

Conhecedora profunda do que se passa em todos os sectores da actividade humana, dispondo para isso dos mais perfeitos e poderosos sistemas de observação, não é de admirar muito a serenidade da Inglaterra. Bem sabia o britânico ser impossível à Alemanha transformar em realidade tôdas as suas teorias de agressão. Com uma dívida externa considerável ¹, sem poder concorrer nos mercados estrangeiros com a Inglaterra, pela desvalorização da libra esterlina, obrigada a proibir a exportação de divisas e exausta devido aos adiantamentos feitos pelo Estado à indústria de guerra, a situação económica do *Reich*, não é para invejar. ¿ Aonde ir buscar o oiro abundante para fazer mover a sua máquina de guerra ? ¿ À Inglaterra ? ¿ Aos Estados Unidos ? Nem um nem outro govêrno lho emprestaria.

Depois de ter reclamado sucessivamente um exército com os efectivos de 200, 300 e 550 mil homens, veio o govêrno alemão exigir para os seus projectos navais, o direito a 35 0/0 da tonelagem da marinha de guerra inglesa. Verdade seja ter a opinião pública britânica manifestado nessa altura um certo nervosismo, em presença das novas exigências de Hitler. Êsse nervosismo teve a sua principal origem nos submarinos que a Alemanha pretende construir. Desde a grande guerra que o inglês manifesta a maior repugnância por semelhantes armas de combate. Foi possivelmente a lembrança do torpedeamento do *Lusitânia* que levou Mac-Donald, ainda primeiro ministro, a escrever num artigo, hoje do domínio público, as seguintes palavras contra a Alemanha : *A Alemanha destruiu o caminho da paz, que, por sua culpa, está hoje rodeado de terror.* É no fundo uma atitude moral, onde se sente ainda vibrar o temperamento do antigo caudilho do *Labour Party*.

Conseguidos pelo *Reich*, os 35 0/0 da tonelagem britânica, ha de ver-se quanto tempo leva a teoria a transformar-se em realidade. . . E vá de supor, que Hitler amanhã, reclama a tonelagem global dos Estados-Unidos, do Japão e da Itália. ¿ Que dúvida haverá em lha conceder ? ¿ Ha alguém que acreditasse no perigo duma bravata desta ordem ? Talvez ! Existem sempre pessoas com uma disposição estranha para

¹ Em 1931, a dívida externa alemã era de 23.800 milhões de marcos. Em 1933 estava reduzida a 14.800, para o que muito concorreu a desvalorização de várias moedas internacionais (aproximadamente 4.000 a 4.500 milhões). Actualmente deve ser de 14.000 milhões. Estudo publicado pelo *Dresdner Bank*, em Fevereiro dêste ano.

crerem nos maus presságios, e à volta dos desta ordem, oferecendo à fantasia a visão duma guerra sangrenta e desesperada, pulula uma praga imbecil e irritante.

Por ora, do pacto anglo-germânico, só surge um inconveniente : a possibilidade duma intriga. Estando a política naval das grandes potências regulada, após um trabalho esgotante,¹ pelos *acordos de Washington*, podem muito bem, o Japão ou os Estados-Unidos, denunciar os mesmos, alegando que a Alemanha tinha vindo com as suas exigências, agitar o espírito de equilíbrio nos mares.

Na prosápia desmedida que acompanha habitualmente as manifestações hitlerianas, não é difícil aperceber-se, rodearem os seus flamejantes planos a intenção firme de assustar as outras nações. Daí os discursos belicosos, as concentrações de grande estilo, os massacres selvagens, o ódio feroz às outras raças, todo um ritmo de loucura inchando uma nacionalidade e fazendo-a aparecer aos olhos do resto do mundo, como pesadelo sem igual na história contemporânea. *Dividir e intrigar, para imperar*, tem sido através dos tempos a máxima regra da diplomacia alemã. Como a época de hoje é diferente da de Bismarck e Guilherme II e os *telegramas d'Ems*² não se alteram todos os dias, aumente-se a ameaça cada vez mais, «...para que o adversário vá perdendo a coragem e o sangue frio, até ficar reduzido a um medroso, hesitante e condescendente — é esta a principal tática de Hitler e do seu metteur en scène, o Dr. Goebbels»³.

Ao insistir a Inglaterra na organização colectiva da paz, procura obstar a que mais dilatados horizontes se abram à intriga do *Reich*, seguido êste, nos métodos, pelas outras nações.

Há, fatalmente, que aplaudir a atitude britânica. Bem conhecemos o seu oportunismo, os seus processos seculares de enfraquecimento das outras potências e as manobras, por vezes antipáticas e exageradas na sua firmeza, com que tem mimoseado vários povos. Colocada ainda hoje à cabeça de tôdas as outras nacionalidades, não lhe seria difícil recolher-se, com vantagem manifesta,⁴ a uma política de isola-

¹ Em 1927, em Genebra, a França e a Itália, recusaram-se a colaborar com a Grã-Bretanha e com os Estados-Unidos ; em 1928, o Japão não quis assinar nenhum *tratado* ; só em 1930, na *conferência de Londres*, se chegou a um resultado satisfatório, que deu origem aos chamados *acordos navais de Washington*.

² A histórica manobra de Bismarck, em Julho de 1870, desvirtuando pelo seu próprio punho o telegrama em que se anunciava, fielmente, a entrevista de Guilherme I com o embaixador francês Benedetti. A alteração criminosa serviu para precipitar a guerra da Prússia contra a França.

³ Passagem dum artigo nosso, publicado em *A Voz da Justiça*, de 27 de Março d'êste ano, intitulado *A Alemanha à face do mundo ou o espírito dos nacionalismos desvairados*.

⁴ Essa vantagem manifesta residiria numa intensificação de propaganda nacionalista (como a maioria dos países está fazendo, não se lembrando dos transtornos que a todos tem de causar, fatalmente, a guerra feita ao comércio internacional), e, em nenhuma outra nação, semelhante propaganda daria melhores resultados. O inglês prefere os produtos nacionais, não só por espírito de defesa da sua economia, mas porque está convencido, em absoluto, *de que não existem melhores sobre a terra*. Depois, se a propaganda do *Buy British* se intensificasse, que campo maravilhoso lhe não proporcionaria o seu vasto Império, com 450 milhões de consumidores ?

mento, como o estão fazendo Washington e Tóquio. Acresce ainda o facto da Inglaterra não ter a resolver um problema social como o norte-americano, problema absorvendo tôdas as energias e atenções de Roosevelt e dos seus colaboradores, nem como o da expansão nipónica, cujo rôlo luta com dificuldades de tôda a ordem para deslizar. Tanto os Estados-Unidos como o Japão, mantendo agora os princípios dum quási isolamento, um dia virá em que terão que intervir a sério na política mundial. A não ser que Washington se resigne a perder a sua supremacia industrial em todo o globo, supremacia que necessita de mercados estrangeiros, que só se conquistam por uma cuidadosa acção externa, gravitando esta, não em tórno unicamente de tratados de comércio, mas em redor do panorama total em que se agitam os povos — e Tóquio se limite a considerar o Extremo-Oriente como um manancial de perspectivas fáceis para o seu imperialismo, sem pensar que as dificuldades inevitáveis a levantarem-se-lhe pela Rússia e pela Inglaterra, sejam de molde a aconselhar a sua colaboração com todos os Estados mundiais.

A procurar orientar-se contra a política de intriga da Alemanha e contra a política de contradição e intransigência das restantes potências, vai aumentando a corrente de opinião pública inglesa, que preconiza, a dentro do quadro da Sociedade das Nações, as seguintes medidas :

Pactos bilaterais de não agressão.

Arbitragem para definir o agressor e suster qualquer conflito.

Bloqueio económico contra o agressor.

Tirando o sistema dos *pactos bilaterais*, o qual, quanto a nós, só serve para prejudicar a idea duma paz assente na vontade sincera de tôdas as potências e *regulada colectivamente*, o resto, ou seja a *arbitragem* e o *bloqueio económico* contra o agressor, deve merecer tôdas as concordâncias.

Pugnando por uma paz colectiva, combate-se a vontade firme manifestada por alguns regimes, de nacionalizar a guerra, e que foi uma das causas determinantes da Europa inteira se unir contra Napoleão. Escrevendo de Viena a Luís XVIII, durante o *Congresso de 1815*, Talleyrand dizia : «Le premier intérêt de Buonaparte est de nationaliser la guerre qu'il va avoir à soutenir. Le premier intérêt des puissances est qu'il n'en puisse venir à bout. Il sent assez qu'il n'y pourra arriver par la persuasion et qu'il n'a pour y parvenir d'autre moyen que la terreur.»¹

¿ Que potência melhor do que a Grã-Bretanha, pode conduzir as outras a desistirem da *nacionalização* da guerra ? ¿ Não terá ela amanhã autoridade de sobra para exigir a todo o seu Império uma attitude inabalável, no sentido de pôr còbro aos exagerados intuitos dos nacionalismos irrequietos ? ¿ Falta-lhe, por acaso, moral necessária, para dar voz de comando às suas fôrças e incitá-las aos maiores sacrificios ? A sua paciência em face do *Reich*, atendendo-o, enviando-lhe os seus ministros e procedendo estes calma e correctamente, é o seu tradicional espírito prático. Se em 14

¹ *Correspondence Inédite du Prince de Talleyrand et du Roi Louis XVIII pendant le Congrès de Vienne*, pag. 401 (Plon).

de Dezembro de 1932, a Inglaterra, a França e a Itália, reconheceram à Alemanha o direito à igualdade dos armamentos, *sob a reserva do estabelecimento dum regime de segurança para todos* (sous réserve de l'établissement d'un regime de sécurité pour tous) ¿ pode-se levar a mal que Londres oiça Berlim com freqüência, e *sinule arrecear-se de Hitler*, quando êste reclama o direito a 35 0/0 da frota inglesa, para os seus planos de rearmamento? ¹ Bem no sabe a Grã-Bretanha, que o *Reich* não tem recursos financeiros para realizar integralmente o seu programa. Nem mesmo a hipótese de *mal com Deus por amor dos homens, mal com os homens por amor de Deus*, altera os seus processos de política e govêrno. Acima de quaisquer outros interêsses, paira um, sagrado, intangível: *a vontade da opinião pública*. Foi essa fôrça que apareceu a desorientar a Alemanha de Guilherme II, em Agôsto de 1914. Será ainda essa fôrça, sempre fresca e tenaz, que convencerá os povos a organizarem *a defesa colectiva da paz*. Naturalmente, então, Hitler ou quem lhe suceder no poder, há de repetir e martelar a todo o momento a frase do ex-Kaiser, ao referir-se, em 1905, aos seus projectos de *aliança continental: impedir o mundo inteiro de se transformar na propriedade privada de John Bull*. ² Os sonhos pangermanistas são tão grandiosos, tão contrários aos interêsses das outras raças, que sem a intriga pertinaz, todos à uma se assustariam com êles!

Anglo-saxões e latinos

Inquietas, vergando já ao pêso dum sistema de defesa incompatível com os seus recursos, pequenas e grandes potências europeias colaboram nas manifestações mais complicadas a favor da paz. Não as norteia um sentido *européista*, guiando-as por entre os escolhos e levando-as a ensinar às massas, que mais do que a inteligência, vale, para uma época de reabilitação e equilíbrio social, a energia, o carácter e a repulsa por todos os charlatanismos. Sem cuidar de folhear a história, lendo e compreendendo os seus exemplos, a Europa adoptou um sistema de política, todo êle dependente de *raids* audaciosos nas esferas diplomáticas. No fundo é um autêntico espírito de violência, mal contido, atestando a grosseria invencível dos homens e revelador de factos que fazem temer a volta aos tempos mais primitivos, pondo assim em risco as teorias transformistas mais notáveis. Êsse espírito de violência não poderá nunca proporcionar ambiente no qual se desenvolva e se ponha em marcha um programa de propaganda cívica, cuja índole condiga com a doutrina renovadora a impor pelos povos, se estes quiserem recuperar a sua soberania. Para aquele programa ser razoável, tem a propaganda do seu civismo de ser subtil, não reclamando as perfeições supremas, antes a centralização de virtudes das raças, com o fim de se respeitarem todos os *direitos humanos*, para o que, corajosamente, terão as nações de

¹ As exigências de Hitler, em matéria de politica naval, pode responder a parada da esquadra inglesa de 16 de Julho último, com 156 unidades, e que constituiu o final das festas do Jubileu. Observe-se representar aquele número apenas um têrço da frota britânica.

² *Correspondance entre Guillaume II et Nicolas II, 1894-1914*, pag. 193 (Plon).

amputar a si próprias privilégios e preconceitos egoistas, fossilizados uns e outros, por determinadas fatalidades históricas da humanidade. Só assim se poderá ir cristalizando a vontade sincera e firme da paz entre as potências. Caso contrário, e recusando-se os chamados regimes moderados a adaptar-se à época, fica a certeza dum dilema atroz : ou os povos se entregam à prática dos imperialismos revolucionários, género russo, ou às dos nacionalismos, género *naçi*. D'aqui não há que fugir — e *qualquer das fórmulas é atentória do mais sagrado dos direitos, a liberdade.*

Porque insistimos na organização da paz, quer por meio da *Sociedade das Nações*, quer por meio dum outro qualquer organismo que possa aproveitar a sua estrutura, é natural fundamentarmos as nossas esperanças nas grandes potências que querem consolidar a assemblea genebrina. E, olhos fitos apenas na Europa, desenhemos mentalmente um triângulo, cujo vértice suporte, em penoso equilíbrio, os planos duma paz entre todos os Estados, e em cada lado coloquemos por ordem respectiva, a Alemanha de Hitler com os seus aliados, a Grã-Bretanha e as restantes nações.

De tôdas as nacionalidades defensoras da *Liga* de Genebra (referimo-nos às grandes potências), aparecem claramente, sem hesitações, a Inglaterra, a França e a União Soviética. Pelo menos é a conclusão a que se tem de chegar, em presença dos discursos dos seus delegados, das viagens constantes dos seus ministros e do movimento da opinião pública em cada uma daquelas nações. Como a União Soviética Russa está em via duma profunda transformação, sujeita consequentemente a um sem número de atitudes, tôdas elas capazes de surpreender o resto do mundo, fazendo voltar contra Moscovo os mais ferrenhos comunistas, deixêmo-la sossegada, pois de contrário embrenhar-nos-íamos em vasto e ingrato matagal. Assim, dos principais países que defendem a *Sociedade das Nações*, merecem tôda a observação a Inglaterra e a França, ou seja tentar desenvolver-se a possibilidade do mundo se aquietar sob tão fortes influências. Quanto à Alemanha Hitleriana e aos seus satélites, já manifestámos as nossas apreensões a respeito das várias atitudes germânicas, sobretudo neste ano de confusa e ilógica política internacional.

* * *

A possibilidade do mundo se aquietar sob duas grandes influências : a *inglesa* e a *francesa*, sugere imediatamente esta pergunta : ¿ Quem dominará ? ¿ O latino ou o anglo-saxão ? É um domínio que depende mais da política interna das nações, do que da externa. Para que uma raça tenha verdadeiro ascendente sobre as outras, é-lhe necessário, antes de mais nada, *coesão, unidade e a certeza da sua existência*. Esta certeza só se atinge por uma preparação cívica feita lentamente e amparada nos mais puros princípios de dignidade nacional. Por sua vez a dignidade nacional só se consegue, quando um povo se torna cioso do seu individualismo e para o defender não hesita em sacrificar-se, unindo-se e batendo-se contra tudo e todos, desde que uma ameaça contra a sua independência, *logo contra o seu individualismo*, surja no mais longínquo horizonte.

O anglo-saxão é, como todos sabem, o expoente máximo do *individualismo*. En-

quanto a forma de govêrno representa para os restantes países a única solução capaz de vencer a adversidade, a Grã-Bretanha encontra só, como obstáculo que convém afastar, os homens que erram ou falham em absoluto. Êsse afastamento comanda-o a opinião pública à boca das urnas. ¿Há porventura algum partido, algum prestigioso político, que pense na hipótese de governar a Inglaterra à sua vontade? Se hoje ganharam as eleições os trabalhistas, amanhã perdê-las-ão, a menos que um acontecimento de vulto não venha exigir ao bom senso inglês a continuidade da mesma política a dirigir a nação. De contrário os grandes partidos alternar-se-ão no poder, forma prática de acreditar nos seus programas e de evitar os desmandos e violências, quasi sempre inevitáveis, das oposições irrequietas e sedentas de mando.

Para que um povo mantenha através dos séculos a mesma norma e o mesmo civismo, é porque antes de dominar todo e qualquer ambiente, se dominou a si próprio.

Analisando o carácter inglês é êrro supô-lo calmo por índole, frio por educação. O britânico é violento e a sua violência tem-na demonstrado exuberantemente. As suas guerras civis foram das mais cruéis e tenazes e nas batalhas travadas pelos seus exércitos nunca esmoreceu a fé da nação na vitória final. A confiança do povo na colectividade, o respeito pelas leis, a certeza de que ninguém vai contra as suas liberdades, dão-lhes a grande fôrça de acreditar em si. A superioridade do seu sistema político sôbre todos os outros torna-o seguro dos destinos do seu vasto Império. Tendo tirado das instituições os melhores ensinamentos, não segue os figurinos estrangeiros e a alma do britânico vibra muito diferentemente da das outras raças. Enquanto na Europa continental um Rousseau agita as camadas sociais, influenciado como todos os filósofos franceses da época, pelo inglês John Locke, em Inglaterra a transformação social é lenta e sem grandes variantes. Embora Locke defendesse contra o *utilitarismo cruamente sensualista* de Hobbes, ¹ o *liberalismo*, a sua principal obra *Essay concerning Human Urderstanding*, não constituiu a grande lição para o povo inglês. Aquilo que representava para a França do século dezoito fonte admirável onde bebiam os seus filósofos, era para o britânico motivo de desconfiança. Insular, isolada portanto da restante Europa, a Inglaterra só tinha um desejo: *diferenciar-se das outras nações*. Essa diferenciação tinha por fôrça de assentar na experiência das épocas passadas: *as leis da Inglaterra intangíveis*. «*Nolumus leges Angliae mutari*, nós não queremos que as leis da Inglaterra sejam modificadas é a fórmula que, sob nomes diversos (Grande Carta, Declaração de Direitos), os ingleses têm repetido aos seus soberanos sucessivos.» *Un roi d'Angleterre ne peut à son bon plaisir, écrit dès le règne de Henri VI le Chief Justice Fortescue, faire aucun changement dans les lois du pays, car la nature de son gouvernement n'est pas seulement royale, mais légale.* ²

Pela defesa dessas leis, levantou-se várias vezes o Parlamento, a obstar que os

¹ *The Cambridge Modern History* (trad. espanhola), *La Revolución Francesa*, tomo I, pag. 30.

² André Maurois, *Les Anglais*, pag. 16.

monarcas agissem arbitrariamente. No século XIII obriga Henrique III a assinar as *Provisões de Oxford*; no século imediato depõe Ricardo II; dois séculos depois, opõe-se ao sanguinário Henrique VIII; ¹ em 1649, depois de ter sustentado a guerra civil contra o rei Carlos I, julga e condena à morte este Stuart. Como a França, no tempo de Maria de Médicis, a Grã-Bretanha teve também um Turenne — o conde de Essex. Prestigiado secularmente o Parlamento inglês, o mesmo tornou-se através dos tempos motivo de inveja das demais nações democráticas. Nunca as garantias de liberdade foram tão defendidas como naquele período da vida política da Grã-Bretanha. Carlos I, carácter falso e imprudente, bem procurou por todos os meios destruir a força que se lhe opunha. Foi árdua a luta. Tudo o que de intriga se pode imaginar serviu de arma ao neto de Maria Stuart. O ódio entre o *presbiterianismo* e o *catolicismo* mais ajudava as manobras de Carlos I, cuja conduta insensata e irregular fêz sacrificar alguns dos seus mais dedicados amigos, como Strafford e Montrose.

Atentam muitos na época para erradamente atribuírem o principal motivo das lutas havidas à reforma da Igreja inglesa. Dizemos erradamente, porquanto dos conflitos travados por causa do *Anglicanismo*, os mais importantes se deram entre Maria Stuart, rainha da Escócia e Isabel, rainha da Inglaterra. Dessas lutas, o que o vulgo mais fixou, foi a morte no cadafalso de Maria Stuart e o envio por Filipe II de Espanha (para vingar a execução da soberana) da *Armada Invencível*, desbaratada pela tempestade e pela esquadra rival, em frente das ilhas Hébridas. Desta forma não é de estranhar que o verdadeiro fito da guerra civil entre Carlos I e o Parlamento passe despercebido, quanto ao seu verdadeiro significado. Êsse significado eram os direitos da nação, a liberdade de cada inglês, a conservar a todo o custo, contra os desígnios déspotas de Carlos I.

Embora a situação económica da Grã-Bretanha começasse sendo miserável naquela época, pois à sombra das dificuldades financeiras apareciam os mais hábeis especuladores, os monopólios recomeçavam e a pirataria devastava as costas inglesas com uma audácia pasmosa, o maior mal para o povo era o advento do absolutismo. Assim, não obstante a falta de recursos, quando os exércitos do Parlamento se organizaram para combater em nome da nação os do rei, as subscrições e os empréstimos cobriram-se rapidamente em toda a City. O clero, a maioria dos lords e os operários de Londres, apoiavam a Câmara dos Comuns, protestando sempre contra as violências e atentados às leis.

A tradição, os ensinamentos e as lutas sustentadas para conservar as suas liberdades fizeram do povo inglês o primeiro da terra. A assombrosa coesão britânica conduz o império a pontificar invariavelmente na política de todo o mundo. O inglês sabe, percebe muito bem, ser o povo mais antipático para as restantes raças. Por isso delas se isola. E dos melindres por vezes recebidos — alguns com justiça —, depressa

¹ «Henry having thus, by various acts of tyranny, shown that he had abandoned all ideas of justice, morals, or humanity...» (Henrique (VIII) havia mostrado, pela prática de vários actos de tirania, ter abandonado todas as ideias de justiça, moral, bem como de humanidade), Oliver Goldsmith, *History of England*, vol. I, pag. 406.

se esquece, porque o oportunismo da raça vela e na primeira ocasião desagrar-se-á das ofensas sofridas. Ora duma maneira geral para os ingleses, o único desagravo que lhes agrada são as grandes compensações materiais. Por isso os seus tratados com os outros países são sempre favorecidos por aos mesmos ter presidido o desejo da nação, ou por outra, o ascendente que por qualquer motivo, no momento das negociações, ela tinha sobre a potência obrigada, *pela força das circunstâncias*, a favorecê-la. Dessa política hábil surgiu o poderio da Inglaterra. Êsse poderio conduziu-a a dominar o mundo economicamente, — e porque não dizê-lo? — politicamente. Sabendo entrar a tempo em qualquer braseiro, o império britânico não agoniza nem agonizará tão cedo. Aqueles que anunciam o seu declínio, são porventura iluminados generosos, mas não são videntes.

Sentir a sua força financeira, é um dos maiores desejos do britânico. E é extraordinária essa força! A sua riqueza reparte-se por todo o mundo. Não há melhoramento donde resulte alteração da carta política do globo, que não tenha capitais ingleses. ¹ Canal de Suez, poços de petróleo na Pérsia, caminhos de ferro nas Américas e em África, companhias de navegação, comunicações telegráficas, tudo sofre o domínio do oiro inglês. O *Stock Exchange* manobra tôdas as outras Bôlsas. e Cai a libra esterlina? Que importa! e Não existe o oportunismo, não está com êle a vontade forte da nação para conseguir aproveitar-se do acontecimento? E aproveita... E contra os interesses dos demais países, abre tôdas as válvulas às suas exportações.

Wells, na sua *A Nova Europa*, ² publicada em 1919, mostra-se-nos um crítico severo do individualismo inglês. A pag. 67 da citada obra, diz: «Outra série de imperfeições, que a guerra revelou no individualismo inglês, foi a absoluta falta de conexão, entre o bem individual e o bem público. Pelo que respeita aos interesses do capitalista, tanto lhe dá ter o seu dinheiro empregado na Inglaterra, como no Estrangeiro; que as suas mercadorias sejam manufacturadas em Londres, como em Tombouctou.» A crítica do famoso escritor não é justa. A atribuída falta de *conexão, entre o bem individual e o bem público*, não tem fundamento. Negar ao povo britânico a sua tradicional conexão, equivale a querer fazer acreditar que a sua força diminuiu e que os seus processos de vida interna e externa tendem para uma modificação prounda, porque não poderia deixar de assim ser, dado o seu vasto império e as suas centenas de milhões de súbditos, com as mais variadas crenças e seitas.

Pelo contrário, a expansão de capitais e a iniciativa do inglês fora da sua pátria são mais uma prova do seu *individualismo*. A independência de cada um, a riqueza individual e o respeito às tradições liberais, têm como garantia, em grande parte, tôda essa *expansão*. Doutra forma e como poderia um povo de 45 milhões de

¹ Um dos exemplos é a actual questão italo-etiope. Em 1927, uma firma de New-York, White, Ltd., havia negociado secretamente com o *ras* Tafari (o actual Negus), as concessões das barragens do lago Tana e do alto Nilo Azul. Alarmada com o facto, a Inglaterra reagiu, e sem grande ruído, conseguiu anular todos os contratos feitos, ficando desde aquele momento, *o negócio aberto apenas a firmas inglesas*.

² Trad. portuguesa, editada pela *Companhia Editora*, do Porto.

habitantes, dominar 450 milhões de súbditos? Como poderia subjugar as populações da Índia, da Palestina, da Mesopotâmia, Arábia e Egipto? E se a influência do carácter é soberana na vida dos povos, como o afirma Le Bon,¹ a verdade é que essa influência depende muito do desfôgo económico. Mesmo resistindo o carácter em face das grandes desgraças materiais, uma coisa êle perde com certeza: a energia. Pois é a energia que o britânico não quer perder. Por isso se expande e luta com vigor, até atingir a sua independência material.

Na batalha pela vida o inglês conta consigo próprio. É certo sentir a apoiá-lo os imensos recursos da sua pátria, mas a-pesar-de tudo, quando êle parte para regiões distantes, inhóspitas e perigosas, renuncia a muitos prazeres da vida. Essa renúncia, a tenacidade e o seu *civismo* são a grande escola. Assim se formam os *struggleforlifers*, cuja constituição mental os identifica, tornando-os em elos do mais consciente e forte império do mundo.

Ao mesmo tempo que a Inglaterra se conserva indivisível, respeitando o Estado tôdas as prerogativas dos seus cidadãos, o inglês continua sendo o mais independente de todos os homens. Se atingiu esta perfeição deve-a unicamente ao seu bom senso, à sua prudência e à sua calma, qualidades estas que o fizeram reagir contra tôdas as teorias de despotismo do Estado. Quando um Locke inspira, com o seu método experimental e racionalista, o século dezóito, a Inglaterra não segue a doutrina cegamente. Espera e, entretanto, prepara a democratização do seu regime, com cuidado e minúcia, enquanto em França o *despotismo do Estado* é exaltado por Rousseau. Os tempos foram passando e, sempre cautelosa, a Grã-Bretanha foi conservando as suas instituições, fortalecendo progressivamente a nação, sem a menor quebra de dignidade colectiva, isto é, *sem o mais pequeno atentado aos direitos individuais*. Para ela, positivista, Stuart Mill é o seu compêndio político. O gosto do inglês pelos factos concretos, o seu horror às ideas abstractas, explica a preferência.² Estimando a sua condição insular, vendo demolir-se um a um os mais velhos sistemas de govêrno, a aliança moral entre o *povo* e o *Estado* mantém-se, como os sentimentos profundos que irmanam duas almas. Na realidade bastava aquela virtude para a Inglaterra poder ser admirada. Não obstante todos os ataques, tôdas as antipatias e reacções das outras raças (algumas justíssimas, repetimo-lo), o triunfo do anglo-saxão podia ensinar o mundo. É o triunfo da *supériorité indéniable de la puissance sociale sur la puissance politique*.³

Da economia livre à economia fiscalizada, arrasta-se uma série tumultuosa de programas, notavelmente obscurecida pelos exemplos russo e hitleriano. A chamada *Democracia Económica* não teve até hoje bastante justificação e todos os argumentos apresentados a seu favor, são por si tão fracos, que só à custa da perseguição de raças e de religiões, de matanças vergonhosas e mulheres decapitadas a ma-

¹ *Lois Psychologiques de L'Évolution des Peuples*.

² «... Car définir les choses, c'est marquer leur nature.», H. Taine *Le Positivisme Anglais. Étude sur Stuart Mill*, pag. 31.

³ Edmond Desmoulin, *A quoi tient la supériorité des Anglo-Saxons*, Préface, pag. XXXI.

chado, se consegue fazer calar o protesto dos povos esmagados. De país a país deslizam os agitadores profissionais, cujo trabalho consiste em revoltar as massas, garantindo-lhe cìnicamente melhores dias. Dias de fartura, de abundância geral ! Para melhor convencerem o trabalhador, acenam-lhe com a palavra *Democracia*, e este por vezes cai no lãgro. Sõmente as ideas, os processos, estão longe de ser *democráticos*. Enxertadas umas nas outras, as espécies mais aberrantes da aventura, da demagogia e da insensibilidade mostram-se por tãda a Europa, fervilhando como os selvagens que em terra se preparam para destruir os haveres e massacrar as vidas em algum navio prestes a dar à costa. E como o principal incitamento à revolta é a *vendetta*, não faltam terrenos onde a semente reproduza. No fim da reprodução ¿ que fica ? Mais um regime de violência e menos *direitos humanos*.

Com a maioria das potências em plena crise social, sem uma orla de ponderação a demarcar as suas relações internacionais, o desaparecimento da *Sociedade das Nações*, nesta altura, era o pânico absoluto. Se hoje ainda é possível entender-se um ou outro Estado, dada a morte à assembleia de Genebra, nenhum se entenderia. Bruscamente os povos ainda se modificariam mais : o ariano, o eslavo, o latino — e de-certo outras raças a descobrir pelos chamados condutores de homens . . . —, afrontar-se-iam, repelindo, como se fõsse uma humilhação, o mais tímido sentimento humano. Já não seria então, apenas um ou outro caso isolado, interessando esta ou aquela potência, mas sim, interessando a humanidade. Todos os caracteres ficavam ameaçados. E se alguns se limitassem a enfraquecer, outros, e no maior número, seriam contaminados por completo. Com a predisposição para a imoralidade, predisposição que se acentuava dia a dia, mesmo a paz, se a houvesse, seria um foco constante de opróbrío e ruína. Nestas condições, a própria Inglaterra sentir-se-ia ameaçada, pois a-pesar-de todo o seu engenho, não evitaria que o *individualismo*, de que tanto se orgulha, entrasse a sofrer alteração de ritmo, imposta pelo laboratório curioso e volúvel que é o cérebro humano. Esta hipótese é o bastante para a Grã-Bretanha salvar Genebra, organizar a paz colectiva com a ajuda da França — e de vez em quando, ministrar um duche escocês, aos aventureiros singulares e mandarinados dêste século.

* * *

¿ O que significa hoje a influência francesa ?

De todos os povos latinos é o francês o mais homogéneo. Essa homogeneidade representa-a a pequena burguesia, a qual vê o mundo exterior através dos seus sentimentos chauvinistas e a sua cultura, de tãdas a que herdou mais civilização helénica. Se uma é pela Democracia e a ela está enquistada fortemente, defendendo-a em tãdas as ocasiões, a outra é o meio mais seguro da sua expansão, servindo de guia intelectual às nações da mesma raça. No coreção da Europa, à cabeça do Ocidente, tem, para o defender, de multiplicar os seus esforços. Preocupada eternamente com a *barreira renana*, obrigada a defender o prestígio das suas instituições, a França é forçada a conviver com um formigueiro de povos, que lhe levam o melhor das suas energias. Sem que o francês possua o sentido de coesão manifestado pelo bri-

tânico, a sua nacionalidade está no entanto, cimentada pelo carácter fundamentalmente republicano das multidões, carácter que consente tôdas as gerarquias, desde que as mesmas não se congreguem para coarctar ou alienar quaisquer direitos políticos.

Enquanto o inglês é tenaz nos seus empreendimentos, desprezando os verbosos conselhos e contando apenas com o seu *valor individual*, o latino saltita ao menor contratempo, o que lhe dá uma mobilidade esgotadora. Deminuído na sua energia, torna-se orgulhoso, dum orgulho intratável, supondo que a honra e os credos do mundo estão unicamente nas teorias que êle defende e adopta. E quando, falladas doutrinas e processos, se compenetra dum fracasso, ei-lo divagador, apelando para o brilho indiscutível da sua inteligência, como forma de se desculpar a si próprio do triunfo que não alcançou. Assim, êle complica tôdas as questões. Depois, melancólico, com um mal-disfarçado rancor, simula pretender resgatar os seus erros, *simula apenas*, porque mais do que a felicidade colectiva e o sossêgo da espécie, vale para o latino a sua enormissima vaidade.

A França homogénea e democrática, forte económica e militarmente, bem sabe as responsabilidades que lhe cabem como primeira nação latina. A sua diplomacia, obrigada a seguir a ilógica da actual política internacional, quando devia encontrar ao seu lado as nações da mesma raça, com processos afinados, fundidos na experiência dolorosa dos desapontamentos sofridos e na renúncia voluntária de arrogâncias inferiores, sòmente encontra a fusão de ídolos com imaginações criminosas. De tôdas as potências latinas, só a Igreja quiere ajudar, eficazmente, a França. Parece, à primeira vista, tal facto, representar um tremendo paradoxo. Estamos vendo a catadura do democrata inculto, que não cuida de profundar os problemas (razão principal da Democracia ter escancarado tôdas as entradas aos seus inimigos), revelar a iminência duma exclamação a sair-lhe dos lábios... Mas continuemos.

À Igreja católica preocupa a desarmonia entre as raças. Os traços profundos vincados na humanidade não lhe passam despercebidos. A moral cristã, em primeira etapa do seu oportunismo secular, observa a crise perigosa, constata a sua gravidade e não se julga invulnerável. A ela o desvairamento total e colectivo da pessoa humana também lhe não interessa. Por si, pelo seu dogma, receia que as massas em plena desgraça chamem em seu auxílio os regimes novos, aquêles cuja excomunhão está de há muito lavrada pelo Cristianismo. A Igreja não perde as lições da História. Neste ponto, ainda a sua táctica é superior à do adversário. As experiências, mesmo as mais remotas, mostram-lhe sempre um novo caminho por onde possa conduzir ao triunfo os seus desígnios, enquanto a fôrça contrária, numa obstinação cega e inferior, não muda de processos, continua ingénua e romântica, insensata e desorganizada. Por isso o Catolicismo fixa as suas atenções no momento particularmente melindroso que atravessa a Europa e, temendo a repetição da História, tudo fará, para evitar uma nova Gália chamando desesperada os bárbaros em seu socorro.

O auxílio dado pelo Catolicismo à França, data de 1920, ano em que foram restabelecidas as relações officiais com o Vaticano. Desde então, e passando pelo con-

flito histórico da Cúria romana com a *Action Française*, os governos franceses têm encontrado na Santa Sé apóio decidido, que envolve estímulo para que a *Sociedade das Nações* não desapareça. A Encíclica *Arcano Dei*, de 1922, reclamando a independência absoluta da côrte papal, foi a primeira pedra do *Internacionalismo católico* dos nossos dias. Êsse *Internacionalismo* também defende a organização da paz colectiva entre as nações. Ainda no último mês de Abril, o acolhimento feito pelo Vaticano à delegação dos antigos combatentes franceses o demonstrou, pois de todos os discursos trocados e de tôdas as confidências recebidas, ressalta a vontade do Santo Padre a favor da paz.

Como se vê, a consciência católica e a consciência democrática (estamo-nos referindo à França, uma das pouquíssimas grandes fôrças que protegem Genebra), sentem, cada uma por si, a necessidade de se regular a paz, única maneira de evitar um choque bárbaro, penoso para ambas. São duas consciências, cujas faculdades de sentir agem diversamente. Antípodas no mundo social, inimigos naturais no ambiente político, cada uma significa uma missão diferente. Logo, os seus critérios hão de ser opostos, os seus princípios antagónicos. O espírito católico traduz o metafisicismo do absoluto e na sua teologia racional faz da lenda o dogma; o espírito democrático possui a metafísica do relativo e quasi sempre, pelo menos, considera o dogma uma alucinação. Dum lado o simbolismo do sobrenatural, do outro a reacção.

A-pesar-da distância que as separa e à volta da qual se podem escrever as mais eruditas teses, a verdade é ter-se a França sentido reconfortada com a simpatia recebida da Santa Sé. Tão vorazes andam os povos de sensações, tanta é a má vontade duns contra os outros, que sôbre o mesmo solo e em tôdas as camadas sociais, nenhuma boa vontade é para desprezar, desde que concorra para o apaziguamento desta Europa em plena crise.

Seguindo o nosso desejo de só falar nas grandes potências, atentemos na latiníssima Itália. As responsabilidades dêste Estadô nas incoerentes atitudes que a *ilógica* política internacional dêste ano está provocando são as que ficam da actuação italiana nos Balcans e na Europa Central, actuação a que já nos referimos largamente. Mussolini, a quem os fracassos diplomáticos não desanimam, há de ter uma vontade firme: opor-se ao domínio absoluto da Santa Sé no mundo em que êle pretende imperar. Dura ha cinquenta anos, desde o papado de Leão XIII, autor das Encíclicas que recomendavam aos católicos franceses a aceitação do regime republicano, a propaganda feita pela Cúria romana do *sindicalismo cristão*. As ideas sindicalistas do Vaticano eram tão fortes e sinceras, que o mesmo não hesitou em 1921, isto é, quando o regime russo causava o máximo dos horrores à burguesia, em entrar em contacto com os Soviets.¹ E quando o Fascismo venceu, após a escaldante marcha sôbre Roma, a Igreja não foi poupada aos ímpetos das hordas. *Os assaltos fascistas aos centros católicos e às sedes episcopais foram numerosos e violentos. Os atentados contra as pessoas, incluindo bastantes sacerdotes, contaram-se por centenas.*²

¹ Charles Loiseau, *Politique Romaine et Sentiment français*, pag. 227.

² Persiles, *España — Vaticano*, pag. 35.

Só mais tarde os ânimos se acalmaram, quando Mussolini se apercebeu, que ao seu orgulho, ficavam mal tôdas as fases duma política *anti-vaticanista*. Foi sob êsse pensamento, contando servir-se da Igreja como meio de expansão do *fascio*, que os *Acordos de Latrão* se assinaram em 1930, dando assim realidade às reclamações da célebre Encíclica de 1922.

¿ *Sonha Mussolini com uma nova Renascença ?*

Sonha. Autêntico condutor de homens, cujas promessas feitas às suas legiões duma Itália magnífica, renovada, alargada, não têm conta, não desconhece, por sua vez, as dificuldades que se levantam de todo o lado ao imperialismo fascista. E quer compensar os desaires sofridos e os que, fatalmente, há de vir a sofrer. Então, como pilar de propaganda, ao qual possa agarrar-se no caso de alguma tempestade o atingir no quadro interno da política italiana, lança a idea duma *Universalidade* fascista e, julgando-se um *Médicis*, considerando erradamente o fascismo um movimento humanista, procura comunicá-lo às outras nações latinas. E começa pela França.

A exposição em Maio último no *Petit Palais* de Paris, das obras primas da Arte Italiana, apresentadas pelo genro do *Duce*, o conde Galeazzo Ciano, é uma prova do sonho mussolínico. Sòmente, ao contrário da época quinhentista, as multidões não se impressionam pelos movimentos de beleza. O combate moderno, desde os processos hitlerianos aos outros análogos, o descabro económico e a crise moral, constituem um panorama de brutalidade e nunca proporcionarão ambiente, capaz de dar à Arte aquela harmonia delicada dos outros tempos. Nos nossos dias, a idea e a forma, a vida e a beleza, procuram em vão unir-se. ¿ E quantos intelectuais, dos de categoria, se deixam embevecer (sem ser por um pedantismo que tem feito escola), em presença das esculturas de Donatelo ou dos quadros místicos de Corrégio ? ¿ E quantos se dignam ler e profundar Erasmo ? Poucos.

A enxurrada é monstra ; sem que o homem conte consigo próprio, lutando dignamente, criando e defendendo o seu *individualismo* e não permitindo o desenrolar ante os seus olhos de programas demagógicos, servindo de mortalha a camadas e camadas sucessivas dos maiores crimes, as civilizações continuarão afundando-se. Nada lhes valerá : nem acordos protocolares entre as potências nem campanhas pacifistas isoladas — nem tampouco ânsias de renascimento.

E se, ao desenharmos mentalmente um triângulo, cujo vértice suporte em penoso equilíbrio os planos duma paz colectiva, colocámos a Grã-Bretanha no lado-base, é porque lhe reconhecemos coesão, dignidade cívica e resistência a tôda a prova, além da superioridade incontestável do seu famoso *individualismo*.

Julho 1935.



CASA FRANCESA

Depósito de Relojoaria e Ferramentas
para Relojoeiros e Ourives

Mais de UM MILHÃO de relógios,
Distribuídos em Portugal e Colónias,
são a garantia absoluta do
êxito conquistado por tão reputada
marca

Exigir sempre **CYMA**

À venda em tôdas as boas
relojoarias e ourivesarias

Manoel Teixeira da Rocha & C.^a
LIMITADA

R. Sampaio Bruno, 33

Telefone 4493

PÔRTO — PORTUGAL

CYMA



Relógio sem igual

CARVALHO LAMAS & C.^A

Rua Mousinho da Silveira, 47, 2.º — PÔRTO

Telef. 176C

Teleg. SAUCAR

IMPORTAÇÃO DE TODOS OS PRODUTOS
— QUÍMICOS PARA INDÚSTRIAS —

DEPOSITÁRIOS DAS ANILINAS «**OSIRIS**»
— PARA TINGIR EM CASA —

RIBEIRO & LOPES, L.^{DA}

CAMBISTAS

Telefone: 2 3188

Telegramas: APINO

Moedas e Notas Estrangeiras — Papéis de Crédito
Coupons Nacionais e Estrangeiros

103, Rua Áurea, 105 — LISBOA

Companhias Reunidas

GÁS E ELECTRICIDADE

APLICAÇÕES INDUSTRIAIS DO GÁS

Fornos para recoser

Fornos para temperar

Fornos para galvanizar

• • • • •

Orçamentos e montagens

R. da Boa Vista, 31 — LISBOA — Telef. 2 0011

SAPATARIA CONTENTE, L.^{DA}

Calçado de grande luxo

Calçado de praia

Calçado de sport

R. do Carmo, 74. Tel. 2 4871 — Av. da Liberdade, 120. Tel. 2 4872

PAVILHÃO PORTUGUÊS

PARQUE
MAYER

Cinema Sonoro

e
Variedades

AO AR LIVRE POR

1\$60

Com entrada
livre no

Parque e Pavilhão

Tôdas as noites

Programas novos

O recinto mais
elegante do

PARQUE
MAYER



O local mais aprazível de Lisboa

COMPANHIA DE SEGUROS

«TAGUS»

SOCIEDADE ANÓNIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

FUNDADA EM 1877

CAPITAL SOCIAL ESC. 1:200.000\$00 — CAPITAL EMITIDO E PAGO ESC. 500.000\$00
FUNDOS DE RESERVA ESC. 4:000.000\$00

SEDE NO SEU PRÉDIO
48-Rua do Comércio-56-LISBOA

Telefone 2.2183

End. teleg. SEGUTAGUS — LISBOA

Efectua: SEGUROS TERRESTRES, MARÍTIMOS, AGRÍCOLAS, VIDA (em diversas modalidades), POSTAIS, GREVES, E TUMULTOS, etc.

Aos melhores prémios

Seguros em libras esterlinas e noutras moedas

Agentes e correspondentes nas principais terras do Continente, MADEIRA, AÇORES E ULTRAMAR

C. VINHAS L.^{DA}

Escritório e sede:

Rua dos Correiros, 29, 2.º

Teleg. TELHEPA — Telef. 2 0600

Armazém:

Rua do Açúcar, 105

— Telefone P. B. 32 —

Vinhos para exportação
das melhores procedências

Cardial Fine — Finíssima
aguardente velha, rivalizando com
os melhores conhaques estrangeiros

Barros & Santos, L.^{da}

RUA DO CARMO, 70

Liquidação
forçada para
pagamento
aos crédores

FIBRO CIMENTO NACIONAL

« LUSALITE »

Tubos de 50 a 400^{mm} de d'âmetro anterior
resistência até 25 quilos por cm²

Chapas onduladas para telhados

Chapas lisas para divisórias, tectos, etc.

Agentes gerais

Corporação Mercantil Portuguesa, Limitada

- RUA DO ALECRIM, 10 - TELEF. 23948 e 28941 -

L I S B O A

AGOSTINHO BICON PERES

Máquinas, ferramentas
— e acessórios —
para tôdas as indústrias

51 — RUA CÂNDIDO DOS REIS — 61

— PÔRTO —

O GOVERNO PORTUGUÊS escolheu no recente
Concurso Público a Máquina de escrever

UNDERWOOD

para o serviço das suas Repartições, por ter reconhe-
cido as superiores qualidades da **UNDERWOOD**
que alia a sua robustez à economia resultante da im-
pecabilidade sempre constante da sua construção.

AGENTES

CARLOS DUNKEL

81, R. DO BOMJARDIM

PÔRTO

DUNKEL & ANTUNES, L.^{DA}

56, RUA AUGUSTA

LISBOA

À venda em tôdas as livrarias

A técnica e as transformações sociais contemporâneas

POR

CUNHA LEAL

DEPOSITÁRIOS:

LIVRARIA BERTRAND

RUA GARRETT, 73-75

TELEF. 20535

LISBOA

Condições de assinatura

DE

Vida Contemporânea

3 meses 15\$00

6 meses.... 30\$00

1 ano 60\$00

E. E. DE SOUSA & SILVA, L.^{DA}

CASA FUNDADA EM 1819

Gravura em todos os géneros, carimbos de metal e de borracha ; chapas esmaltadas em tôdas as côres ; chapas de metal ; selos em branco ; etiquetas ; alicates para selar a chumbo ; carimbos para marcar roupa ; anéis em aço e ouro, com monograma ; brasões ; datadores ; numeradores ; caixas com tipo de borracha ; emblemas para sport e muitos artigos de novidade

Exposição permanente de lindos bordados da Madeira
Variado sortimento de louças artísticas
da fábrica do Outeiro — ÁGUEDA

Trabalho esmerado garantido e preços sem competência
— A mais antiga casa de Portugal no género —

RUA DO OURO, 157

A venda em tôdas as livrarias

DITADURA, DEMOCRACIA OU COMUNISMO?...

POR

CUNHA LEAL

DEPOSITÁRIOS:

LIVRARIA BERTRAND

RUA GARRETT, 73-75

TELEF. 2 0535

LISBOA

Empresã da Fiação e Tecidos de Benfica

S. A. R. L.

Fábricas de fiação — Tecidos e malhas de algodão

Av. Barjona de Freitas — LISBOA

TELEFONE } Benfica 320
 } P. B. X. 321

OS ARMAZÉNS GRANDELA

OS MAIS ANTIGOS — OS MAIS VASTOS
— OS MAIS IMPORTANTES —
OS MAIS LUXUOSOS DE TODO O PAÍS

Apresentam sempre

DISTRIBUÍDOS 72 SECÇÕES
PELAS SUAS

Todos os artigos necessários à vida
desde o mais modesto e mais barato
até ao mais rico e mais dispendioso

IMPRENSA LUCAS & C.^A

— CASA FUNDADA EM 1850 —

Composição e impressão
— de Livros e Revistas —

Trabalhos comerciais
em todos os géneros

RUA DO DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 61
TELEFONE 21469 LISBOA

A decorative border of small, repeating floral motifs surrounds the central text.

Silvestre Brito

da Luz & C.^a

A decorative flourish consisting of two dark, curved, semi-circular shapes.

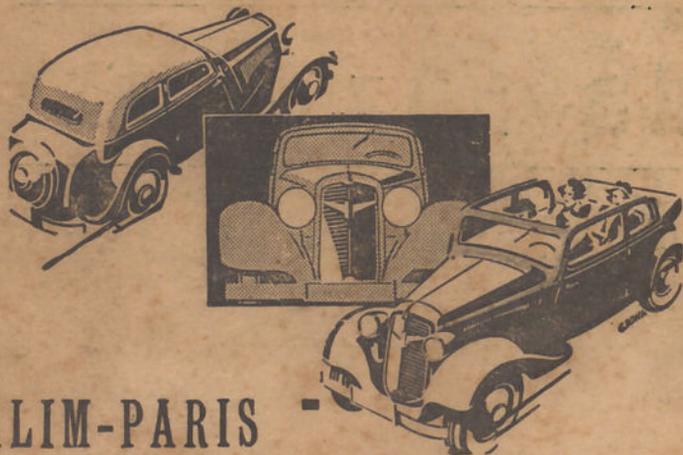
CORTIÇAS

A decorative flourish consisting of two dark, curved, semi-circular shapes.

CHANÇA

PREFIRA

ÊSTE CARRO...



BERLIM-PARIS -

1095 km. em 17 horas e 5 minutos

Conseguiram esta extraordinária proeza o sr. GUI-
LHERME e a sr.^a LOTTA BAHR num Adler Trumf
Junior cujo preço é de Esc. 25.950\$00.

ADLER **TRUMPF** **Em**
JUNIOR **exposição**



50, AVENIDA DA LIBERDADE, 52

Representante: dos Automóveis **ADLER**